



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



EXPECTATIVA & FRUSTRAÇÃO
História dos veteranos da Guerra do Paraguai

Rodrigo Goyena Soares
Orientador: Prof. Ricardo Salles

Dissertação de Mestrado
Banca examinadora:
Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles – UNIRIO (orientador)
Profa. Dra. Mariana Muaze – UNIRIO (titular)
Prof. Dr. Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha – UFRJ (titular)

Rio de Janeiro, Julho de 2014

Sumário

ACERVOS CONSULTADOS E ABREVIATURAS	3
INTRODUÇÃO	4
PARTE I - PROMESSAS DE GUERRA E RECOMPENSAS DO REGRESSO	12
CAPÍTULO I – EXPECTATIVAS NA LETRA DA LEI	14
CAPÍTULO II – PAZ, PÃO E TERRA	25
PARTE II - GÊNESE DOS VETERANOS	37
CAPÍTULO III – RAZÕES DO ALISTAMENTO E COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS TROPAS	41
CAPÍTULO IV – HORA E VEZ DO CONDE D’EU	66
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA	85

Acervos consultados e abreviaturas

ARQUIVOS

AGNA – Archivo General de la Nación Argentina (Buenos Aires)
AGNU – Archivo General de la Nación (Montevideu)
AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
AHD – Archivo Histórico Diplomático (Montevideu)
AHex – Arquivo Histórico Exército (Rio de Janeiro)
AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)
AHMI – Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis)
AM – Arquivo da Marinha (Rio de Janeiro)
AMREC – Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (Buenos Aires)
AN – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

BIBLIOTECAS

BIBLIEx – Biblioteca do Exército (Rio de Janeiro)
BN – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
CCBB RJ – Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil (Rio de Janeiro)

OUTRAS ABRAVIATURAS

Cod. – código
Conf. – confidencial
Doc. – documento
Of. – officio
Part. – particular
Pac. - pacote
Res. – reservado
S/c – sem classificação
S/d – sem dados
S/n – sem número
S/l – sem lugar
Vol. - volume

Diziam a Sócrates de alguém que de nenhum defeito se corrigira durante a longa viagem que realizara: 'bem o creio', retrucou o filósofo, 'ele se levava a si mesmo em sua companhia'.

Montaigne, Ensaaios, I, XXXIX

Sob outros sóis, o que procuramos? Fugindo à pátria, fugimos a nós mesmos?

Horácio, Odes, II, XVI

Quando faleceu, aos 69 anos de idade, Machado de Assis tinha saído uma única vez do Rio de Janeiro. Fora a Barbacena e a Juiz de Fora, na última década do século XIX, por insistência dos diretores da companhia pastoril mineira. Carolina acompanhou-o na curta jornada a Minas Gerais, para com ele rapidamente regressar à capital e nela permanecer até 1908, quando foi levado, acometido por um câncer, de seu caro Cosme Velho ao cemitério São João Batista. O que hoje poderia parecer excentricidade ou paradoxo, a considerar a oposição entre o corpo sedentário e a pluma universal de Machado de Assis, não o era tanto para a época. Benjamin Constant, como tantos outros fluminenses, tampouco tinha deixado a província do Rio de Janeiro até a Guerra do Paraguai. Baianos, pernambucanos e paulistas morriam sem ir além das províncias vizinhas. O Brasil do oitocentos não era uma constelação de cidades interligadas. Pelo contrário, era um país rural, cujas vias férreas e rodoviárias vinculavam menos os centros demográficos do que a produção econômica aos polos de consumo interno e aos portos de exportação. Curiosamente, o deslocamento populacional desdobrou-se em três movimentos que mais concerniram a estrangeiros do que a nacionais. A primeira leva, provavelmente a mais significativa, foi a do trato negreiro da primeira metade do século XIX, que irradiou dos portos para o interior a massa de cativos chegados da África; a segunda, transferiu escravos do Norte para o centros cafeeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo; e a terceira trouxe imigrantes europeus, sobretudo italianos, para o interior paulista e gaúcho. Uma exceção, no entanto, matizou a parca movimentação demográfica e sua feição estrangeira: a Guerra do Paraguai.

Cerca de 140.000 combatentes brasileiros deslocaram-se para conflito no Prata, e quiçá um número maior, a julgar que médicos, padres e comerciantes, ou ainda, esposas, irmãos e filhos que rumaram para a guerra, de alguma forma, também foram soldados da pátria. O Sul movimentou um contingente próximo a 55.000 soldados; o Leste, pouco mais de 45.000; o Nordeste, cerca de 35.000; o Centro-Oeste, em torno de

8.000; e o Norte, 6.000¹. É dizer que cerca de 1,5% da população brasileira, tendo-se em mente os quase 10.000.000 de habitantes recenseados em 1872, deixaram seus lares entre o verão de 1864, quando estourou a guerra, e o de 1870, ano em que Solano López, presidente do Paraguai, foi morto pelas forças aliadas. Os números poderiam repelir a robustez do que significou esse deslocamento populacional, se não fosse considerado o impacto simbólico da movimentação. Era a primeira vez na história dos conflitos brasileiros – internos e externos – que tamanho contingente populacional abastecia os corpos militares. A Guerra do Paraguai foi a primeira em reunir, nas mesmas fileiras, cearenses, gaúchos e fluminenses; ou, por que não, populações de todas as províncias imperiais num destino comum. É certo que antes houvera espasmos de nacionalidade vividos ora como sentimentos antilusitanos, ora como reações à potência dominante, a Inglaterra; com certeza tinham as guerras Cisplatina (1825-1828) e contra Rosas (1851-1852) promovido uma ideia mais clara do que seria a nação brasileira; mas permaneceram, esses sentimentos, essas reações e essas guerras acontecimentos mais locais do que nacionais. Os desentendimentos patrióticos contra a Inglaterra, especialmente por ocasião da edição da Bill Aberdeen² e da Questão Christie³, assim

¹ As fontes que deram origem as cifras relativas ao contingente militar total e por províncias são discutidas, respectivamente, nos capítulos 1 e 2.

² As pressões inglesas no sentido de obrigar o Brasil a proibir o tráfico negreiro tomaram maior expressividade depois que o Lord Aberdeen aprovou no parlamento britânico, em 1845, o *Slave trade suppression Act*, que ficou conhecido como Bill Aberdeen no Brasil. Pelo decreto, autorizava-se a Royal Navy a apreender e afundar quaisquer embarcações negreiras que efetuassem a rota do Atlântico Sul. Considerava-se o tráfico como pirataria, o que permitia ao Império britânico repreender o tráfico sem contato prévio com o país responsável pelo pavilhão da embarcação. A grande maioria dos navios apreendidos era pilhada, e os escravos não eram reconduzidos a sua região de origem. Pelo contrário, eram levados às colônias inglesas do Caribe, onde viveram em condições análogas aos escravos que por ventura escaparam às operações da Royal Navy. O desconforto entre o Império do Brasil e a Coroa britânica atingiu seu paroxismo em 22 de abril de 1850, quando esquadras inglesas passaram a operar não somente em alto-mar, mas também nas águas territoriais brasileiras. Chegaram a inspecionar portos nacionais, o que acendeu os ânimos pátrios. Na fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá, em Fortaleza, o exército nacional chegou a abrir fogo contra o invasor britânico, e a opinião pública não tardou em estimular uma guerra contra a Inglaterra.

³ Pouco mais de uma década após a edição da lei Eusébio de Queiróz, que proibiu o tráfico negreiro em 1850, estourou o segundo incidente diplomático com a Inglaterra, provavelmente o de maior importância em todo o Segundo Reinado. A Questão Christie, como ficou conhecido o incidente, foi um conjunto de desentendimentos que levou à ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra. Em 1861, o navio *Prince of Wales* da marinha britânica, ao encalhar nas proximidades do Rio Grande de Sul, teve sua carga roubada pelos locais. O incidente chamou prontamente a atenção de William Christie, plenipotenciário britânico no Brasil, que pediu imediata indenização a Dom Pedro II pelos danos causados à embarcação inglesa. Para desconforto do plenipotenciário inglês, Dom Pedro II respondeu negativamente. Um segundo incidente, ocorrido em 1862, reanimou o caráter *prepotente e arrogante* de William Christie (BETHELL 2011). Um par marinheiros embriagados envolveram-se em escaramuças com seus homólogos brasileiros e foram detidos pela polícia local. Christie exigiu a aplicação dos direitos extraterritoriais dos caducos tratados de 1810, ao que recebeu nova resposta negativa do Império do Brasil. Enfurecido, o plenipotenciário britânico ordenou o bloqueio naval do Rio de Janeiro. A questão das indenizações foi levada à arbitragem do rei da Bélgica, Leopoldo I. Paralelamente, o Rio de Janeiro exigiu de Londres, além dos pedidos de desculpas, compensações pecuniárias pelos navios apreendidos durante o breve bloqueio naval instituído por William Christie. A rainha Vitória recusou, e não restou a Dom Pedro II senão romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Nas ruas, a atitude do Imperador foi ovacionada pela população do Rio de Janeiro. O Imperador quitou antecipadamente as dívidas que o arbitramento de Leopoldo I, acreditava Dom Pedro II, lhe obrigariam a pagar – o que não se revelou acertado, já que a Bélgica deu ganho de causa ao Brasil –, afirmando que a Questão Christie se tratava mais de um afronta à soberania nacional do que de uma

como os sentimentos antilusitanos do Primeiro Reinado, não tiveram a expressividade de guerras externas. E essas guerras, anteriores à do Paraguai, não reuniram tropas senão sulinas em sua quase integralidade.

Se para o Paraguai, ao qual se opuseram a Argentina, o Brasil e o Uruguai, o fim da guerra significou reconstruir a nação após ter entre 60 % e 69% de sua população exterminados (WHIGHAM e POTTHAST, 1999, p. 147-159), para o Império brasileiro ela significou a concretização de um esforço comum. Deu-se sentido à nação fortalecida na adversidade do conflito externo. E, em verdade, adverso. À exceção da Guerra da Crimeia (1853-1856), a Guerra do Paraguai foi o confronto internacional mais sangrento entre 1815 e 1914 (BETHELL, 1995, p. 22). Se julgada à luz das guerras do século XX, malgrado as proporções históricas, a Guerra do Paraguai matou mais paraguaios do que a Primeira Guerra Mundial dizimou sérvios – 11% da população - e mais do que a Segunda assolou soviéticos – 12% da população - (CAPDEVILA, 2007, p. 17). Em perspectiva regional, o conflito no Prata redundou em mais mortes do que as guerras de independência do Paraguai (1811), da Argentina (1810-1818), do Brasil (1822-1823) e do Uruguai (1825) combinadas. Ou, ainda, a Guerra do Paraguai levou quinze vezes mais almas do que o conflito civil mais sangrento do século XIX brasileiro, a Guerra de Canudos (1896-1897). Dos quase 400.000 que pereceram nos campos de batalha paraguaios, em torno de 80.000 eram brasileiros. A essa monta numérica somou-se o esforço econômico. Em 4 de maio de 1877, o futuro visconde de Ouro Preto, Afonso Celso, declarou na Câmara de Deputados que a guerra custara aos cofres públicos 613.183:000\$000⁴. Ou seis vezes a receita do governo central auferida entre 1870 e 1880⁵. Em outras palavras, a população brasileira suportou, durante a guerra, o arrocho fiscal com despesas extramilitares e, após o embate, os apertos tributários de um orçamento em déficit.

Para os quase 60.000 veteranos brasileiros que regressaram do Paraguai, assim como para mães, esposas e filhos que perderam familiares na guerra, o esforço comum cobrou outro sentido⁶. E quiçá também, em menor escala, para as populações que de alguma forma se sentiram parte dos destinos bélicos da nação. Trazia incômodos festejar a nacionalidade brasileira, embora fosse esse o ímpeto da Coroa. Muito distantes estavam os veteranos das repetidas celebrações à pátria, especialmente daquelas a

questão pecuniária. As relações diplomáticas com a Inglaterra somente foram reestabelecidos por iniciativa da rainha Vitória em 1865, isto é, após o início da Guerra do Paraguai.

⁴ Atas do Câmara de Deputados, 4 de maio de 1877. Brasília: Câmara de Deputados. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 8 de janeiro de 2014.

⁵ Os dados orçamentários do governo central foram extraídos de CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 425. Somaram-se as receitas de 1870 a 1880 e comparou-se-as com os custos de guerra apresentados por Afonso Celso.

⁶ As fontes que dizem respeito ao número de egressos brasileiros do Paraguai são discutidas no capítulo 1.

portas fechadas, como foi o caso poucos dias antes do natal de 1870, quando o Imperador convidou Carlos Gomes para dirigir, no Teatro Lírico Fluminense do Rio de Janeiro, a primeira representação de *O Guarani* em solo nacional.

Não se trata aqui de investigar se a guerra forjou uma comunidade de sentidos ou uma vontade de associação, alicerçada num projeto nacional ou num arranjo identitário. Nem tampouco de vislumbrar se a esse projeto ou arranjo era necessária uma comunidade imaginada anterior, fundada numa língua ou em tradições culturais. Não se busca, enfim, estudar a nacionalidade brasileira após a Guerra do Paraguai. É nesse sentido que não se discutem as origens do conflito, já que, conforme arguiu a historiografia mais recente sobre a matéria, as causas da guerra estariam umbilicalmente vinculadas à constituição de Estados nacionais e a seus interesses e projetos políticos (DORATIOTO, 2002) (SALLES, 1990). Quer-se discutir as implicações sociopolíticas, e não identitárias, de não ter levado, nas palavras de Montaigne e de Horácio citadas em epígrafe, a si mesmo ao Prata, de não ter fugido às expectativas que trouxe a campanha e de não ter, portanto, esquecido as frustrações do regresso.

Personagens tão díspares quanto o conde d'Eu, o duque de Caxias, André Rebouças e Benjamin Constant foram veteranos da Guerra do Paraguai. Conviveram lado a lado, nas trincheiras do Prata, monarquistas e republicanos; e, ainda, conservadores, liberais. No que concerne à condição social, a diversidade não foi menor. Livres, libertos e ingênuos⁷ formaram uma aquarela de cores singular às tropas brasileiras: eram brancos, negros e pardos, mas não só. Havia, nas expressões do último quartel do século XIX, branquiços, caboclos, os café com leite, os cor de cuia, galegos, jambos, os meio morenos, misturados, mulatinhos, os quase negros, os queimados pelo sol, retintos, turvos, sararás e saraúbas. A importância da nacionalidade, pelo menos para os fins desta pesquisa, não está em indagações sobre os fulcros culturais em que livres ou libertos aquilataram a identidade pátria, mas em investigar as formas de cidadania que emergiram do sentir-se brasileiro.

Ao menos na letra constitucional de 1824, a nacionalidade era a condição primeira do cidadão. Pelo artigo sexto da Constituição do Império, eram cidadãos os nascidos em solo pátrio ou filhos de brasileiros, quer sejam livres, libertos ou ingênuos, ainda que de pai estrangeiro⁸. A cidadania, a bem da verdade, era um neologismo à época de dom Pedro II. A edição de 1877 de dicionário Moraes não registra o termo. No verbete do dicionário de Littré, referência linguística amplamente citada pela geração de

⁷ Ingênuos eram filhos nascidos livres de ventres escravos.

⁸ Exceções à nacionalidade brasileira diziam respeito à condição de nascido em solo nacional de pais estrangeiros a serviço de outro Estado e à condição de nascido em Portugal, ou em posses ultramarinas lusitanas, à época da Independência.

1870 (ALONSO, 2002, p. 165), a palavra existia. Cidadania era título do nacional de um Estado. Mas isso apenas em seu primeiro sentido, quiçá o mesmo conferido pela Constituição do Império. A novidade estava nos demais significados do novo termo. Cidadania como fruir de direitos, dizia o segundo sentido de Littré. Ou ainda, cidadania como submissão às leis do Estado. E prosseguia Littré, cidadania sinônimo de atributo do cidadão, cujos atos têm por objeto o bem do país; e, por último, mas não menos surpreendente, cidadania enquanto título que, durante a Revolução Francesa, substituiu o de *monsieur*.

O retorno dos veteranos ao Brasil trouxe o espírito do termo que se inventava na década de 1870. O que significava ser nacional em termos políticos? O que exigir da nacionalidade? Ainda não são essas as perguntas que norteiam esta análise, mas nelas encontram-se indícios do que poderia ser a cidadania no Brasil oitocentista. Se a Guerra do Paraguai equacionou Estado e nação (SALLES, 2010, pp. 125-175), os nacionais que do conflito regressaram poderiam exigir do Estado reparações por longos anos de combate. Melhor, sentir-se parte do Estado, definitivamente associado à nação após a guerra, poderia significar reclamar espaço dentro do Estado, e não mais contra o Estado. O que não quer dizer ausência de atos ou manifestações políticas ocorridas fora dos limites previstos pela lei. A turbulência social da década de 1870, que não escapou aos veteranos da Guerra do Paraguai, comprova-o repetidamente. No entanto, as revoltas, os motins, as desordens e as perturbações dos anos de 1870, pelo menos no sentido que cobrava a cidadania, não se colocaram como alternativas ao Estado nacional, mas como resistência à política do governo. Em rigor, essas resistências não foram somente insubordinações e revoltas armadas; pelo contrário, ocorreram no dia-a-dia das casernas e das câmaras, ou das prisões e dos hospícios; alguns dos lugares por onde transitaram veteranos da Guerra do Paraguai.

Esta pesquisa encontra-se em andamento. Ela faz parte de projeto maior, no marco da tese de doutoramento. Não se busca, por enquanto, analisar as formas mediante as quais os veteranos da Guerra do Paraguai organizaram-se, para reivindicar o que julgavam ser direitos oriundos do sacrifício de campanha. Quer-se apenas traçar a gênese dos veteranos, abrindo caminho para analisar, posteriormente, o seu devir. Por ora, podemos apenas constatar que as expectativas dos veteranos, pautadas pelas promessas do governo quando do alistamento, ampliaram-se ao longo da guerra e, portanto, redundaram em frustrações no momento do regresso. O ponto teórico de partida é o vínculo que Reinhart Koselleck faz entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Para o autor, experiências pretéritas produzem expectativas, que, quando não preenchidas, resultam em mobilização social (KOSELLECK, 1979, pp. 305-328).

Traçar a gênese dos veteranos, que é o objetivo desta dissertação, é maneira de preparar o terreno para analisar as frustrações do regresso e suas implicações no que concerne à mobilização política dos veteranos da Guerra do Paraguai. Assim, neste estudo, percorremos apenas o sentido das expectativas oriundas do alistamento militar, apontando para algumas possíveis frustrações imediatamente visíveis na comparação entre as promessas de guerras e as recompensas de regresso. Essa análise, ao tornar mais nítidos os porquês do engajamento, permite melhor delimitar a composição social dos combatentes. Os resultados da comparação entre expectativas de pré-guerra e as frustrações do pós, ainda, são analisadas à luz de embates entre os partidos conservador e liberal. Essas disputas tornaram-se mais explícitas após a constituição do gabinete conservador de Itaboraí em julho 1868 e, ainda, com a nomeação do Conde d'Eu para liderar as tropas brasileiras no Paraguai.

Quanto à bibliografia, não se delimitou um debate historiográfico, visto que não há literatura específica sobre os veteranos da Guerra do Paraguai. Os dados colhidos nas obras dos historiadores brasileiros Ricardo Salles, Francisco Doratioto e Vitor Izecksohn e, ainda, entre os brasilianistas John Schultz, Peter Beattie e William Dudley, embora nomeiem os veteranos da guerra, não fornecem sistematização quanto às origens e aos destinos dos combatentes. A importância do pensamento historiográfico desses autores será trazida à tona, em pesquisa futura, quando tratarmos da constituição política das Forças Armadas e suas implicações na condução dos negócios do Império.

Por último, mas certamente não menos importante, as fontes. Estudar a história dos veteranos da Guerra do Paraguai requer tráfegar por ampla variedade de fontes, dispersas geográfica e tematicamente. Como era de se esperar, não foram encontrados, em nenhum acervo consultado, códices, pastas ou maços rotulados *veteranos do Paraguai*. Para além da necessidade de percorrer múltiplos arquivos argentinos, brasileiros e uruguaios, a maior dificuldade esteve em desenvolver faro suficientemente apurado, para encontrar os egressos do Prata nas profundezas de caixas intituladas *Ministério da Justiça*, *Conselho de Estado* ou *Casa Imperial*, entre tantas outras seções que desafiam a imaginação do historiador.

Com vistas a traçar o volume do contingente brasileiro e o número de egressos do Paraguai, foram percorridos os relatórios do Exército e da Marinha, assim como os relatórios provinciais. Somadas às correspondências da oficialidade brasileira no Prata e aos (poucos) diários de combatentes encontrados, chegou-se às razões do alistamento – e do recrutamento. Esse grupo de fontes permitiu perfilar a composição social dos combatentes.

A luz da correspondência pessoal dos membros da Casa Imperial ora entre eles, ora com lideranças militares e partidárias, percorreram-se os embates partidários e suas implicações no regresso dos combatentes. A correspondência pessoal do Conde d'Eu com André Rebouças e Joaquim Manuel de Macedo foi particularmente elucidativa no que concerne as posições políticas do príncipe consorte. Essa documentação revela que há razões de se crer que, enquanto os conservadores enxergavam no Conde um liberal, os liberais buscaram-no para reverter a ascensão dos conservadores à presidência do Conselho de Ministros. A correspondência entre o Conde d'Eu e membros dos partidos liberal e conservador revela também que a participação do Conde d'Eu na campanha do Paraguai vinculou-se ao fortalecimento político da casal de príncipes imperiais, com vistas a assegurar um terceiro reinado.

Como maneira de aprofundar o estudo sobre os veteranos da Guerra do Paraguai, tem-se percorrido os fundos do Arquivo Nacional que respeitam à Ministério da Guerra e da Marinha, os relatórios do exército de 1873 a 1880 e a troca de correspondências, encontradas no Arquivo Histórico do Museu Imperial, entre Dom Pedro II e os presidentes do Conselho de Ministros de 1871 a 1880. Os projeto de reforma para o Exército e a Marinha foram documentados parcialmente. Ainda não se trilharam as atas do Conselho de Estado e os anais da Câmara e do Senado que atinem às insatisfações na caserna. Pelo lado da sociedade civil, apenas começou-se a percorrer os fundos documentais do Arquivo Nacional que lidam com as revoltas do Quebra-Quilos e do Vintém. As fontes relativas à Casa de Detenção e de Correção da Corte, encontradas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, assinalam envolvimento dos veteranos nessas insubordinações. Maior estudo precisa ainda ser dado à formação das sociedades e beneficências nesse período. A pesquisa até agora empreendida nesse sentido, realizada sobretudo no Arquivo Nacional, revelou a existência de duas sociedades exclusivamente voltadas para a satisfação dos veteranos, quais sejam, o Clube dos Voluntários da Pátria e a Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai. Pouco se sabe, por ora, da composição e dos objetivos desses agrupamentos políticos. O estatuto dessas associações estaria no Arquivo Público do Estado da Bahia.

No que diz respeito à formação política da caserna, as pesquisas empreendidas concentraram-se, sobremaneira, na historiografia produzida sobre a queda do Império. Estudaram-se, igualmente, os jornais *O Soldado* e *O Militar*, de onde se depreendeu a hipótese da mobilização da experiência no Prata para contestar o governo. Nesse sentido, há indícios, também encontrados nesses periódicos, de que haveria comunhão de interesses na caserna. Para melhor explorar essa hipótese, foram encontradas, embora ainda não exploradas, correspondências no Arquivo Histórico do Museu

Imperial que assinalam, antes de 1889, a possibilidade de um golpe militar orquestrado pelo Exército e pelos republicanos. No Arquivo Histórico do Museu Benjamin Constant encontram-se parte dos anais da Escola Militar. O Arquivo Histórico do Exército, cuja documentação não está classificada, possui, segundo indicações dos arquivistas, a parte restante dos anais da Escola Militar. O estudo desse corpo documental da Escola Militar, que está no Arquivo Histórico do Museu Benjamin Constant e no Arquivo Histórico do Exército, poderia fornecer maiores esclarecimentos quanto qualidade do consenso entre setores distintos das Forças Armadas no que respeita aos partidos imperiais e à monarquia. Ainda não foi pesquisada a posição da Marinha a respeito da agitação na Escola Militar; para tanto, mister seria recorrer aos fundos documentais sobre a Marinha constantes no Arquivo Nacional. Tanto para a Marinha quanto para o Exército, de forma a resgatar a ação dos veteranos que permaneceram na caserna, seria elucidativo documentar, a um só tempo, as fés de ofício do oficialato que se envolveu na questão militar e aquelas dos que se mantiveram distanciados da agitação política no final da década de 1880. Essa documentação encontra-se disponível no Arquivo Histórico do Exército e no Arquivo da Marinha, ambos no Rio de Janeiro. Somando-se as fés de ofício às fontes apresentadas anteriormente, abrir-se-ia um canal para melhor compreender as razões ora do envolvimento, ora da distanciamento com o golpe de 1889.

Parte I - Promessas de guerra e recompensas do regresso



Medalha comemorativa da participação na Guerra do Paraguai. Criado pelo decreto n. 4560, de 6 de agosto de 1870.

Fonte: AN – Códice 665, vol.1

*Fala-me, Musa, do homem astuto que tanto vagueou,
depois que de Troia destruiu a cidadela sagrada,
muitos foram os povos, cujas cidades observou,
cujos espíritos conheceu; e foram muitos no mar
os sofrimentos por que passou para salvar a vida,
para conseguir o retorno dos companheiros a suas casas.
Mas a eles, embora o quisesse, não logrou salvar.
Não, pereceram devido a sua loucura,
insensatos, que devoraram o gado sagrado de Hipérion,
o Sol – e assim lhes negou o deus o dia do retorno.
Destas coisas fala-nos agora, ó deusa, filha de Zeus.*

Homero, Odisseia, Canto I

O retorno da Guerra do Paraguai teve muito de uma odisseia. Os longos anos no Prata chegavam ao fim, e a ansiedade falou alto. Os voluntários da pátria, agora veteranos de guerra, estavam em condições de reivindicar as promessas feitas pelo governo quando se deflagrou o conflito. Havia-se prometido uma rápida paz, gratificações salariais, pensões, preferência em empregos públicos e prazos de terra aos combatentes. Não resulta difícil pensar nas esperançosas conversas que deram tom alegre às embarcações egressas do Paraguai rumo ao Brasil. Quem sabe, o quitandeiro

fluminense poderia alugar uma casa melhor no Rio de Janeiro graças ao acúmulo do soldo militar. O liberto de guerra poderia cogitar a alforria de um parente e com ele instalar-se nas terras prometidas. O voluntário promovido, ainda, estaria em medida de pensar numa carreira nas armas após anos de experiência em combate. As promessas feitas pelo governo quando do recrutamento eram pauta do dia na hora do regresso.

É para essas promessas que os dois próximos capítulos se voltam. De entrada, as expectativas quanto à concretização das recompensas de guerra não davam bons augúrios. A garantia de um rápido retorno ao Brasil tornou-se letra morta para aqueles que se juntaram às Forças Armadas no início da guerra, em dezembro de 1864, e somente deixaram os regimentos em março de 1870, quando assassinado o Presidente do Paraguai, Solano López. Os que rumaram ao Prata no decurso do conflito tampouco foram surpreendidos por uma repentina vitória: equivocou-se quem tivesse esperado que os três anos de engajamento obrigatório chegassem a termo antes da hora. Quanto às duas outras grandes promessas, o pão e a terra, elas foram objeto de mobilização na década de 1870.

Haveria artificialidade em concluir que as frustrações do regresso se fundaram unicamente nas promessas de guerra. Por certo expectativas não satisfeitas tenderam a multiplicar frustrações, mas ocorre que grande parte das promessas feitas pelo governo em janeiro de 1865 foram cumpridas. O tamanho das frustrações, nesse sentido, não foi medido por uma subtração entre o que se prometeu e o que se recompensou. Os cinco anos e quatro meses passados em combate haviam transformado os soldados brasileiros, tanto quanto havia mudado o Império.

Da micro à macro escala, essas transformações eram objeto de insegurança para os veteranos: o ex-combatente voltaria a seu emprego e à fidelidade de sua mulher? Os preços de moradia na capital e nas demais províncias seriam os mesmos do pré-guerra? De que modo a mudança de partido político na presidência do Conselho de Ministros afetaria o retorno dos veteranos? Essas transformações permitem melhor avaliar o tamanho das frustrações do pós-guerra. Nelas está a dimensão homérica da odisséia dos veteranos. De Troia a Ítaca, ou de Assunção ao Rio de Janeiro, o Ulisses do Prata, teria de reencontrar-se, mudado.

Por ora, voltemo-nos para a análise crua das expectativas contidas na letra do decreto de janeiro de 1865 e, em seguida, para a concessão das promessas contidas nesse decreto.

Capítulo I – Expectativas na letra da lei

O Ministério dos Negócios da Guerra registrou, de fevereiro a junho de 1870, o regresso de 18.392 combatentes (ver quadro 1). Os números são significativamente baixos, a julgar pelo número oficial do contingente brasileiro deslocado para o conflito. Somados os 83.491 praças e oficiais do exército que teriam combatido no Paraguai entre dezembro de 1864 e agosto de 1869 aos 1.023 recrutados posteriormente para a guerra, conclui-se que pouco mais de 20% das tropas teriam retornado entre fevereiro e junho de 1870. A considerar as 23.917 mortes registradas pelo Exército, ou em torno de 28% do contingente, agregando-as aos 18.392 retornados no primeiro semestre de 1870 e descontando-se os 3722 que permaneceram no Paraguai, tem-se que em torno de 45% das tropas regressaram ao Brasil antes do término do conflito⁹. A improbabilidade dessa equação decorre de dois fatores.

Em primeiro lugar, o número de mortes oficialmente apresentado em 1870 não se coaduna com aquele registrado durante a campanha. Em junho de 1868, o senador Teófilo Ottoni recordou que o Império já vira desaparecer 35.000 homens no Paraguai, e outros 15.000 no Mato Grosso¹⁰. Dizia, ainda, que poucos soldados tinham recebido permissão para retornar à casa e que os índices de deserção não eram alarmantes. Concluía, portanto, que a grande maioria falecera ora em combate, ora vítima de doenças, embora esta razão parece-se-lhe mais provável do que aquela.

Um ano antes, em 1867, João Lustosa da Cunha Paranaguá, então ministro da guerra, comunicara a Caxias a absoluta falta de dados na Secretaria de Guerra a respeito do serviço sanitário. Dizia que eram desconhecidas as informações oficiais no que concerne ao número de praças falecidos; enquanto o quartel-general do Brasil no Paraguai afigurava a soma de 8.000 falecidos desde o começo da guerra, o cirurgião-mor do exército registrou 18.0000 mortes nos hospitais. Paranaguá arrematou seu despacho exigindo ao comandante brasileiro maior rigor estatístico, o que nunca ocorreu, pelo menos no que concerne ao exército, já que os relatórios nos negócios da guerra não apresentam senão dados contraditórias a respeito das perdas imperiais¹¹.

⁹ Os dados foram extraídos do Relatório dos Negócios da Guerra de 1870 a 1872.

¹⁰ Anais do Senado Federal, 13 de junho de 1868. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2014.

¹¹ AN – Caixa 805, OP, coleção Caxias, despacho de Paranaguá para Caxias, s/l, 31/08/1867.

**Quadro 1: Tropas retornadas ao Brasil, por armas, destino e hierarquia militar
12 de fevereiro a 20 de junho de 1870**

Armas ¹	Corpos	Províncias às quais pertencem	Províncias para onde seguiram	Hierarquia militar			Vapores que conduziram os corpos
				Oficiais	Praças	Soma	
	1º Batalhão		Rio de Janeiro	38	501	539	São José
	2º Batalhão		""	30	398	428	Presidente
	9º Batalhão		""	23	398	421	Bonifácio
	11º Batalhão		""	23	357	380	Werneck
	14º Batalhão		""	29	547	576	""
	22º Batalhão		""	29	238	267	""
Infantaria	Soma parcial		Rio de Janeiro	172	2439	2611	
	3º Batalhão		Rio Grande do Sul	31	418	449	Alice
	4º Batalhão		""	15	350	365	Galgo
	6º Batalhão		""	19	354	373	""
	12º Batalhão		""	19	507	526	Alice e Guaycurá
	13º Batalhão		""	22	389	411	Presidente
	Soma parcial		Rio Grande do Sul	106	2018	2124	
	4º Corpo		Rio Grande do Sul	24	50	74	""
	5º Corpo		""	19	42	61	""
	8º Corpo		""	8	220	228	Alice
Cavalaria	Soma parcial		Rio Grande do Sul	51	312	363	
Artilharia	1º Batalhão		Rio de Janeiro	25	393	418	Vassimon
	3º Batalhão		""	24	359	383	Galgo

¹ A força da guarda nacional foi incluída nas armas do exército.

**Quadro 1: Tropas retornadas ao Brasil, por armas, destino e hierarquia militar
12 de fevereiro a 20 de junho de 1870**

Soma parcial		Rio de Janeiro	49	752	801
1º Regimento		Rio Grande do Sul	20	614	634
					Alice e Guaycurá
Soma parcial		Rio Grande do Sul	20	614	634
Avulsos	Sem designação	Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul	360	341	701
	40º, 41º, 46º e 54º Batalhões	Bahia	145	1487	1632
	26º Batalhão	Ceará	45	437	482
	23º, 27º e 31º Batalhões	Corte	178	2026	2204
	36º Batalhão	Maranhão	46	482	528
	17º Batalhão	Minas Gerais	34	460	494
	30º, 42º e 53º Batalhões	Pernambuco	118	264	1382
	33º, 44º e 50º Batalhões	Rio de Janeiro	137	1722	1859
	35º Batalhão	São Paulo	43	491	534
	37º Batalhão	Sergipe	50	463	513
					Emely, Villeta e Werneck
					Leopoldina
					Galgo, São José, M. Dias e Isabel
					Werneck
					Vassimon
					Cuiabá, Isabel e São José
					Bonifácio, Isabel, Presidente e Vassimon
					Alice
					Werneck
Soma parcial		Rio de Janeiro	796	8832	9628
39º Batalhão		Rio Grande do Sul	46	414	460
					Cuiabá
Soma parcial		Rio Grande do Sul	46	9246	460
Soma total		Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul	1620	16772	18392

Fonte: AHEX - Relatório do ministério dos negócios da guerra de 1872.

Em cifras não oficiais, o general Dionísio Cerqueira¹² estipulou em 100.000 o número de mortes brasileiras na Guerra do Paraguai, o Visconde de Ouro Preto arguiu 50.000¹³ e o general Tasso Fragoso concluiu com 33.000¹⁴.

Em segundo lugar, estima-se improvável que algo em torno de 45% das tropas tenham voltado ao Brasil antes do término da guerra, porque os alistamentos eram realizados com duração de três anos, renováveis caso o combatente assim o desejasse. Visto que o ápice do recrutamento ocorreu entre os anos de 1866 e 1867 (ver quadro 2), tendo alcançado seu maior número, o de 32.702 recrutas, no segundo semestre de 1866¹⁵, resulta pouco crível pensar que quase metade das tropas tenham retornado antes de 1869. Admite-se, portanto, que o maior número de combatentes tenha regressado entre junho de 1869 e a primeira metade de 1870, importando agora avaliar, com mais vagar, o número de veteranos retornados ao Brasil.

Em agosto de 1870, por ordem do Barão de Muritiba, então na pasta da Guerra, o Exército cunhou 50.000 medalhas, para revestirem, por obrigação de decreto¹⁶, o peito esquerdo de oficiais gerais e superiores, capitães, subalternos, praças de pré, Voluntários da Pátria, guardas nacionais, corpos de polícia e empregados civis que tivessem participado do conflito no Prata. As medalhas, cuja matéria era o bronze dos canhões paraguaios capturados em campanha, eram acompanhadas de uma fita, representando as cores da aliança: amarelo, azul, branco e verde. De ouro para superiores, de prata para subalternos e de bronze para praças, o passador que prendia a fita trazia inscrito o número de anos em que o veterano esteve em combate. Era uma recompensa do regresso. Antes disso, no entanto, as medalhas davam clara indicação de que o número de 18.392 egressos registrados pela Secretaria do Exército estavam aquém da realidade.

O general Paulo de Queiroz Duarte percorreu os números da guerra, batalha por batalha, e concluiu que pouco mais de 120.000 brasileiros lutaram no Paraguai¹⁷, número que resulta mais provável que o oficial, considerando-se as 50.000 medalhas constituídas para os veteranos do Exército.

¹² CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Tours: Imprimerie E. Arrault e cie., 1910, p.351.

¹³ Visconde de Ouro Preto. *A marinha d'outrora (subsídios para a história)*. Rio de Janeiro: Domingos Magalhães, 1894, p. 140.

¹⁴ TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do estado-maior do exército, 1935, vol. V, p. 252.

¹⁵ AHEx- Relatório dos negócios da guerra de 1867.

¹⁶ Ver decreto n. 4560, de 6 de agosto de 1870. Acessível em: Coleção de leis do Império. Brasília: Câmara de deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2014.

¹⁷ QUEIROZ DUARTE, Paulo. *Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1981, vol. I, p. 217.

Quadro 2: Contingente anual não cumulativo do exército, 1864-1870

Ano	Classe	Corpos Especiais*	Artilharia	Cavalaria	Infantaria	Voluntários da Pátria	Agregados**	Guarda Nacional destacada	Soma total
1864-1865	Oficiais	539	220	239	813	196	16	186	2158
	Praças	31	3156	1864	10352	3946	378	14619	33531
1866	Oficiais	478	216	267	814		s/d	1463	3691
	Praças	163	4106	3964	15836	20860	s/d	10839	37386
1867	Oficiais	117	149	601	1266	s/d	s/d	1726	3859
	Praças	554	1672	6135	29042	s/d	s/d	10693	48096
1868	Oficiais	478	216	267	814	s/d	s/d	s/d	1775
	Praças	163	4106	3964	15836	s/d	s/d	s/d	24069
1869	Oficiais	358	s/d	s/d	s/d	s/d	78	6458	6894
	Praças	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
1870	Oficiais	478	216	s/d	270	809	s/d	s/d	1773
	Praças	163	s/d	4106	3882	15694	s/d	s/d	23845

Fonte: AHEx - Relatório da repartição dos negócios da guerra de 1865, de 1866, 1867, 1868, 1869 e 1870

* Compreendem-se nos Corpos Especiais: o Estado-Maior General, o Corpo de Engenheiros, os Estados-Maiores de 1ª e de 2ª classe, a Repartição Eclesiástica e o Corpo de Saúde.
 ** Compreendem-se nos Agregados: o Estado-Maior de 1ª classe agregado, a Arma de Artilharia agregada, os praças de pré agregados e os alferes-alunos do Exército.

Esses dados, no entanto, omitem os registros da Marinha. Pelos números oficiais, a força naval do Império em operações no Paraguai, teria beirado 10.000 oficiais e praças¹⁸, tomando-se em conta os recrutamentos, as mortes, as deserções e as reformas, apresentadas pela Marinha de forma mais completa do que o fez o Exército (ver quadro 3). Admitindo-se omissões e erros nos cálculos da Armada, assim como as taxas de mortalidade consideravelmente menores do que no Exército, chega-se a um total de quase 60.000 veteranos retornados ao Brasil, o que não parece desajustado das teses de Tasso Fragoso¹⁹ e de Queiroz Duarte quanto ao total de combatentes: somado os contingentes da Marinha e do Exército, entre 130.000 e 140.000 brasileiros teriam participado na guerra entre 1864 e 1870.

Não se esperava, em dezembro de 1864, que o número de veteranos alcançasse tamanha proporção. Pensava-se que a guerra seria rápida. De Montevideú, José Maria da Silva Paranhos, à época em missão diplomática na Banda Oriental, assinalava a Caxias que a Guerra do Paraguai era popular e que seria brilhante, se dirigida com perícia e rapidez²⁰. Era quase o entusiasmo que pouco depois tomou conta do Presidente argentino Bartolomé Mitre. Em março de 1865, quando a notícia da ocupação de Corrientes pelas forças de López chegou a Buenos Aires, Mitre teria conjeturado, a modo de Paranhos, uma guerra relâmpago: *em três dias nos quarteis, em três semanas no campo de batalha e em três meses em Assunção* (DE MARCO, 1995, p. 37). Conhecia-se pouco o Paraguai, no entanto. Até 1844, quando Carlos Antonio López, pai de Solano, sucedeu o governo isolacionista de José Gaspar de Francia, o Brasil não tinha missão diplomática em Assunção. A primeira, dirigida por Pimenta Bueno, teve um duplo escopo, que permaneceu a tônica das relações entre o Paraguai e o Império até a eclosão da guerra: por um lado, tratava-se de negociar a comunicação fluvial com Mato Grosso e, por outro, de conter as pressões argentinas sobre o Paraguai que visavam reconstituir, sob o jugo de Buenos Aires, o antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Pouco se sabia do território paraguaio e, menos ainda, de sua força militar.

Plenipotenciários brasileiros em Assunção, especialmente após 1862, quando Solano López chegou ao poder, eram mantidos sob vigília paraguaia. Desconfiava-se dos funcionários locais lotados nas repartições públicas brasileiras. Talvez fossem espiões²¹, julgava-se.

¹⁸ AM – Relatório dos negócios da marinha de 1869 e de 1870.

¹⁹ Tasso Fragoso, op. cit., pp.252.

²⁰ AN – Cod. 551, vol.2., NP, Diversos. Carta res. de Paranhos para Caxias, Montevideú, 28/02/1865.

²¹ AHI –Repartições consulares brasileiras – Assunção, 238-3-1. Of. conf. e res. Viana de Lima para Dias Viera, Assunção, 19/9/1864.

Quadro 3: Contingente anual não cumulativo da marinha, 1865-1870, incluídas mortes, deserções, baixas e reformas

Ano	Estado maior	Estado menor	Oficiais de patente	Praças de Pré	Totais	Mortes	Deserções	Baixas e reformas
1865	10	7	4	2706	2727	144	119	37
1866	8	7	5	3082	3102	231	142	127
1867	9	5	3	3324	3341	427	106	72
1868	7	5	4	3435	3451	240	81	147
1869	7	4	7	3151	3169	149	43	76
1870	6	5	s/d	3258	s/d	s/d	s/d	s/d

Fonte: AM – Relatório da repartição dos negócios da marinha de 1865, de 1866, de 1867, de 1868, de 1869 e de 1870

Viana de Lima, nomeado para a missão imperial em Assunção em agosto de 1864, alegava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dificuldade em obter informações a respeito da caserna paraguaia, mas vaticinou uma mobilização de não mais de 30.000 homens no Exército e de onze vapores na Marinha. Seria uma bravata, continuava, não haveria risco de guerra²². Afinal, os vapores não eram de combate, e 14.000 desses soldados eram recrutas. A organização militar era deficiente, a hierarquia, continuamente flexibilizada e o armamento, obsoleto. Pouco depois, Viana de Lima reconfortou o almirante Tamandaré no mesmo sentido: uma tropa de 10.000 imperiais soldados seria suficiente para derrotar López, em caso de conflito²³. As notas do plenipotenciário brasileiro ressoaram em outra escala no Rio de Janeiro, sobretudo, quando consideradas aquelas do cônsul-geral, lotado em Assunção desde 1853. Em abril de 1864, Amaro José dos Santos Barbosa comunicou uma mobilização militar paraguaia de 7.000 homens. Em Maio, de 16.680²⁴. Ou seja, do último informe de Santos Barbosa a respeito do Exército paraguaio até aquele de Viana Lima, o contingente bélico paraguaio tinha quase duplicado. Em caso de guerra, contudo, Solano López não poderia ir muito além dos 30.000 homens, acreditava-se no Rio de Janeiro, já que, conforme diagnosticava Viana de Lima, embora o Paraguai tivesse uma população de não mais de 800.000 habitantes, na proporção de oito ou nove mulheres para cada dez homens, não haveria recursos bélicos suficientes para avolumar o Exército²⁵.

Quando as tropas de Solano López, em novembro de 1864, capturaram o vapor *Marquês de Olinda*, que trazia a bordo o presidente da província do Mato Grosso, o Império dispunha tão somente de 18.000 militares. Era pouco, comparado ao Paraguai. Era menos ainda, a julgar pelo tamanho do Brasil e pela morosidade do deslocamento. A mobilização militar teria de ser rápida e densa. O reconhecimento pelo esforço patriótico não poderia ser menor do que a dimensão da injúria paraguaia, dizia-se na Corte. E caso o patriotismo não mobilizasse os 60.000 soldados idealizados pela repartição dos Negócios da Guerra²⁶, as recompensas na letra da lei teriam de criar expectativas reconfortantes o bastante para deslocar tropas aliciadas nos quatro pontos cardinais do Império. Não se esperava, todavia, que o número de veteranos, em 1870, estivesse pouco aquém do contingente militar julgado suficiente em 1865 para derrotar

²² AHI – LBPOE, 201-1-10. Of. cons. e res. Viana de Lima para Dias Vieira, Assunção, 19/9/1864.

²³ AHI – LBPOE, 201-1-10. Of. cons. e res. Viana de Lima para Tamandaré, Assunção, 13/10/1864.

²⁴ AHI – Repartições consulares brasileiras – Assunção, 238-3-2. Of. res. n. 3 e 5, respectivamente, Santos Barbosa para Paes Barreto, Assunção, 26/04/1864 e 23/05/1864.

²⁵ AHI – LBPOE, 201-1-10. Of. cons. e res. Viana de Lima para Tamandaré, Assunção, 13/10/1864.

²⁶ AHEx- Relatório da repartição dos negócios da guerra de 1865.

as forças de López. As promessas de guerra pesariam mais no erário imperial do que poderia supor o gabinete liberal de Francisco José Furtado, quando estourou a guerra.

Os Corpos de Voluntários da Pátria foram criados em 7 de janeiro de 1865²⁷. Chamaram-se brasileiros maiores de dezoito e menores de cinquenta anos, para combater o Paraguai, prevendo-se, paradoxalmente, a paz. Dar-se-ia baixa aos voluntários, independentemente de ordens do governo, tão logo a guerra fosse concluída, quem sabe ainda em 1865, e receberiam eles transporte para onde solicitassem. Para tanto, seria unicamente necessária autorização dos comandantes dos respectivos corpos, o que significava não haver risco de permanecer no Exército ou na Armada. Previa-se, ainda, que as vantagens concedidas aos voluntários somente valeriam para aqueles que, caso residentes na Corte ou no Rio de Janeiro, se apresentassem no prazo de sessenta dias. Para os que viessem das províncias mais remotas, estendia-se para quatro meses o tempo de apresentação às autoridades competentes.

Por certo, era maneira de apressar o alistamento militar, mas a disposição deixava transparecer a promessa de uma rápida paz. Uma vez alistados em suas respectivas províncias, baianos ou pernambucanos não precisariam mais de uma semana de viagem para alcançar, de Salvador ou Recife, a capital do Império. Com mais sete dias, estariam no estuário do Prata. Prevendo-se uma escala ou outra, o percurso do Nordeste ao Sul, por mar, não duraria mais de vinte dias. Bem menos do que os quatro meses previstos pelo governo para o deslocamento das tropas mais distantes. No fundo, os prazos revelavam que a guerra estaria em seu desenrolar final no segundo semestre de 1865. Não se julgava justo conceder as mesmas vantagens àqueles chegados no último estertor de Solano López. A rápida paz, portanto, era a primeira promessa de guerra.

A segunda promessa dizia respeito ao pão do regresso. Além do soldo que percebia o soldado do Exército de linha, os voluntários seriam abonados com 300 réis diários e uma gratificação de 300\$000 quando da baixa. Caso o veterano quisesse continuar no Exército ou na Armada após a guerra, receberia, após três anos de engajamento, outros 300\$000 réis. Caso não, teria direito a empregos públicos em regime preferencial, quando não houvesse desigualdade de habilitações. Por último, se o veterano tornasse à casa com ferimentos de combate, teria direito a pensão ou meio soldo, conforme estipulava o regime para oficiais e praças do Exército; se ferimentos o incapacitasse para exercer qualquer profissão, receberia o soldo de voluntário

²⁷ Ver decreto n. 3371, de 7 de janeiro de 1865. Acessível em: Coleção de leis do Império. Brasília: Câmara de deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

dobrado; caso não retornasse, a família teria direito a pensão de um veterano reformado.

A terceira expectativa para um voluntário alistado era a terra. O decreto de 7 de janeiro de 1865 prometia 22.500 braças quadradas, ou pouco menos de 10 hectares, nas colônias militares ou agrícolas, que eram terras devolutas, públicas. A primeira colônia militar, chamada *Dom Pedro II*, foi criada ainda no período regencial (1831-1840), na margem direita do rio Amazonas, a um quilômetro da foz. Pouco depois, inaugurou-se a colônia de Santa Teresa dos Tocantins, em São João do Araguaia, e de Óbidos, na margem esquerda do rio Solimões. As províncias do Amazonas, do Mato Grosso, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, na margem ocidental do Brasil, também ganharam colônias militares ao longo da década de 1850; na porção central e na margem oriental, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo tiveram colônias agrícolas constituídas na mesma quadra histórica. Colônias militares, portanto, não tinham o mesmo objetivo que as agrícolas, embora não houvesse clara delimitação de funções por colônia. Buscava-se adensar o patrulhamento das fronteiras por intermédio de colônias militares; alocar populações em distritos despovoados, graças às colônias agrícolas; ou realizar, conjuntamente, os dois objetivos.

Todas, no entanto, fracassaram. A colônia militar *Dom Pedro II*, na década de 1866, não tinha sequer um quartel constituído. A colônia *Pedro de Araújo Lima*, prevista no Amazonas, permanecia letra morta. As sete colônias militares do Mato Grosso, combinadas, somavam menos de 100 praças e 20 colonos paisanos. As colônias agrícolas de São Paulo não ultrapassaram os 125 colonos na primeira metade de 1860²⁸. Nada poderia ser melhor do que incluir amplas braças de terra nas colônias militares e agrícolas entre as vantagens prometidas aos soldados da pátria.

Em março de 1865, e novamente em abril, os prazos definidos para a concessão das vantagens foram prorrogados. E assim sucessivamente, até terem a vigência da duração do conflito. Em agosto de 1865, estenderam-se as vantagens concedidas inicialmente aos Voluntários da Pátria à Guarda Nacional, aí incluídos os corpos policiais²⁹. Era dizer que o Império não poderia contar apenas com voluntários. A guerra alastrou-se, e a primeira promessa do governo foi rio abaixo. Cinco anos depois, retornavam os veteranos ao Brasil, em sua ampla maioria, presumia-se, Voluntários da

²⁸ Os dados a respeito das colônias militares e agrícolas podem ser encontrados no AHEx – Relatório da repartição dos Negócios da Guerra de 1866.

²⁹ Ver decretos 3504 e 3505 ambos de 4 de agosto de 1865. Acessível em: Coleção de leis do Império. Brasília: Câmara de deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

Pátria e Guardas Nacionais³⁰. Não que tivessem esses perecido menos em combate do que o exército profissional, mas foram eles que compuseram a maior parte da força imperial: 40% dos combatentes eram Voluntários da Pátria; e 45%, Guardas Nacionais³¹. Coube a esses, no imediato pós-guerra, demandar as recompensas do regresso com afinco de quem não viu cumprida a promessa de uma rápida paz.

³⁰ Não há dados confiáveis para distinguir, no momento de regresso, voluntários da pátria, guardas nacionais, combatentes do exército profissional, da marinha profissional e corpos de polícia. Os relatórios da repartição dos Negócios da Guerra diferenciam apenas voluntários da pátria e corpos de linha, mas os números apresentados são baixos (ver quadro 1), conforme discute este capítulo.

³¹ Os números foram obtidos somando-se os dados encontrados por Queiroz Duarte àqueles dispostos pelos relatórios dos negócios do exército e da marinha, para ambas as instituições, de 1869 e de 1870.

Capítulo II – Paz, pão e terra

Dois anos após a cessação do conflito, Paranhos, já agraciado com o título de Visconde do Rio Branco pelo desempenho diplomático no Prata, ordenou a publicação no Diário Oficial de uma nota na qual o governo se dizia empenhado em tomar na maior consideração os serviços prestados durante a árdua campanha do Paraguai³². A ordem vinha de ninguém menos do que o titular, a um só tempo, da presidência do Conselho de Ministros e da pasta dos Negócios da Guerra. Não escapara a Rio Branco, quando no Paraguai, que o Exército não tardaria em reclamar as promessas de 1865. Julgava que além de uma recompensa pelo esforço pátrio, a concessão de vantagens manteria as tropas afastadas da política nacional. A nota no Diário Oficial, nesse sentido, vinha advertir ao gabinete que era preciso redobrar a atenção para com os assuntos do Ministério da Guerra e tranquilizar os veteranos que, ainda em 1872, não tinham senão promessas vazias.

O paradoxo, pelo menos em aparência, foi a questão das colônias militares e agrícolas. Poucos as quiseram. Em 1871, o Ministério da Guerra acusou apenas 622 pedidos de concessão das prometidas terras, dos quais 291 foram deferidos, e os restantes 331 não foram atribuídos por falta de documentação comprobatória do envolvimento no conflito³³. Endereçar um requerimento às autoridades militares não era tarefa fácil. Era preciso saber redigir na linguagem jurídica, o que não era nada simples, considerando-se que, pelo recenseamento de 1872, em torno de 85% da população não sabiam sequer escrever. Mas não foi isso o que tolheu os veteranos, ao menos no que concerne às terras militares.

Os soldados que regressaram às províncias respectivas não mostraram interesse em novo deslocamento para regiões, julgavam, mais inóspitas do que os pântanos paraguaios. Para os que ficaram na capital, o custo de oportunidade em trocar os ensejos socioeconômicos da Corte pelo dia a dia de um colono no interior do Mato Grosso parecia enorme. Cerca de 41% das terras concedidas pelo Ministério da Guerra estavam localizados no Sudeste, exclusivamente no Espírito Santo e em Minas Gerais; 28%, na região Sul, aí compreendidos São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul³⁴; e apenas 8%, na região Norte, incluídas nesse recorte as províncias do Nordeste. Não há registros sobre os requerimentos julgados pendentes em 1871, mas não causaria surpresa concluir que fossem pedidos para colônias no Sudeste e no Sul. Afinal, eram as

³² Ver *Diário Oficial*, 10 de setembro de 1870. Acessível em: CCBB RJ, Coleção Diário Oficial.

³³ AHEX – Relatório da repartição dos negócios da guerra de 1871.

³⁴ À época, a província de São Paulo estava compreendida na região Sul.

regiões mais habitadas do Império. Pouco menos de 75% das colônias outorgadas eram exclusivamente agrícolas, distantes das regiões inóspitas de fronteira, portanto.

A decepção do governo não foi pequena. Desde 1867, multiplicaram-se os projetos militares que previam reformas nas colônias. Pensava-se que seriam atrativos para os veteranos, especialmente, quando julgados à luz do regime de concentração fundiária constituído com a Lei de Terras, de 1850. Ainda durante a guerra, José Rufino Rodrigues Vasconcellos, chefe de Divisão Fiscal do Ministério da Guerra, lamentou a inexistência de colônias no rio Paraguai e recomendou a rápida constituição de uma delas entre os rios Apa e Rio Branco até a embocadura do Cuiabá; e outra, nas margens do rio Paraná, entre o Iguazu e o Ivaí. Caso tivessem existido essas colônias antes da invasão de Solano López no Mato Grosso, alegava Vasconcellos, houvesse sido possível deslocar tropas mais facilmente. E continuava, uma força de 4.000 homens nessas colônias teria sido suficiente para conter o inimigo até o encaminhamento de reforços.

Queixou-se, ainda, do completo abandono das colônias agrícolas, acusando a falta de sacerdotes, de soldados, de mestres de músicas e de orçamento, enfim, para alçar as colônias ao objetivo definidos em lei. Em 1867, recordou ao Ministro da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá, as lições do abade Landmann sobre a colonização francesa na Argélia: as colônias agrícolas, religiosas e militares seriam as fundações da empresa de colonização territorial. O que, no Brasil, recomendava Vasconcellos, significava povoar as regiões inóspitas e garantir a segurança nacional. Daí a importância que conferia à colônia *Dom Pedro II*: seria prova de posse da terra em caso de disputas lindeiras com a França. Concluiu a memória preconizando ao governo, além do envio de veteranos, a remessa de mendigos e presidiários às colônias,

Com este sistema, podem ligar-se perfeitamente o de colonização agrícola, o de mendicidade e vagabundos e o penitenciário; e assim caminharemos a diferentes pontos debaixo dos mesmo princípios: guarda e defesa das fronteiras [...], proteção da navegação fluvial, colonização agrícola do país, expurgar a sociedade de mendigos e vadios e dar trabalho e futuro a sentenciados civis e militares por crimes leves³⁵.

Por último, somou à conclusão de seu projeto a criação de colônias de dez em dez léguas, pela extensão das fronteiras brasileiras do Oiapoque ao Chuí, o que significaria um deslocamento populacional expressivo.

³⁵ AHEx – Relatório da repartição dos negócios da guerra de 1871.

As reformas propostas pareceram colossais ao Conde d'Eu, que à época era Comandante-Geral de Artilharia e presidente da Comissão de Melhoramento do Material do Exército³⁶. As colônias, em seu parecer, deveriam ser abandonadas, pois absorviam cerca de 300:000\$000 réis por ano e permaneciam em situação insatisfatória: poucas tinham estradas e parca era a mobilidade fluvial. Caso não o fossem, não vislumbrava lógica senão na manutenção de colônias nas terras devolutas do Mato Grosso e, especialmente, aquelas entre os rios Paraná e Paraguai. A fronteira setentrional não apresentaria riscos bélicos ao Brasil, e a meridional já estaria guarnecidas pelas tropas gaúchas.

Em todos os casos, não eram terras nas cercanias do vale do rio Paraíba que se prometeram em 1865, como talvez pudesse ter ouvido um futuro soldado no boca a boca, mas lotes em colônias militares e agrícolas. Malgrado algumas poucas transformações, que concerniram sobretudo à redistribuição das colônias do Mato Grosso para as áreas de fronteira com o Paraguai, o regime de terras militares permaneceu inalterado. Os requerimentos de veteranos para obtenção de braças de terra na província do Rio de Janeiro rapidamente resvalaram no aviso da Diretoria da Fazenda de agosto de 1870. A província não possuía colônias agrícolas, e o governo, assinalava a diretoria, ainda não tinha demarcado as terras devolutas remanescentes. As poucas colônias militares registradas no Rio de Janeiro eram geridas por sociedades particulares, das quais o governo era acionista³⁷. De qualquer forma, estimava-se no Ministério da Guerra que o Rio de Janeiro não deveria ser o destino dos veteranos enquanto colonos. A razão de ser das colônias militares fluminenses não era a defesa ou o povoamento das regiões litorâneas.

Poucos foram os que, uma vez obtidas as braças de terra, consentiram em asseverar o sentido das colônias. Queixou-se a Divisão de Terras do Ministério da Guerra, e especialmente no que diz respeito ao Rio Grande do Sul, tanto da rápida passagem dos veteranos pelas colônias, quanto de não ter visto veterano algum nas colônias a eles outorgadas. Nos dois casos, prosseguia-se na Divisão, os veteranos tratavam logo de vender seus prazos de terra por quantias insignificantes³⁸.

Questão diferente era a das gratificações. Apenas no primeiro semestre de 1870, foram outorgadas 15.092 gratificações de 300\$000 réis cada, conforme se definiu em 1865³⁹. No relatório dos Negócios da Guerra, alegou-se que os números eram baixos,

³⁶ AHMI – Maço 144, doc. 7039. Projeto de relatório do conde d'Eu a respeito das reformas militares, 1868.

³⁷ APERJ – Maço 5, caixa 24, Fundo PP. Aviso da diretoria da fazenda da província do Rio de Janeiro para o ministério da guerra, 12/08/1870.

³⁸ AHEx – Relatório da repartição dos negócios da guerra de 1871.

³⁹ AHEx – Relatório da repartição dos negócios da guerra de 1871.

porque os pagamentos de prêmios foram outorgados, na maior parte, aos corpos englobadamente quando passaram pela Corte. Outros, e muitos mais a vir, continuava o relatório, tiveram e teriam de ser satisfeitos separadamente, por tocarem a praças que não regressaram arregimentadas. Não se sabe exatamente se o número de prêmios correspondeu ao de egressos do Paraguai, mas a progressiva queda no número de requerimentos, publicados na ordem da dia do Exército e interpostos nos anos de 1872 e de 1873, indica possível contemplação do direito à gratificação.

Para o Ministério da Guerra, o dever tornou-se um fardo. As despesas totais com os prêmios somaram 4.527:600\$000 réis, ou pouco mais de 20% do orçamento do exército para o exercício de 1871 a 1872. As contas não fechariam. Embora os créditos do Ministério houvessem sido reduzidos de 599:209\$000 réis em relação ao exercício anterior, o governo atendeu às reclamações de Domingos José Nogueira Jaguaribe, que havia assumido o Ministério da Guerra em maio de 1871, e concedeu créditos extraordinários no valor de 3.571:651\$842 réis, quase a monta das gratificações concedidas. Não por acaso, o presidente do Conselho de Ministros era o Visconde de Rio Branco, quem antes de Jaguaribe estivera na pasta da guerra.

A reivindicação das gratificações, assim como das demais vantagens concedidas em 1865, sujeitava-se à apresentação de escusas de guerra, como se dizia à época. Eram documentos que comprovavam a participação dos veteranos no conflito. O que poderia parecer simples, isto é, a confrontação das escusas com o direito à recompensa de guerra, não o foi tanto. Em fevereiro de 1871, José Reinaldo de Souza e Julião Francisco Nunes, ambos veteranos, interpuseram recurso ao Conselho Superior Militar em virtude da decisão do Ministério da Guerra que lhes negou o direito à gratificação. Alegava-se que os antigos voluntários não tinham marchado para o Paraguai. O Conselho Superior Militar, no entanto, concedeu-lhes o recurso e, portanto, as gratificações, visto que os soldados foram mobilizados para a guerra, embora estivessem lotados em Montevidéu⁴⁰.

Petições do mesmo gênero avolumaram-se até julho de 1871, quando, por ordem de Jaguaribe, a pasta da Guerra foi obrigada a contemplar, entre os veteranos, não somente aqueles que estiveram em combate, mas todos que tivesse participado da campanha do Paraguai, incluídos aí os que não ultrapassaram as fronteiras paraguaias⁴¹. A não ser por duas exceções, amplamente discutidas no Senado e no Ministério da Guerra. A primeira delas dizia respeito ao oficialato. O decreto de janeiro de 1865 não distinguiu oficiais de praças, deixando, por conseguinte, um vácuo jurídico no que

⁴⁰ AHEx – Ordem do dia do ministério dos negócios da guerra, 17/02/1871.

⁴¹ AHEx – Ordem do dia do ministério dos negócios da guerra, 31/07/1871.

concerne à concessão das vantagens aos veteranos. A 5 de junho de 1866, os senadores tinham deixado claro que por voluntários se entenderiam apenas os praças⁴². Os únicos oficiais que poderiam gozar dos direitos de 1865 eram os da Guarda Nacional, dado que a eles, assim como aos praças da guarda, foram estendidos os direitos dos Voluntários da Pátria. O Senado resolveu, dessa forma, apenas em parte o imbróglio das vantagens. Em novembro de 1871, um tenente do exército de linha, veterano de guerra, reclamou ao Conselho Militar a gratificação que se concedera aos voluntários. Afirmava que o esforço fora o mesmo nos invernos paraguaios, e que assim deveriam ser as recompensas. Completava, ainda, seu requerimento indicando o caso de outro oficial, também de linha, que obtivera a gratificação apesar da hierarquia militar. O Conselho redarguiu à altura. O tenente não fora Voluntário da Pátria ou Guarda Nacional. O outro oficial tinha ascendido na gradação militar por atos de bravura enquanto Voluntário da Pátria. Era direito adquirido⁴³. O exército de linha ou profissional, recordava o Conselho Superior Militar, não tinha direito às promessas de 1865.

Houve, ainda, quem tentou cobrar em duplicidade a gratificação de baixa: uma vez quando regressado ao Rio de Janeiro ainda arregimentado, e outra, quando retornado à província de origem⁴⁴. O Ministério da Guerra foi implacável com essas tergiversações, mas não por isso deixou de atender aos clamores da presidência do Conselho de Ministros, e mesmo do Imperador, para atender aos pedidos dos veteranos. Dom Pedro II não era indiferente às cartas que recebia dos soldados da pátria, como se de próximos se tratasse.

É tempo ainda de reparar a vosso clamoroso engano, lembrai-vos da soberania do povo, e que depois desta guerra uma crise medonha talvez apareça no Brasil [...]. É incrível, senhor dom Pedro, a maneira por que tem sido por vós considerado o sacrifício de quem por estas paragens se acha, ao passo que prodigalizais tantas graças da paz e na tranquilidade da família, somente porque ofereceram o ouro, ou um escravo muitas vezes defeituoso, no entanto, nós, que demos a nossa saúde e o nosso sangue, temos o esquecimento! Oh! Isto é duro!⁴⁵

Não foi por descuido que o Visconde do Rio Branco, autor do relatório do Ministério da Guerra de 1871, iniciou as notas sobre as despesas do Exército com as pensões de guerra. Era prioridade para o governo. A 13 de abril de 1877, Augusto

⁴² Anais do Senado Federal, 5 de junho de 1868. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

⁴³ AHEx – Ordem do dia do ministério dos negócios da guerra, 22/11/1871.

⁴⁴ APERJ – Maço 4, caixa 24, Fundo PP.

⁴⁵ AHMI - Maço 145, doc. 7070. Carta de Caio Graccho Jor para dom Pedro II, s/l, 14/04/1869.

Olímpio Gomes de Castro recordava, na Câmara de Deputados, o vulto das pensões no orçamento imperial. Revendo a coleção de leis e decretos, dizia Gomes de Castro talvez exageradamente, dois terços eram sobre pensões⁴⁶. De 1868 a 1873, 8.089 pensões foram atribuídas a oficiais e praças que sofreram ferimentos passageiros ou perenes em combate. O que não era pouco, visto, por um lado, o número total de veteranos, e, por outro, a progressiva anulação da diferença entre as pensões aprovadas e as dependentes de aprovação (ver gráfico 1). Para o Ministério da Guerra, o volume das pensões pesou tanto quanto, senão mais, o das gratificações. Quase 10% do orçamento do Exército em 1871, e pouco mais disso em relação aos anos posteriores⁴⁷. Em ampla medida, foram dadas as pensões aos quase 15% de veteranos que retornaram com algum tipo de ferimento⁴⁸.

Para as famílias dos combatentes que pereceram fosse nos campos de batalha, fosse por razões de saúde, algumas vezes sem sequer terem disparado um único tiro, a realidade foi bem outra. Apenas 1.841 pensões foram concedidas entre 1868 e 1873. Corresponhia a uma parcela irrisória dos quase 80.000 falecidos no Paraguai (ver gráfico 2). O governo não poderia arcar com tamanha despesa, e optou-se pelo favorecimento. Proporcionalmente, as famílias de combatentes falecidos do Exército de linha receberam substantivamente mais pensões do que aquelas de Voluntários da Pátria ou Guardas Nacionais. E há razões de se crer que foram as famílias de oficiais, independentemente do tipo de batalhão no qual teria o falecido participado, que receberam a maior parcela desse magro volume de pensões.

Houve, na província do Rio de Janeiro, casos de esposas de oficiais que receberam pensões sem que seus respectivos maridos estivessem registrados na listas de óbitos do Exército⁴⁹, o que ia de encontro ao rigor que o Barão de Muritiba exigia em 1868, quando na pasta da Guerra, aos presidentes de províncias na verificação de escusas⁵⁰.

⁴⁶Anais da câmara de deputados, 13 de abril de 1877. Brasília: Câmara de deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014.

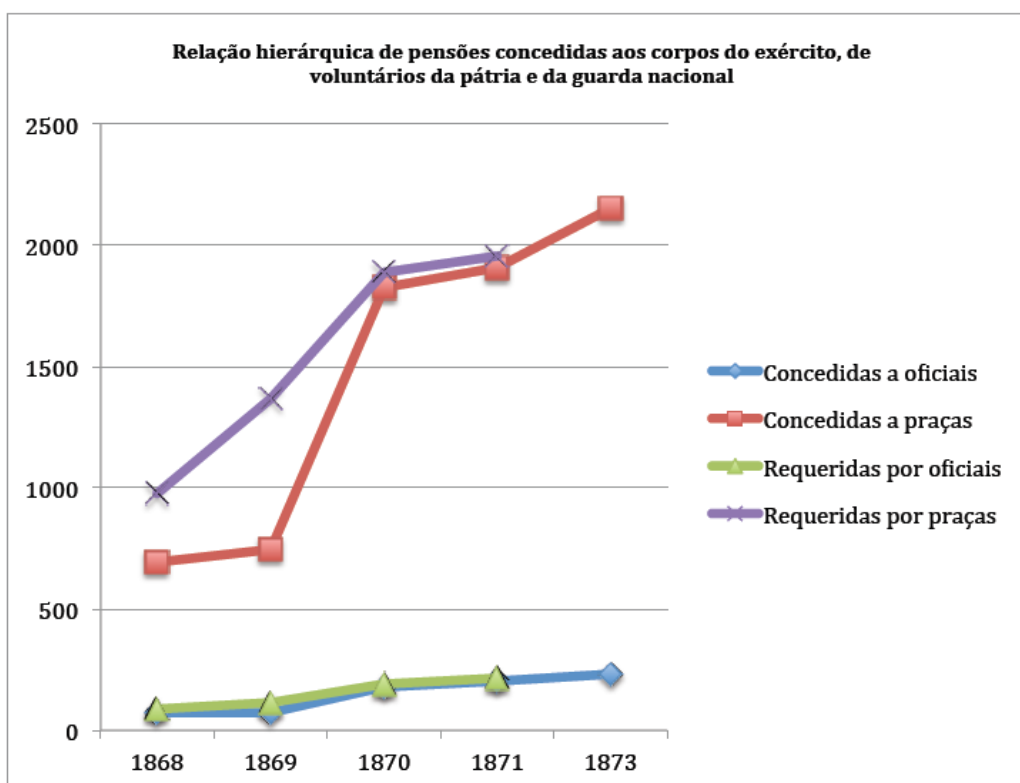
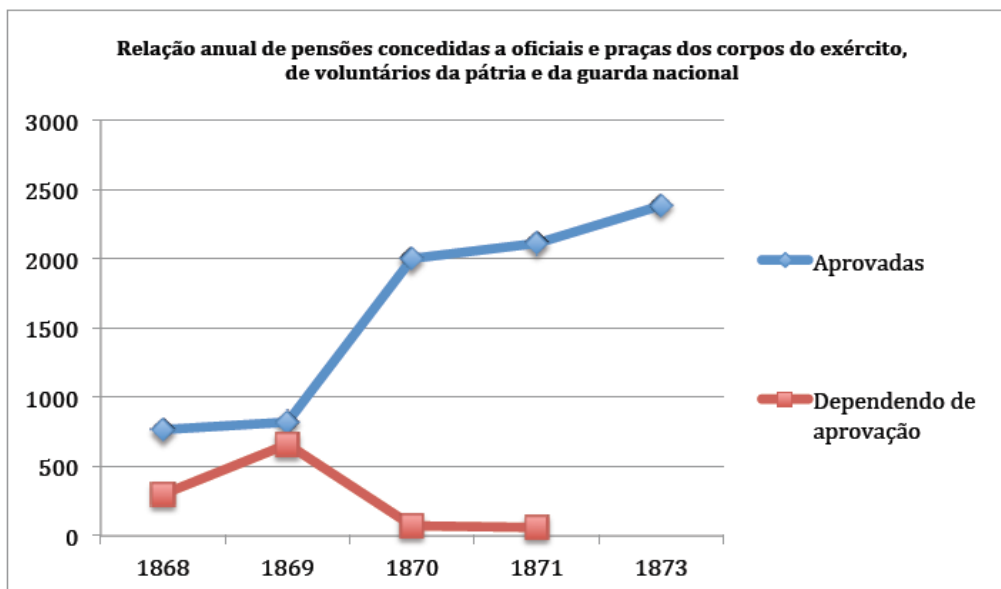
⁴⁷AHEx - Relatório dos negócios da guerra de 1871 a 1875.

⁴⁸Não há dados confiáveis para saber ao certo quantos dos veteranos retornaram feridos ou aleijados. Os dados apresentados nos relatórios do Exército entre 1870 e 1873 a respeito do Asilo dos Inválidos da Pátria estão amplamente aquém do número de pensões, o que corrobora a tese, alegada nos relatórios, consoante a qual os feridos ou aleijados não desejavam permanecer no asilo, requerendo rapidamente retornar às províncias de origem, caso não fossem do Rio de Janeiro. O número de pensões concedidas, no entanto, fornece um bom indício do que teria sido o número de feridos ou aleijados regressados ao Brasil. Ver: Relatório dos Negócios da Guerra de 1870 a 1873.

⁴⁹APERJ – Maço 4, caixa 24, Fundo PP.

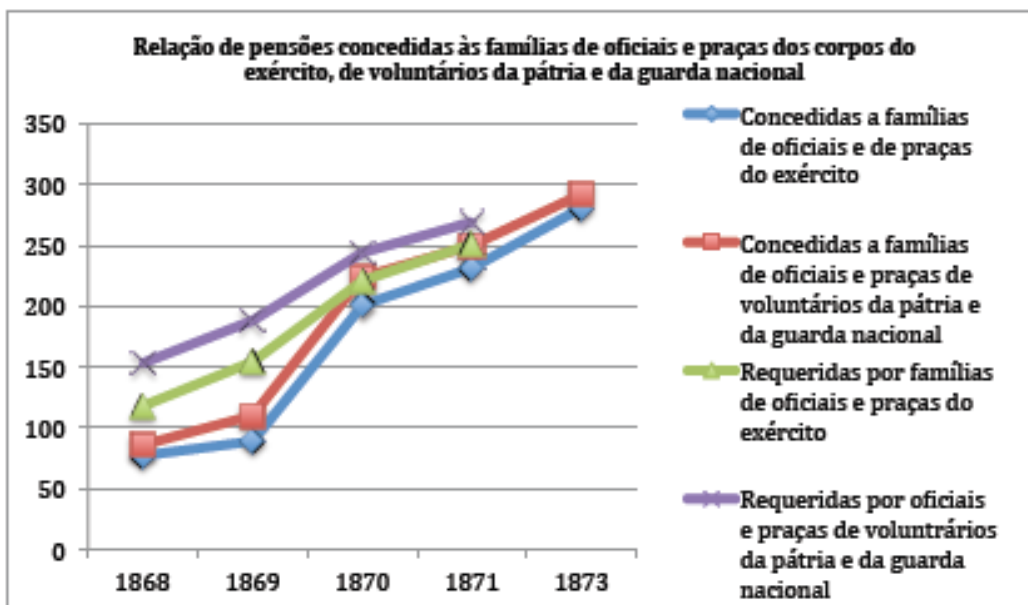
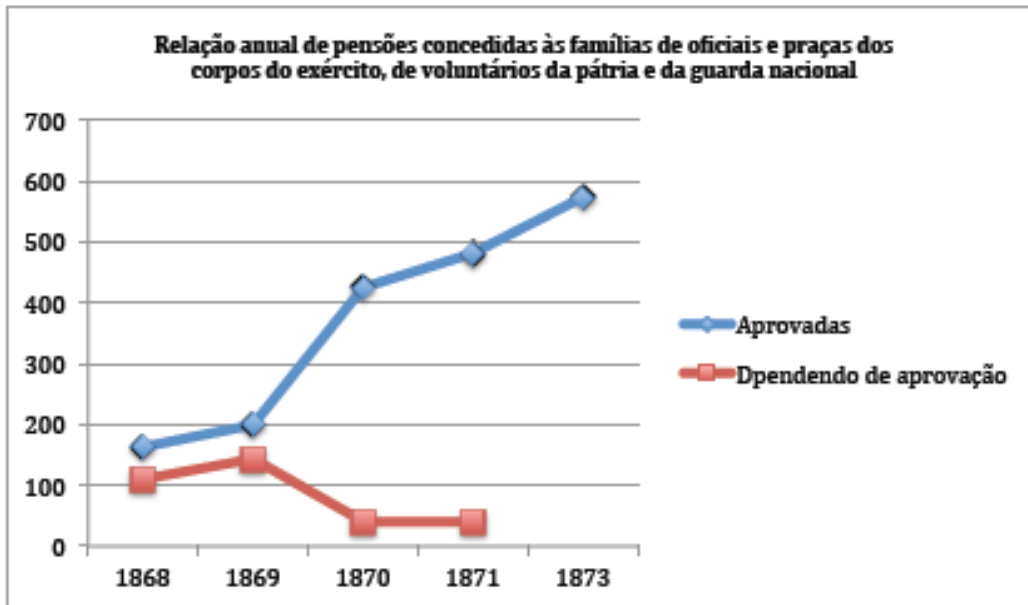
⁵⁰APERJ – Maço 7, caixa 24, notação 68, Fundo PP.

Gráfico 1: Relação de pensões concedidas a veteranos, 1868-1873



Fonte: AHEX - Relatório da repartição dos negócios da guerra e da marinha, 1868-1873

Gráfico 2: Relação de pensões concedidas às famílias de veteranos falecidos, 1868-1873



Fonte: AHEx – Relatório da repartição dos negócios da guerra e da marinha, 1868-1873

Os requerimentos que transitaram do Ministério da Guerra para o Conselho do Estado, o que por si só já denotava algum grau de desentendimento no que diz respeito ao direito de pensão, eram sistematicamente relativos a oficiais. Em novembro de 1873, o Conselho de Estado resolveu a favor das irmãs do tenente-coronel do Exército Afonso José de Almeida Corte Real, e concedeu-lhes a pensão de 48\$000 réis mensais, amplamente mais do que os 12\$000 dadas aos soldados feridos ou aleijados⁵¹. Pouco antes, o mesmo Conselho de Estado dera carta branca à viúva de um cirurgião de brigada com base nas promessas de guerra para voluntários, o que não tinha aplicabilidade segundo o decreto de 1865, embora tivesse, sim, consoante o regimento do Exército⁵². A ordem do dia do Exército, em 1871, não acusou senão um punhado de pensões outorgadas às famílias de praças. Nos jornais, especialmente os liberais, a indignação fazia-se ouvir. O *Diário do Rio de Janeiro* noticiou, no primeiro semestre de 1870, outorgas de pensões a oficiais superiores que iam, algumas vezes acumulando mais de uma pensão, de 40\$000 réis mensais a 600\$000. Malgrado o proposital exagero do periódico, em poucos meses os oficiais alcançavam a gratificação de um veterano que combatera pelo menos três anos no Paraguai⁵³. Era quase a concretização de um vaticínio exposto no *Correio de Vitória*, quando do começo da guerra.

*Viúvas. A guerra na América tem feito grande número de viúvas. Atualmente, contam 22.000 às quais o governo de Washington dá pensões. Entre estas viúvas há uma que já recebe três pensões. Esta mulher vive em Troy, no Estado de Nova York, casou-se sucessivamente com três soldados, que morreram no campo de batalha...conseguirá ainda outra pensão?*⁵⁴

Os valores das pensões concedidas às viúvas dos oficiais superiores eram altos, quando comparados às pensões de anspeçadas e cabos, 15\$000 réis mensais, de alferes ou sargentos, 18\$000, ou de capitães, 30\$000⁵⁵. As famílias de soldados acudiram às delegacias de polícia, para pleitear, ainda que oralmente, o direito às pensões⁵⁶. Em 1877, o *Diário do Maranhão* publicou o caso de um veterano que irrompeu na secretaria

⁵¹ AN – Caixa 551, pac. 4, 1R conselho de estado. Consulta de 28/11/1873.

⁵² AN – Caixa 551, pac. 4, 1R conselho de estado. Consulta de 29/08/1872.

⁵³ BN – *Diário do Rio de Janeiro*, 08/01/1870 e 03/03/1870.

⁵⁴ AGCRJ – Caixa 44.1.48

⁵⁵ A hierarquia militar do exército, durante o Segundo Reinado, dividia-se, por ordem de menor a maior graduação, em praças (soldado, anspeçada, cabo, furriel, segundo-sargento, primeiro-sargento), oficiais inferiores ou subalternos (alferes, segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão), oficiais superiores (major, tenente-coronel, coronel), oficiais-generais (brigadeiro, marechal-de-campo, tenente-general, marechal-de-exército); e para a marinha, em praças (grumete, marinheiro, cabo, guardião, contramestre, mestre), oficiais inferiores ou subalternos (aspirante guarda-marinha, guarda-marinha, segundo-tenente, primeiro-tenente), oficiais superiores (capitão-tenente, capitão de fragata, capitão de mar e guerra), oficiais-generais (chefe de divisão, chefe de esquadra, vice-almirante, almirante, comandante-oficial).

⁵⁶ APERJ – Notação 69, maço 7, caixa 24, Fundo PP.

do ministério da guerra reclamando, aos gritos, pensão de soldado ainda não concedida; dizia-se ferido no amor próprio⁵⁷. Quando persistiam as dificuldades - e podiam ser essas de todas as ordens, a começar pela redação dos requerimentos - para obtenção das vantagens de 1865, havia a possibilidade de recorrer aos advogados, que, não sem perceber parte das gratificações, soldos ou pensões, se colocavam de bom grado a serviço dos veteranos. Ao longo dos primeiros anos da década de 1870, quem abrisse o *Diário do Maranhão* logo trombaria com os anúncios classificados exclusivamente dirigidos aos soldados do Prata.

*Aos voluntários da pátria e guarda nacional designada que marcharam para a guerra do Paraguai e que não receberam suas gratificações ou soldos de voluntários, ou que receberam de tropa de linha, quando deviam receber de voluntário da pátria, terão a bondade de mandarem procuração ao abaixo assinado, que tem sido o único advogado que sempre tem tratado destes negócios*⁵⁸.

Apesar da insistência do Visconde do Rio Branco em atender aos direitos dos veteranos, o que foi feito, à exceção das promessas relativas à concessão de empregos públicos⁵⁹ e às pensões para as famílias de praças, as reivindicações dos veteranos assumiu a característica de uma frustração que ultrapassava as expectativas oriundas do decreto de 1865. Para os praças ou para as famílias de soldados falecidos no Paraguai, o fosso entre o soldo ou pensão que lhes corresponderam e aqueles dos oficiais não se coadunava com a experiência militar compartilhada entre todos os combatentes: a Guerra do Paraguai. Para os praças do exército de linha, da mesma forma, não havia razão em distingui-los dos ex-Voluntários da Pátria ou Guardas Nacionais no que diz respeito às recompensas de guerra, visto que o esforço no Prata havia sido o mesmo. Ou seja que havia uma sensação de injustiça, tão bem traduzida em junho de 1870 pelo *Diário do Rio de Janeiro*, que mais guardava relação com um esforço não recompensado do que com a lista de vantagens prometidas.

Qual a razão por que não se tem dado as condecorações que competiam ou competem às praças [...]? [...]. Por ventura elas não derramaram seu sangue pela pátria, e não devem gozar do mesmo direito que fruem os senhores oficiais, para os quais só há apreço e elogio? Por ventura a campanha foi somente feita por oficiais? Ninguém o dirá. E por isso deve o governo atender nos serviços de soldados tão briosos e fieis à causa nacional, de tal

⁵⁷ BN – *Diário do Maranhão* 25/05/1877.

⁵⁸ BN – *Diário do Maranhão*, 17/01/1875. O anúncio repete-se em numerosas outras ocasiões, no mesmo jornal.

⁵⁹ A questão da preferência em empregos públicos será tratado na Parte II.

*maneira que deixem de exigir quanto lhes foi garantido, e retirem-se aos lares da família, esperançosos na recompensa do Estado*⁶⁰.

Por mais que tenham os prazeres recebido, em sua maioria, pensões e gratificações, não por isso deixariam de exigir o que lhes foi garantido. Ocorre que essas garantias, no fundo, se avaliaram confrontando o antes ao pós-guerra. Entrar aos gritos numa delegacia de polícia ou na Secretaria do Ministério da Guerra, em que pese ora a inadequação do local, ora o indecoro da forma, era assinalar a persistência de uma situação socioeconômica, malgrado a participação na campanha do Paraguai e o prestígio extraído do sacrifício militar decorrente da guerra. Persistência essa que tampouco deixou de caracterizar os oficiais do pós-guerra. A queixa contra o governo, pela lado do oficialato, veio a ritmo de galope. Arrematava-se no relatório da Marinha apresentado em 1871 ao governo Rio Branco:

*É nesta Corte que nossos oficiais devem fixar sua residência; porque, por ora, não temos distritos pelos quais sejam distribuídos, como em alguns países. Aqui a vida é cara, e não podem, de forma alguma, subsistir decentemente um capitão de fragata com 96\$000 por mês, um capitão de mar e guerra com 120\$000, um chefe de divisão com 144\$, um chefe de esquadra com 180\$000, um vice almirante com 240\$000 e um almirante com 300\$000. Embora desembarcados, estão sempre às ordens do governo, e não devem, nem podem atender a outros interesses. Empregados públicos, em posições mais modestas, gozam de ordenados mui superiores aos que acabo de apresentar a vossa apreciação*⁶¹.

Tal qual Ulisses quando retornava da Guerra de Troia, os veteranos do Paraguai vaticinaram mais do que as palmas de seus superiores. Não seria exagero supor que os combatentes transformaram-se durante o conflito, e que suas expectativas, quando da partida, também mudaram ao longo do combate. Os difíceis invernos transcorridos nas trincheiras paraguaias produziram, aos olhos dos veteranos, sacrifícios não antecipados pelo decreto de janeiro de 1865. O que esperar do regresso?

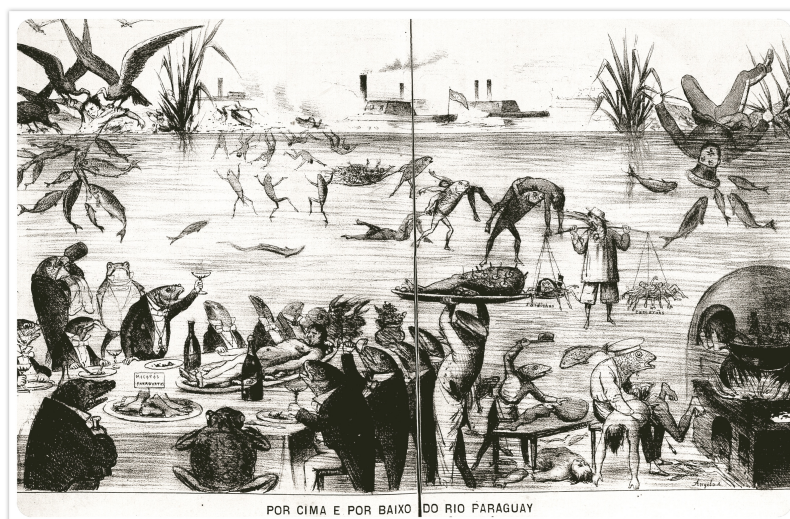
Os veteranos voltaram num estado caracterizado pela ausência de um direito vislumbrado no sacrifício de guerra, e não contido nas promessas do governo. Como se o retorno fosse bálsamo para todas as dificuldades, esperaram desse direito a superação de uma condição socioeconômica. Novamente, como se a participação na Guerra do Paraguai fosse garantia de conforto material e, quem sabe, espiritual. Esse direito relacionava-se, a um só tempo, com o reconhecimento nos espaços sociais para os quais

⁶⁰ BN – *Diário do Rio de Janeiro*, 01/06/1870.

⁶¹ AM – Relatório dos negócios da marinha de 1870.

os veteranos regressaram e com a possibilidade de obrigar o governo a ser fiador desse reconhecimento. Ocorre que os combatentes do Prata foram privados da satisfação desse prestígio. As promessas cumpridas não estiveram à altura das expectativas. Daí a frustração dos veteranos; daí, então, o entrelaçamento inevitável entre as expectativas geradas durante a campanha e as frustrações do regresso. É sobre essas expectativas e sobre essas frustrações que a próxima parte se debruça.

Parte II - Gênese dos veteranos



A Vida Fluminense, 4/04/1868.

Ilustração de Ângelo Agostini. Legenda: *Por cima e por baixo do Rio Paraguai. Por cima: os homens estrefegam-se como se fossem peixes vorazes. Por baixo: os peixes folgam e banqueteam-se como se fossem homens civilizados.*

*When war is rife and danger nigh
God and the soldier is the nation's cry
When peace is made and all things righted
God's forgot and the soldier slighted*

Provérbio militar britânico

Percorrer a gênese dos veteranos da Guerra do Paraguai requer mais que uma comparação entre as expectativas na hora do alistamento e as frustrações do pós-guerra. O inesperado, com suas múltiplas facetas, mudou o veterano ainda no decurso da guerra. Será objeto desta parte compreender em que medida esse inesperado afetou as expectativas dos veteranos e, portanto, as frustrações também. O que poderia ser esse inesperado? Pense-se no que poderia percorrer a mente de um veterano, como relances de memória, quando, depois de longos anos em combate, encontrava-se na embarcação que o traria de volta à casa.

Em primeiro lugar, a impressão causada pelo progresso técnico-militar. Nos acampamentos do Exército, as estações telegráficas, os mangrulhos e os balões tripulados davam o tom de uma guerra cujos resultados, em larga medida, deveram-se às inovações tecnológicas. Petardos, torpedos, fuzis raiados, canhões, armas de repetição e carregáveis pela culatra, revólveres e pistolas foram amplamente empregados pelas tropas brasileiras (SALLES, 2003). Na Armada, a construção de encouraçados e corvetas tornou-se de maior importância, já que o acesso ao Paraguai somente era viável pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. O próprio território brasileiro

não contava com uma malha rodoviária suficientemente expressiva para deslocar o contingente bélico; pior, o Mato Grosso, província vizinha ao Paraguai, era unicamente acessível por via fluvial, o que tornava os rios platinos nódulos estratégicos de movimentação militar⁶². Para os veteranos da marinha, tanto aqueles que permaneceram nos estaleiros do Rio de Janeiro quanto os que pela primeira vez embarcaram nos encouraçados nacionais, a novidade tecnológica não tinha igual. À exceção do conflito civil nos Estados Unidos (1861-1865), a Guerra do Paraguai não teve precedentes no que concerne à mobilização tecnológica, conforme assinalava o general argentino Gelly y Obes a Caxias em 1867⁶³.

Em segundo lugar, como ligando o primeiro relance de memória a este, os revezes das inovações bélicas. As balas de canhão lançadas nos campos de batalha, independentemente da origem, atingiam todas as nacionalidades. Pouco meses antes do fim da guerra, o Conde d'Eu confessou a dom Pedro II que no confronto de Peribebeú, ocorrido em 12 de agosto de 1869, grande parte dos feridos brasileiros foram-no em virtude da artilharia pátria⁶⁴. Os relatos do general Dionísio Cerqueira não negaram a confissão do Conde d'Eu. Em combate, morria-se sobretudo devido a balas perdidas⁶⁵.

Quando os tiros à distância cediam lugar ao embate corpo a corpo, baionetas, adagas, espadas e lanças entravam em cena com a brutalidade própria das guerras. Pouco dias após vencer as duas divisões do general paraguaio Bernardino Caballero nas batalhas de Itororó e do Avaí, em dezembro de 1868, Caxias, então comandante em chefe das forças brasileiras, tinha de prestar contas ao ministério da guerra. Entre os números das perdas físicas e materiais, uma nota a parte dava tom de confidencialidade ao despacho enviado ao Rio de Janeiro. Entre os cadáveres encontrados no terreno de combate, comentava Caxias, acharam-se aleijados e feridos ainda não curados; pior, havia o de um menino de onze a doze anos, que havia sofrido anteriormente uma amputação no braço esquerdo e fora obrigado a lutar com a espada que ainda apertava em sua mão direita⁶⁶. Para o comandante, que aos 65 anos de idade ainda era aplaudido por atos de bravura, a realidade dos campos de batalha humanizava-lhe o heroísmo.

Eram, de alguma forma, as duas faces do rio Paraguai no desenho de Ângelo Agostini: por baixo, a bravura e a pompa militar, a bandeira e o hino, ou um Império que dizia trazer a civilização ao desgovernado Paraguai; por cima, soldados de doze anos,

⁶² O acesso ao Mato Grosso por via terrestre somente se consolidou em 1940.

⁶³ AN – Doc. res., cod. 551, vol. 2, NP, Diversos. Gelly y Obes para Caxias, Tuyucúé, 05/08/1867.

⁶⁴ AHMI – Carta res., maço 146, doc. 7056. Conde d'Eu para dom Pedro II, s/l, 29/08/1869.

⁶⁵ *As Reminiscências da campanha do Paraguai*, de Dionísio Cerqueira, abundam em casos que corroboram a afirmação. Ver: CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Tours: Imprimerie E. Arrault e cie., 1910.

⁶⁶ AN – Cod. 925, vol.5, OG, Ministério da Guerra. Comunicado de Caxias ao ministério da guerra, Angostura, 20/12/1868.

mulheres em situação de miséria, esqueletos vivos, sem respiração, nas palavras que o Conde d'Eu endereçou ao general Victorino quando a guerra alcançava seu desfecho final⁶⁷. A crueldade andava lado a lado com a condolência. Em nota apaixonada, o Conde d'Eu comunicava ao Imperador a brutalidade dos oficiais brasileiros após a batalha de Peribebeú, em agosto de 1869:

[O coronel Pablo] *Caballero* [...] *tinha* entregueado as espadas aos ajudantes de campo do Herval, e assim mesmo os mataram a sangue frio; a pretexto de vingar a morte de João Manuel [Mena Barreto], e os enterraram depressa, para eu não ver! Só mais tarde é que eu soube. [...]. No combate do dia 18, a coisa ficou pior. O Victorino, de acordo com o Tibúrcio, mandou lancear todos os quinze oficiais [paraguaios], que se tinham entregueado! Alguns, dizem que pediam de joelhos pela vida e davam vivas ao Brasil: foi horrível!⁶⁸

Era matéria suficiente para deixá-lo abalado. Como para tantos outros veteranos, do praça de pré ao oficial graduado em combate, o retorno ao Brasil trazia para o Conde d'Eu, que anos depois confessou à esposa, a princesa Isabel, os distúrbios mentais causados pela guerra (RANGEL, 1935), lembranças espasmódicas e perdas no tempo.

Entre outras memórias, aos veteranos embarcados para o Império vinha a angústia dos difíceis dias nos hospitais. O doutor Francisco Bonifácio Abreu, cirurgião-mor do exército, publicou dados que considerava alarmantes no *Jornal do Comércio*, em agosto de 1868. Tão somente no segundo semestre de 1868, 30.515 soldados do exército haviam passados pelos hospitais aliados; 2.836 teriam falecido, 23.410 ter-se-iam curado e outros 4.239 teriam sido transferidos para o Brasil⁶⁹. A considerar que o corpo do exército brasileiro, até a data, não ultrapassou o número de 40.000⁷⁰, tem-se que em torno de 3/4 dos combatentes de terra andaram pelos hospitais aliados. Recordava ainda o cirurgião que os percentuais de mortalidade, naquele semestre, superavam os da Guerra de Secessão, perdendo apenas para Guerra da Crimeia na segundo metade do século XIX. Morria-se de infecção pulmonar, de pneumonia, de

⁶⁷ AN – Caixa 812, OP, coleção Caxias. Carta res. Do Conde d'Eu para o general Victorino, Rosário, 30/12/1869.

⁶⁸ AHMI – Maço 146, doc. 7056. Carta pessoal do conde d'Eu a dom Pedro II, s/l, 29/08/1869. A versão do episódio narrado ao imperador vai de encontro à comumente defendida pela historiografia paraguaia. Juan Bautista Gill Aguinaga, retomando os relatos de Juan Crisóstomo Centurión, coronel paraguaio que lutou na guerra, conta que, por ordem do conde d'Eu, o coronel Pablo Caballero foi amarrado pelos pés e pelas mãos a rodas de canhões e esticado até ter o corpo esquartejado. Os outros oficiais paraguaios teriam sido degolados, também por decisão do genro de Pedro II. Ver: GILL AGUINAGA, Juan Bautista. Excesos cometidos hace cien años. História Paraguaya. Assunção: Academia Paraguaya de Historia, 1968, vol. XII, pp.22-3; e DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai. 2ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2002, pp. 410-11.

⁶⁹ BN - *Jornal do Comércio*, 02/09/1868.

⁷⁰ AHEx – Relatório da repartição dos negócios da Guerra, 1868. Os dados apresentados no relatório provavelmente estejam aquém da realidade. Maior discussão a respeito dos números da guerra é entabulada ainda no capítulo 1.

hepatite e de febre amarela, entre tantas outras doenças. Em março de 1867, reiterados surtos de cólera alcançaram os acampamentos aliados de Itapiru e de Corrientes, alastrando-se até Buenos Aires, por força dos veteranos argentinos que nessa época voltaram à casa. Um ano depois, em janeiro de 1868, o vice-presidente da Argentina, Marcos Paz, foi vítima da epidemia. Nesse cenário, não se requer grande esforço de imaginação para presumir a surpresa do enfermeiro brasileiro que, no mesmo mês de janeiro de 1868, ao receber ambulâncias despachadas do Rio Grande do Sul para Montevideú, encontrou palha, saca-rolhas, fósforos e arveja nos barris que deveriam trazer remédios⁷¹.

Havia também recordações sobre a irmandade entre tropas. Não eram raros casos de soldados argentinos e brasileiros que cediam parte de suas porções alimentares a prisioneiros paraguaios⁷². Ou ainda, casos de paraguaios que, com anuência de soldados aliados, se alistaram em fileiras argentinas⁷³. Poucos meses antes do término da guerra, o recenseamento do exército argentino no Paraguai não somente contou paraguaios, mas alemães, espanhóis, italianos, húngaros, bolivianos, chilenos, americanos, irlandeses, portugueses, suíços, ingleses e, mais surpreendente, uruguaios e brasileiros. Em setembro de 1869, o batalhão argentino acampado em Caraguatai contava 240 homens, dos quais unicamente 53 eram argentinos⁷⁴. Para o soldado brasileiro que por primeira vez deixava o país, se por ventura cruzasse um desses batalhões argentinos, a Guerra do Paraguai poderia tomar a feição de uma volta ao mundo.

Lembrando-se da crueldade ou da compaixão dos campos de guerra, ensaiando uma e outra palavra em espanhol, francês ou inglês, voltavam irreconhecíveis os veteranos brasileiros. Os longos meses no Paraguai envelheceram-nos. Não eram mais aqueles que embarcaram em janeiro de 1865. O regresso traria agora, pensava-se, angústias quanto à concretização das expectativas de guerra. Era o bastante para permanecer taciturno durante a viagem de regresso.

⁷¹ Abundam as fontes que revelam casos de corrupção nos hospitais militares. Os casos citados foram extraídos de AN – Caixa 805, coleção Caxias, quartel brasileiro em Corrientes, of. de 7/01/1868.

⁷² AN – Caixa 805, OP, coleção Caxias. Carta de Gelly y Obes para Caxias, s/l, 15/08/1868.

⁷³ AGNA – S-10 44-8-43 e S-10 44-8-44, libreto I.

⁷⁴ AGNA – S-10 44-8-43 e S-10 44-8-44, libreto II.

Capítulo III – Razões do alistamento e composição social das tropas

A dimensão patriótica do conflito caracterizou as primeiras levadas de recrutas, pelo menos nos imediatos meses após a invasão de Solano López ao Mato Grosso. E isso, sobretudo, quando comparado ao entusiasmo bélico nos Estados aliados ao Brasil. A unidade argentina somente fora alcançada após a Batalha de Pavón, em 1861, quando as tropas unitárias de Bartolomé Mitre venceram o Exército federalista de Justo José Urquiza. A experiência das duas Argentinhas, uma com capital em Buenos Aires e outra em Entre Rios - possuindo, cada uma delas, representações diplomáticas estrangeiras -, cedeu passo à única Argentina, sob comando de Buenos Aires. Ao estourar a Guerra do Paraguai, não foi de todo óbvio para as populações das províncias setentrionais argentinas entrincheirarem-se com portenhos, embora o conflito com o inimigo externo comum possa ser compreendido como motivo de união nacional⁷⁵.

No caso do Uruguai, o estado de guerra civil foi praticamente perene entre a independência, em 1828, e a derrota para as tropas imperiais na Batalha de Monte Caseros, em 1852. A presença brasileira na banda oriental, embora benéfica ao partido colorado, não impediu a retomada do poder pelo partido blanco em 1860, quando Bernardo Berro assumiu a presidência do Uruguai. A rede de alianças entre, de um lado, blancos uruguaios e federalistas argentinos e, de outro, unitários mitristas e imperiais brasileiros não deixavam supor franca unidade patriótica oriental em 1864, quando se deflagrou o conflito no Prata.

O Brasil escolheu-se de guerras intestinas após a Revolução Praieira (1848)⁷⁶. A subsequente hegemonia dos conservadores no poder, até 1862, transferiu para o Estado o *locus* dos conflitos partidários. Pacificaram-se os opostos por intermédio da institucionalização dos partidos. Os desentendimentos entre conservadores e liberais não mais redundaram em conflitos armados, mas colocaram-se como diferença quanto a projetos de Estado. Nesse sentido, os surtos patrióticos vindos à tona por ocasião da Lei Eusébio de Queiroz (1850) e da Questão Christie (1862-1865)⁷⁷ representam mais uniões entre os partidos políticos do que desuniões.

⁷⁵ Para maior discussão a respeito dos impactos da Guerra do Paraguai na consolidação da nacionalidade argentina, ver: SCHMIT, Roberto. La conflictiva construcción de la nación y sus vínculos externos (1852-1880). In: GELMAN, Jorge, FRADKIN, Raúl, GARAVAGLIA, Juan Carlos (orgs.). Argentina – La construcción nacional. América Latina en la Historia Contemporánea. Tomo 2 (1830-1880). Buenos Aires: Fundación MAPFRE – Taurus, 2011, pp.107-125.

⁷⁶ Embora tenha ocorrido após a coroação de Dom Pedro II, a Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco em 1848, é compreendida por parte da historiografia como último estertor das revoltas regenciais.

⁷⁷ Em ambos os casos, houve ampla comemoração pública contra a Inglaterra. No caso da edição da Lei Eusébio de Queiroz, comemorou-se resposta brasileira dada às pressões inglesas oriundas do Bill Aberdeen. No caso da Questão Christie, novamente, festejou-se a iniciativa brasileira de romper relações diplomáticas com a Inglaterra em decorrência de alegada ingerência jurisdicional.

A Guerra do Paraguai começou sob forte entusiasmo patriótico no Brasil. A invasão das tropas paraguaias ao território nacional ascendeu os ânimos de todas as camadas socioprofissionais. Jornalistas de periódicos conservadores e liberais clamaram pelo imediato robustecimento dos números de Exército. Em novembro de 1865, o *Jornal do Comércio* trazia à Corte notícias sobre a popularidade da guerra na Bahia⁷⁸. Militares do Estado-Maior orgulhavam-se do entusiasmo da população: “*pelo número de Voluntários de que já se organizaram vários corpos*, afirmava Silva Ferraz, então na pasta da Guerra, *podemos calcular o entusiasmo com que os cidadãos se oferecem a marchar para a guerra, não tendo sido preciso ao governo empregar meio algum de violência para alcançar tão lisonjeiro resultado*”⁷⁹. E concluía afirmando que o patriotismo era digno de nota, já que país de família, empregados públicos ou profissionais liberais deixavam seus lares para concorrer a desafrota ao país, “*sem olhar para trabalhos de viagem ou comodidades que abandonam*”⁸⁰.

Dramaturgos, ainda, apressaram-se em encenar o elogiado desprendimento daqueles que deixavam suas províncias em direção ao Sul. Ernesto Cibrião, na peça *Os Voluntários*, trazia ao palco um jovem de 25 anos, filho de um veterano de Monte Caseros, que se apaixonara por Ângela, herdeira de uma família de cafeicultores. Até a Guerra do Paraguai, o maior rival do jovem era um filho de conselheiro de Estado, também enamorado de Ângela. As brigas entre os jovens de classes diferentes findou com a firme determinação de seus respectivos pais para que fossem lutar no Sul. Deixavam os amores de lado, em defesa da causa nacional⁸¹. A crítica, de ninguém menos do que Machado de Assis, não poupou elogios à peça de Cibrião, “*aplaudindo, especialmente, a cena [...] em que o desgraçado escravo recebe a liberdade e veste farda do soldado livre para ir cumprir um dos mais sagrados deveres do cidadão*”⁸². Aos olhos dos espectadores, a peça de Cibrião era prova de valor moral. Militares e estadistas estariam juntos no esforço de ligar seus respectivos herdeiros à causa comum, e isso, em detrimento dos amores e das comodidades materiais. Era maneira de trazer o patriotismo para dentro dos lares.

O entusiasmo pelo conflito registrou-se também em personagens que, *a priori*, estariam menos inclinados a participar do esforço de guerra. Martinho Prado Júnior, avô do historiador Caio Prado Júnior, rompeu com sua família para ingressar nas tropas do Exército. Era tendência rara para um membro da oligarquia rural paulista. José Avellar

⁷⁸ BN – *Jornal do Comércio*, 8 de novembro de 1865, p.1

⁷⁹ AHEx – Relatório da repartição dos Negócios da Guerra de 1865.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ O relato da peça de Ernesto Cibrião encontra-se disponível em BN – *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de abril de 1865.

⁸² BN – *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de abril de 1865.

de Almeida, primeiro e único Barão de Ribeirão, rico fazendeiro cafeicultor de Vassouras, preferiu doar 22:000\$000 de réis às viúvas e filhas menores dos praças do termo de Cantagalo, caso viessem a morrer⁸³. Não era essa uma quantia modesta, considerando-se que, à época, uma chácara em Botafogo custava em torno de 8:000\$000 de réis⁸⁴. O cônego João Pedro Gay mostrou-se disposto a levar os alteres católicos aos campos de guerra ⁸⁵. Médicos alistaram-se espontaneamente. Negros livres, notadamente Cândido Fonseca Galvão, reuniram bandos de voluntários para engrossar o contingente militar imperial. Mulheres mostraram interesse em colaborar com as tropas do Império, fosse por via direta ou indireta. Os casos mais emblemáticos foram os de Jovita Feitosa, jovem nortista de origem modesta que tentou fazer-se passar por homem, ceifando os cabelos; o de Ana Néri, que incorporou o 10º Batalhão de Voluntários como enfermeira, malgrado sua participação ter sido deferida, em agosto de 1865, pelo presidente da Província da Bahia; e o da esposa do Visconde de Tamandaré, que solicitou à aristocracia da Corte a doação de joias para o conflito.

Entidades jurídicas, privadas ou públicas, tampouco recuaram perante a invasão de López. Escolas de numerosas localidades cederam vagas para filhos de voluntários. Na província do Rio de Janeiro, criou-se a Sociedade Popular Iguassuana, *“com o fim de auxiliar o governo na guerra, concorrendo para engrossar as fileiras do Exército e protegendo as famílias dos que arriscam vidas para sustentar a dignidade do Império”*, conforme estipulava seu estatuto. Nesse escopo, acompanhou-a a Sociedade Protetora Resendense e a Sociedade Protetora Majeense⁸⁶. Na cidade de Areia, na Paraíba, cuja população orgulhava-se de ter participado da Revolução Pernambucana (1817) e da Confederação do Equador (1824), reuniu-se um grupo de artistas com o fim de promover uma subscrição para auxílio das famílias indigentes dos Voluntários da Pátria que daquela localidade foram para a guerra⁸⁷. Em 1866, o Exército anunciava a criação do Depósito de Aprendizes Artilheiros na fortaleza da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, cujo objetivo principal era instruir filhos de praças sem fortuna convocados para a guerra.

Os primeiros batalhões de Voluntários da Pátria, no mesmo ímpeto de entusiasmo pela guerra, utilizaram fardamentos próprios de cada província, além dos distintivos comuns a todos. O uniforme catarinense era estampado com listras verdes, ficando assim conhecido como a brigada dos barrigas-verdes. Na Bahia, formou-se o

⁸³ APERJ – Fundo PP, maço 6, caixa 24.

⁸⁴ O valor, como média anual, foi extraído dos anúncios do *Jornal do Comércio* de janeiro a dezembro de 1865. Ver: BN – *Jornal do Comércio*, 1865.

⁸⁵ AHMI – Maço 136, doc. 6671

⁸⁶ APERJ – Fundo PP 68, maço 6, caixa 24.

⁸⁷ BN – *Jornal do Comércio*, 8 de novembro de 1865, p. 2

batalhão dos *Zuavos*, nome de uma tribo Kabila da qual se extraíam os soldados dos regimentos especiais de infantaria do Exército Francês criados em 1831 na Argélia. Na descrição do general Cerqueira, os *zuavos* brasileiros eram *“todos negros [...] Os oficiais também eram negros. Usavam largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um fez na cabeça”*⁸⁸. Da Corte, o 31º Corpo de Voluntários da Pátria partiu para o Prata acompanhado por um mascote chamado de Cão Bruto. O mastim fora adotado pelo Corpo Policial da Corte como símbolo da força militar imperial.

Certamente não menos relevante, em julho de 1865, na iminência da chegada das tropas de Solano López ao Rio Grande do Sul, o Imperador rumou para os campos de batalha. A iniciativa de Dom Pedro II não agradara à Assembleia Geral do Império nem ao Conselho de Estado, que se recusaram a consentir com a vontade imperial, temendo que o Imperador viesse a pôr-se em situação de risco ou a padecer de alguma enfermidade. Daí o patriótico pronunciamento do Imperador no Conselho de Estado: *“se me podem impedir que siga como Imperador, não me impedirão que abdique e que siga como Voluntário da Pátria”*⁸⁹. Ao que agregava, na hora de embarcar para o Rio Grande do Sul, *“sou defensor perpétuo do Brasil, e quando meus concidadãos sacrificam suas vidas em holocausto sobre as aras da pátria, em defesa de uma causa tão santa, não serei eu que os deixe de acompanhar”*⁹⁰. Despedido da Corte sob aplausos da população, desembarcou no Rio Grande do Sul ao som de *vivas* dados pelos gaúchos.

A rendição paraguaia em Uruguaiana e a Batalha do Riachuelo, ambas ocorridas em 1865, causaram euforia quicá maior do que a Questão Christie. A Corte e as capitais provinciais foram revestidas de flores, bandas militares tocaram em som alto, e a população aglomerou-se em praças públicas, para festejar os acontecimentos no Rio Grande do Sul. O efeito desse tipo de comemorações era grande entre a população masculina. No primeiro semestre de 1865, o *Diário do Rio de Janeiro* noticiou, repetidamente, a chegada de voluntários à Corte, como o caso do filho do major João Bernardino de Vasconcellos Coimbra, veterano das rebeliões regenciais do Norte.

Acha-se neste Corte, tendo vindo de Pernambuco com passagem para o 1º regimento de cavalaria ligeira, o bravo 1º cadete Thomaz Augusto de Vasconcellos Coimbra, que já conta onze anos de serviço público militar. Agora que o Brasil

⁸⁸ CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da campanha do Paraguai. Tours: Imprimerie E. Arrault e cie., 1910, p. 72.

⁸⁹ Apud LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II (1825-1891): Ascensão (1825-1870), Vol.1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 228.

⁹⁰ Ibid.

*deve mandar para o Paraguai seus filhos mais valentes, esse cadete veio à Corte ansioso por ir ajudar seus irmãos de armas a infligir um severo castigo nos bárbaros paraguaios*⁹¹.

Pouco antes, de dezembro de 1864 a maio de 1865, outros 2.458 foram recrutados na província do Rio de Janeiro (IZECKSOHN, 2004, p. 188), o que constituía pouco mais de 30% dos recrutados na província em toda a guerra (ver quadro 4, p. 57-58).

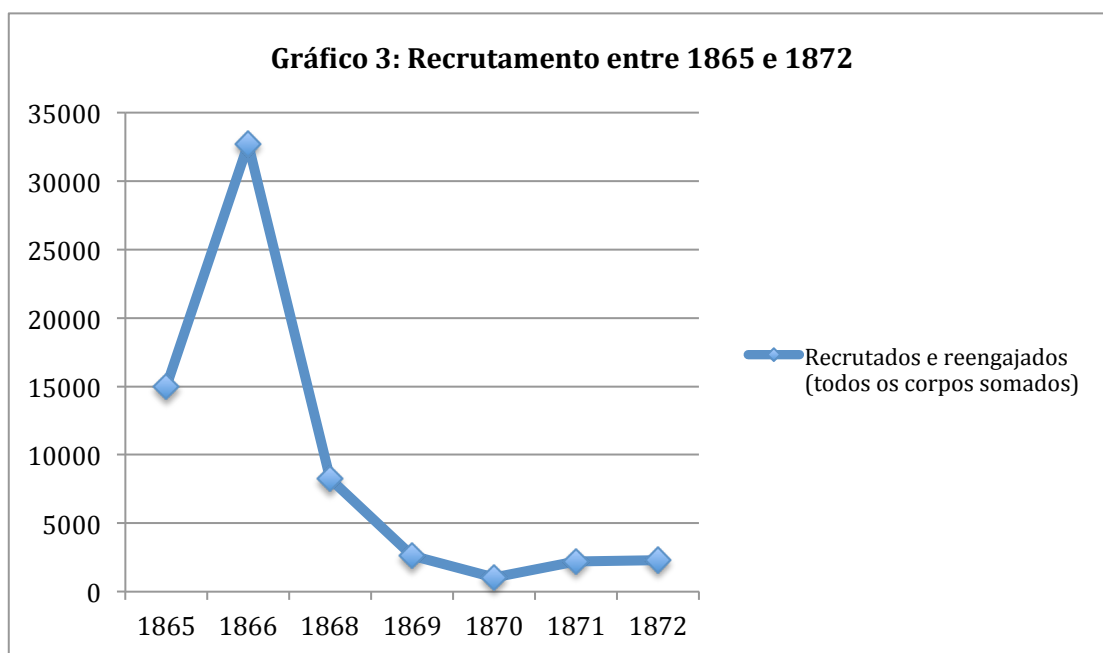
Embora não se questione aqui a expressividade do sentimento patriótico no que concerne ao tributo de sangue, dificilmente se pode concluir que os combatentes brasileiros se alistaram por uma razão apenas. O curso do combate mudou após a rendição de Uruguaiana, no segundo semestre de 1865, tendo impactos severos no recrutamento. Não se tratava mais de defender o solo nacional, mas de invadir o paraguaio, ainda mal conhecido pelas Forças Armadas imperiais. Após a rápida tomada do Passo da Pátria, as tropas acamparam nos pântanos de Tuiuti e enfrentaram-se ali aos paraguaios na primeira batalha campal da América do Sul. Embora vencida, a Batalha de Tuiuti (maio de 1866) deixou lastro negativo: 996 mortos e 3.071 feridos⁹². Daí em diante, as operações militares concentraram-se na confluência dos rios Paraná e Paraguai, numa guerra de posições marcada pela estagnação. Pouco depois, malgrado a tomada de Curuzú (setembro de 1866), as forças aliadas conheceram a pior derrota na Guerra do Paraguai. Nos últimos dias de setembro de 1866, a Batalha de Curupaiti deixou 1.395 mortos do lado aliado e outros 3.582 feridos.

Houve vertiginosa queda nas taxas de recrutamento a partir de 1866 (ver gráfico 3). Como explicá-la? Como compreender, ainda, a continuidade do recrutamento entre 1867 e 1870? Nos raros diários ou cartas de veteranos, há grande diversidade de motivações para o alistamento. Houve quem se apresentou à caserna com medo de sofrer vergonha após a guerra, quem buscou uma carreira militar e possíveis promoções e quem procurou um soldo fixo e as vantagens prometidas quando da criação dos Voluntários da Pátria⁹³. Esses indícios, embora possam explicar, em alguma medida, as altas taxas de recrutamento até meados de 1866, dizem pouco quanto às expectativas dos combatentes. O que significaria, no regresso, ter participado do conflito? O que esperar de uma carreira nas armas, de um soldo fixo ou das vantagens prometidas pelo decreto de janeiro de 1865? Em que medida o curso da guerra, após 1866, transformou as expectativas dos combatentes?

⁹¹ BN – *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de agosto de 1865, p. 1

⁹² QUEIROZ DUARTE, Paulo. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986.

⁹³ AN – Coleção Caxias – Caixa 805.



Fonte: AHEx e AM – Relatórios dos negócios do Exército e da Armada de 1865 a 1872.

A expectativa de ascensão socioeconômica foi razão constante no que concerne ao alistamento. Quem cogitasse ingressar no Exército ou na Armada poderia contar com 300 réis diários, conforme estipulava a legislação das Forças Armadas, e a gratificação de 300\$000 réis após a baixa. Essas etapas e gratificações somavam cerca de um sétimo do valor necessário para comprar uma *chacarinha no morro do Providência*, no Rio de Janeiro, conforme se lia nos classificados do *Jornal do Comércio*⁹⁴. Havia mais benefícios, o que fazia valer a pena o negócio da guerra. Na Armada, os soldos mensais de praças - de grumete a mestre, portanto - variavam, por ordem de gradação, de 3\$000 a 36\$000 réis⁹⁵. No Exército, a situação salarial era semelhante. Os praças, do soldado raso ao primeiro-tenente, ganhavam menos do seus homólogos na Marinha, embora não houvesse grande discrepância. Em termos salariais, o primeiro grau de oficial inferior no Exército, o de alferes, era equivalente ao último grau de praça na Armada: 36\$000 mensais⁹⁶. Os praças dos Corpos Policiais engajados na guerra, por sua vez, recebiam os mesmos 36\$000 réis mensais⁹⁷.

Um nordestino das províncias mais atingidas pela seca da década de 1860, quais sejam, Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco, poderia ver nesses nas etapas e nos soldos

⁹⁴ O valor da chacara no Morro da Providência foi extraído, como média anual, dos anúncios do *Jornal do Comércio* de janeiro a dezembro de 1865. Ver: BN – *Jornal do Comércio*, 1865.

⁹⁵ AN – Coleção Marinha 4X, código 864.

⁹⁶ AHEx – Relatório dos repartição dos Negócios da Guerra de 1872.

⁹⁷ APERJ - Fundo PP 225, maço 1, caixa 80.

militares possibilidade de escapar às crises agrícolas de suas localidades. Somados os soldos mensais, as etapas diárias e a gratificação final, um voluntário alistado como praça poderia acumular, em três ou quatro anos de combate, algo em torno de 1:000\$000, e isso sem contar as bonificações do Exército e da Armada, caso viesse a ascender na hierarquia militar por ato de bravura. Era a metade do valor de um sobrado na rua Paulo Matos, no então nobre bairro de Santa Teresa, na capital do Império; ou, ainda, o suficiente para pagar o aluguel de dois anos numa casa com sótão no Catumbi⁹⁸. Para um porteiro, hortelão, barbeiro, servente de obra, enfermeiro ou ajudante de enfermagem, a guerra poderia trazer lucros. Enquanto esse grupo de profissões possuía renda de até 60\$000 anuais⁹⁹ no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, praça da Armada que alcançasse o grau de mestre, quem sabe, ao cabo de três anos, teria uma renda anual de 434\$000 réis. Teria de contar, no entanto, com rápido ritmo de ascensão na hierarquia militar.

Não menos do que a obtenção das vantagens do decreto de 1865 e do soldo fixo militar, os recrutados tinham em mente possíveis promoções nas armas. Nas cartas que o voluntário João Manuel da Silva escreveu a seu irmão durante a campanha, referências quanto a expectativas de ascensão na hierarquia militar eram constantes. E isso em detrimento de menções ao patriotismo, que estiveram ausentes nas cartas do voluntário. O medo da morte, espelhado na alusão a companheiros falecidos em combate, era ofuscado por atos de bravura que, acreditava-se, teriam de levar a promoções.

Porto Alegre, 21 de agosto de 1865

Meu mano,

Recebi sua carta e muito me alegrei em ter notícias suas [...]. Hoje fui promovido a 1º sargento [...], tem morrido quase a metade dos que vieram; morreu o França, o Paula Gaspar e o José Leonardo.

Acampamento de Tuiuti, 8 de setembro de 1866

Aproveito o portador para lhe dizer que ainda sou vivo. No dia 16 de julho eu distingui-me muito salvando a bandeira do Batalhão 14º que ia sendo tomado pelos paraguaios. O meu comandante deu esta parte ao comandante de Divisão; não sei o que farão comigo. O capitão previsto diz que eu, infalivelmente, tenho o

⁹⁸ Valores extraídos, como média anual, dos anúncios do *Jornal do Comércio* de janeiro a dezembro de 1865. Ver: BN – *Jornal do Comércio*, 1865.

⁹⁹ LAHMEYER LOBO, Eulalia Maria. História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 363.

hábito da Rosa. Enfim, as loucuras que eu fiz no combate, o portador desta lhe contará, porque ele deve sabê-las. Dê notícias a mamãe.

Acampamento em Tuiuti, (ilegível) de outubro de 1866

Meu mano amigo, Recebi uma carta sua que me foi entregue pelo Sr. Tenente Duílio [...]. Se ele passar a oficial de fileira e a comandante de alguma companhia, eu já estarei condecorado com algum hábito de honra, porque tenho toda convicção de que mereço. Mas, infelizmente, eu tenho entrado em fogo com oficiais que na ocasião do conflito só chamam pelo João Manuel, mas que depois escurecem os seus feitos.

Acampamento do 3º Corpo do Exército em Tuiu-Cuê, 17 de março de 1868

Meu mano e amigo José,

Sobre o que me mandou dizer em sua carta, de querer me arranjar o posto de Alferes da Guarda Nacional, agradeço-lhe muito a boa vontade de me querer servir; eu nem sei onde sou qualificado. Creio que em Antonina. O major Assunção nunca me tratou mal, porém também nunca me fez favores, antes pelo contrário, se eu não tenho saído oficial a culpa é dele; porque todas as relações que dá nunca trazem o assentamento de praça, porque, diz ele, que não consta no arquivo do Batalhão. É este o motivo que me tem feito o atraso todo, porque o Marquês promove por antiguidade de praça, e eu sou de março de 1865 e ele já tem feito a muitos de Junho.¹⁰⁰

O Marquês do qual falava o voluntário João Manuel da Silva era Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias. Quando o então Marquês foi chamado a substituir Manuel Luís Osório no comando geral das forças brasileiras, as tropas encontravam-se estagnadas do quadrilátero de Humaitá. Os quase dois anos que separaram o invasão de Solano López ao Brasil da chegada de Caxias ao comando das tropas, em 19 de novembro de 1866, caracterizam-se por desorganizações no Exército e na Armada do Império. O fracasso de Curupaiti era prova da desarticulação militar brasileira. Caxias promoveu política de reorganizações das Forças Armadas, buscando aperfeiçoar o treinamento e a disciplina dos combatentes; e a salubridade dos acampamentos. Uma das medidas mais relevantes de Caxias concerniu à meritocracia. Caxias ordenou que se respeitasse decreto segundo o qual, no fim de cada ação de guerra, o general operação registrasse o nome dos mais bravos, relacionando-os por ordem de merecimento. E ainda, facultava-se ao militar que viesse a se sentir ofendido por não ter sido incluído na

¹⁰⁰ Apud CARNEIRO, Davi. O Paraná na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940, p. 213.

lista dos bravos o direito de interpor, no prazo de um mês, reclamação ao general superior do batalhão do qual fizesse parte¹⁰¹.

Em carta endereçada a Caxias, João Lustosa Paranaguá, então ministro da Guerra, afirmava ser necessário reconhecer o esforço dos inferiores, no marco, contudo, da rigidez hierárquica militar. O critério de merecimento não poderia ofuscar o de antiguidade. E, ainda, não poderia haver transposição de oficiais dos Corpos de Voluntários da Pátria aos Corpos do Exército, já que, confessava Paranaguá, não os conhecia o suficiente¹⁰². A solução quanto ao reconhecimento do esforço dos voluntários veio em março de 1868. Caxias requereu a Paranaguá a criação de uma medalha destinada “a galhardear o mérito das praças do Exército e da Armada [...], e assim evitar que praças [dos Corpos de Voluntários] sejam remuneradas com insígnias das nossas ordens militares”¹⁰³. Era forma de conferir unidade, legitimidade e continuidade as forças regulares em detrimento do Corpo de Voluntários, julgado fundamental na hora da guerra, mas passageiro após a vitória. Havia algum desdém pelos voluntários, que não representavam, no entender de Caxias, o valor de um exército nacional. Certamente, a inclusão de libertos nas fileiras do Exército e da Armada, em 6 de novembro de 1866, pesou nas ponderações do Comandante em Chefe das Forças Brasileiras. Em resposta a Caxias, Paranaguá considerou que a promoção de praças dos Corpos de Voluntários somente poderiam operar após dois anos de serviço; e partir daí, caso quisessem, poderiam entrar na linha regular.

Para um voluntário que vislumbrasse no alistamento um trampolim para posições superiores na carreira militar, as circunstâncias da guerra mostravam que as regras de promoção deixavam vácuos jurídicos quanto aos Corpos de Voluntários. As condições de ascensão na hierarquia militares, conforme o decreto 772 de 31 de março de 1851, concerniam aos corpos regulares. Algo que o personagem machadiano do romance *Iaiá Garcia*, como tantos outros fora dos romances, não anteviu em suas expectativas quando do alistamento.

Pela minha parte trabalho com o meu Jorge para que vá alistar-se como voluntário: podemos arranjar-lhe um posto de alferes ou tenente: voltará major ou coronel. [...] Jorge está formado, mas não tem queda para a profissão de advogado nem para a de juiz. Goza, por enquanto, a vida; mas o dias passam e a ociosidade faz-se natureza com o tempo. Eu quisera dar-lhe um nome ilustre. Se

¹⁰¹ AN – Fundo OG, Ministério da Guerra, códice 786, vol. 1

¹⁰² AN – Coleção Caxias, caixa 805. Carta de João Lustosa de Cunha Paranaguá a Caxias, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1868.

¹⁰³ AN – Coleção Caxias, caixa 805.

*for para a guerra, poderá voltar coronel, tomar gosto às armas, segui-las a honrar o nome do pai*¹⁰⁴.

Pobre Jorge, poderia continuar Machado de Assis, não percebeu que o ritmo das promoções era lento e tortuoso, pelo menos no que concerniu aos voluntários, e que, com Caxias, não estiveram esses em pé de igualdade com os regulares. A expectativa de soldos fixos e constantes tampouco se concretizou durante o combate. O caso concerniu a todos os praças, independentemente do batalhão ou arma. Em novembro de 1868, Caxias reforçava ao Ministério da Guerra a necessidade de manter em dia os soldos pagos aos praças: contaram-se oito meses de atraso nos pagamentos, o que não encoraja as tropas já desgastadas pela ocupação de Humaitá e prestes a tomar o quartel-general de Lomas Valentinas¹⁰⁵. Contudo, Caxias esclarecia que, a diferença dos soldos pagos aos oficiais, que deveriam estar sempre em dia, aqueles pagos aos praças poderiam estar em débito de três ou quatro meses: *“a disciplina lucra com isto, e os cofres públicos também, porque as enfermidades e batalhas deixam grandes claros, e a liquidação final traz proveito à Fazenda”*¹⁰⁶. Em maio de 1869, a situação não havia melhorado. O Conde d’Eu, nomeado comandante em chefe das forças brasileiras em março de 1869, voltava a comunicar agora dez meses de atraso nos pagamentos das praças¹⁰⁷.

Ainda no decurso da guerra, portanto, os combatentes conheceram frustrações. Alguns tiveram de comprar os próprios uniformes, visto que, até o comando de Caxias, não havia regularidade na concessão da farda militar. Outros tiveram de empregar parte do soldo, quando não atrasado, na compra de rações diárias, muitas vezes insuficientes nos acampamentos. Os atos de bravura, ainda, não eram forçosamente recompensados com promoções. Eram esses temas constantes nos relatórios do Ministério dos Negócios da Guerra. No caso da Armada, queixava-se o Ministro Afonso Celso da insuficiência dos vencimentos dos oficiais e dos praças, afirmando que as marinhas estrangeiras encontravam-se em melhores condições a esse respeito. O aumento dos soldos, continuava, seria maneira de assegurar a constância do recrutamento¹⁰⁸. No ano seguinte, sucedeu-lhe o Barão de Cotegipe na pasta da Marinha, e as reclamações não cessaram.

¹⁰⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Iaiá Garcia. Obras completas. Rio de Janeiro: Edições Aguilar, 1959, p. 305.

¹⁰⁵ AN – Fundo OG, Ministério da Guerra, código 924, vol. 5.

¹⁰⁶ AN – Coleção Caxias, código 924, vol. 4.

¹⁰⁷ AMHI – Carta do Conde d’Eu a José Maria da Silva Paranhos, Luque, 24 de abril de 1869.

¹⁰⁸ AM – Relatório da Repartição da Marinha de 1867.

É preciso que não nos iludamos. A Marinha passa por uma crise, que pode ser-lhe fatal, se os altos poderes do Estado e não atalharem. Ela se manifesta no fato com que me acabo de ocupar [o aumento dos soldos dos oficiais], e em outro, não menos significativo, qual a deficiência notável dos oficiais subalternos, que tem obrigado a admitir no serviço um número crescido de pilotos, quase todos brasileiros naturalizados e sem os conhecimentos necessários. Assim a administração tem lutado com sérios embaraços para completar as lotações dos navios de guerra¹⁰⁹.

Os membros da Guarda Nacional, contrariamente às primeiras levas de voluntários, raramente mostraram entusiasmo patriótico pela guerra e, menos ainda, pelas vantagens do decreto de 1865. Eram eles, em sua maioria, recrutados entre as notabilidades provinciais. Deviam ter entre 18 e 60 anos e possuir renda anual de 200\$000 réis, caso o membro fosse recrutada nos principais centros marítimos – Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão - e de 100\$000, nas demais localidades. A nomeação desses corpos, ainda, tinha característica vitalícia, malgrado o guarda ter de fazer parte da reserva após os 50 anos de idade. Não se exigia dos membros da Guarda Nacional o exercício de atividades militares, embora fizessem parte da reserva das Forças Armadas, podendo ser acionados, portanto, em caso de guerra. O escopo principal era a manutenção da ordem interna, muitas vezes funcionando como força policial a serviço de interesses partidários provinciais. Nesse sentido, não surpreende que a oficialidade da Guarda Nacional adviesse de escolhas feitas entre vínculos privados locais, e não de processos seletivos rigorosos ou de promoções regulares.

Essas condições davam à Guarda Nacional distanciamento quanto a expectativas de ascensão socioeconômica com uma eventual participação na Guerra do Paraguai. Os soldos do Exército e da Marinha não eram atrativos para os membros da Guarda Nacional. A gratificação de 300\$000, tampouco. Embora a renda mínima exigida para constituir-se como membro da Guarda Nacional não fosse alta, ela superava as de soldado, anseçada e cabo, no Exército; e as de grumete, marinheiro e cabo, na Armada¹¹⁰. Não se quer dizer com isso que não houvessem camadas populares na Guarda Nacional. As rendas anuais de pedreiros, carpinteiros, pintores, cozinheiros, boticários e capelães, variaram, no Rio de Janeiro, entre 60\$000 e 130\$000 réis anuais na segunda metade do século XIX¹¹¹. Malgrado um ligeiro diferencial para baixo nas

¹⁰⁹ AM – Relatório da Repartição da Marinha de 1868.

¹¹⁰ Ver: AN – Coleção Marinha 4X, código 864 e AHex – Relatório dos repartição dos Negócios da Guerra de 1872.

¹¹¹ LAHMEYER LOBO, Eulalia Maria. História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 363.

rendas dessas profissões nos outros centros provinciais, tem-se que a Guarda Nacional não era forçosamente reduto das camadas altas, isto é, aquelas que ganhavam mais de 100\$000 mensais¹¹².

Em todos os casos, não era prioridade para um membro da Guarda Nacional trocar o salário de civil e o prestígio de um cidadão armado pela participação na Guerra do Paraguai. Dos 516.278 guardas nacionais recenseados pelo Ministério da Justiça em 1865¹¹³, apenas 59.669 rumaram para o Prata¹¹⁴. Era obrigação de ofício, já que se previa a mobilização da Guarda Nacional em caso de guerra externa, e não patriotismo ou interesse material. Em agosto de 1865, o presidente da província de Pernambuco, João Lustosa Paranaguá, relatava à Corte que, caso o exemplo de patriotismo dado pelo Imperador, quando se deslocou para o Rio Grande do Sul, não produzisse efeitos na Guarda Nacional pernambucana, cessaria de empregar meios brandos para o recrutamento. E continuava, *“meios que aliás produziram felizes resultados para a formação dos Corpos de Voluntários, pouco conseguiram quanto à Guarda Nacional”*¹¹⁵. Pouco antes, em abril de 1865, Paranaguá recebera comunicados dos Comandos Superiores de Brejo, Boa Vista, Bonito, Buíque, Garanhuns, Goiana, Limoeiro, Olinda, Palmares e Pau d’Alho, nos quais se afirmava não haver disciplina alguma na Guarda Nacional para com o recrutamento, sobretudo, entre os oficiais. A esse respeito, supunha Paranaguá:

*Quais são as causas deste insucesso em uma província tão belicosa e briososa como esta? Além das causas gerais; amor ao cômodo, repugnância para deixar a terra, os interesses da família, temor dos afazeres e perigos de uma longa expedição e da guerra. Há particulares que neutralizam todo o impulso do patriotismo. A bela instituição da Guarda Nacional [...] se conserva geralmente nas classes superiores para entreter sua vaidade, e servir de engodo às ambições. Como na criação de um batalhão visa-se unicamente a distribuição dos postos, feita esta, tudo o mais se despreza, nenhum serviço se faz, nem procuram os oficiais saber se tem soldados, e menos conhecê-los e instruí-los*¹¹⁶.

O terceiro gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcellos, que durou de agosto de 1866 a julho de 1868, buscou, como forma de incentivo ao alistamento de Guarda

¹¹² As camadas altas eram formados pelas altas hierarquias do Estado, civis ou militares, e pelos proprietários latifundiários.

¹¹³ CCBB RJ – Relatório do Ministério da Justiça de 1865.

¹¹⁴ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002, p. 458.

¹¹⁵ CCBB RJ – Relatório da presidência de província de Pernambuco de 1865, pp.4-7.

¹¹⁶ Ibid, p. 7.

Nacional, vincular a extensão das vantagens oferecidas aos Voluntários da Pátria apenas aos guardas que se apresentassem de bom grado. Os guardas nacionais destacados por decretos, nesse sentido, ficaram excluídos dos benefícios do decreto de 1865. Embora a medida, ao fim e ao cabo, não tenha sido aplicada, já que o direito às promessas de 1865 foi dado a todos os membros da Guarda Nacional que combateram no Prata, as intenções do gabinete Zacarias revelavam que os níveis de recrutamento, no último semestre de 1866, haviam decaído.

A derrota em Curupaiti foi seguida de uma série de sublevações na Argentina, o que deixou o Brasil praticamente só frente ao Paraguai. A desmoralização das tropas aliadas advinda dessa derrota causou uma revolta de praças e oficiais argentinos aquartelados em Mendoza, San Juan, San Luis, La Rioja e Catamarca. A Guerra do Paraguai era impopular nas províncias do Norte argentino, visto o recrutamento forçado de soldados federalistas para lutarem nas linhas unitárias de Mitre. E, ainda, essas tropas federalistas nortenhas, mais próximas cultural e economicamente do Paraguai, teriam de lutar ao lado do Império, o que causava desconfiança quanto às reais intenções republicanas de Mitre¹¹⁷. Em seu diário de campanha, o Conde d'Eu ressaltou, nesse sentido, que *“os habitantes de Paraná, e de forma geral, os entrerrianos ligaram-se obstinadamente ao partido federalista, e antibrasileiro [...]. Estima-se ainda que um uniforme brasileiro não pode aparecer de noite nas ruas de Paraná sem correr o risco de assassinato”*¹¹⁸.

As sublevações na Argentina obrigaram a presidência de Mitre a notificar o governo imperial a respeito da necessidade de avolumar o número de recrutas brasileiros, já que as tropas regulares argentinas teriam de debelar as sedições das províncias da região de Cuyo. Além disso, Mitre indagava sobre a possibilidade do Império contribuir, caso necessário, com o sufocamento das províncias argentinas rebeldes. Embora o gabinete de Zacarias não tenha colaborado com o combate às províncias de Cuyo, visto que, julgou-se na Corte, o envio de tropas imperiais à Argentina somente reforçaria o descontentamento dos revoltosos, buscou adensar o recrutamento nacional. Não mais de 6.000 argentinos restaram de Paraguai, de forma que a condução da guerra estava em mãos brasileiras, especificamente, do então Marquês de Caxias.

A essa altura, a guerra tampouco era popular no Brasil. Ainda em 1865, Machado de Assis escrevia no *Diário do Rio de Janeiro*:

¹¹⁷ PAZ, Gustavo. Buenos Aires y la reacción del interior (1862-1870). In: GELMAN, Jorge, FRADKIN, Raúl, GARAVAGLIA, Juan Carlos (orgs.). Argentina - La construcción nacional. América Latina en la Historia Contemporánea. Tomo 2 (1830-1880). Buenos Aires: Fundación MAPFRE - Taurus, 2011, pp.107-125.

[...] a guerra do Paraguai, não digo que não seja como todas as guerras, mas, palavra, não me entusiasma. A princípio, sim, quando López tomou o Marquês de Olinda, fiquei indignado; logo depois perdi a impressão, e agora, francamente, acho que tínhamos feito muito melhor se nos aliássemos ao López contra os argentinos!¹¹⁹

As notícias da derrota em Curupaiti e da sublevação causaram desânimo. As tropas estavam entrincheiradas nas cercanias de Tuiu-Cuê, constituindo verdadeiras domicílios subterrâneas. O cerco de Humaitá contava com 51.375 metros de trincheiras¹²⁰. Os acampamentos, embora tomassem feições de cidades por seus barbeiros, dentistas, bordéis, casas de banho, teatros, igrejas e, inclusive, agências do Banco Mauá, eram lugares de difusão de enfermidades, especialmente, nos meses de verão.

A expansão de casos de cólera entre as tropas não se restringiu aos acampamentos. Os recrutas que retornaram ao Brasil trouxeram consigo as enfermidades da guerra. Em maio de 1867, Niterói registrou um surto de cólera. O mesmo cenário repetiu-se nas localidades de São João da Barra, de São Fidelis e de Campos, o que levou o Delegado de Polícia do Rio de Janeiro a pedir à presidência de província suspensão do recrutamento até que a expansão da doença fosse controlada¹²¹. Era dissuasão suficiente para aqueles que ainda pensavam no alistamento.

Aproveitando a demora no envio de remédios e rações alimentícias aos acampamentos, comerciantes locais, sobretudo, argentinos, estabeleceram amplo comércio com os combatentes. Vendia-se desde roupas até noites acompanhadas. Pelo andar da carruagem, podia-se pensar nesses acampamentos, a guerra duraria mais alguns anos. Nesse contexto, não surpreende a vertiginosa queda no alistamento a partir de 1866. A derrota de Curupaiti, a sublevação na região de Cuyo, o vaticínio sobre a prolongação da guerra, os atrasos no pagamento dos soldos, o ritmo lento de promoções no que concerne a praças dos Corpos de Voluntários, a propagação de doenças nos acampamentos, os gastos com rações e vestuário eram razões para não deixar o Brasil, em que pese a atratividade das promessas de 1865. Em junho de 1868, o general Mena Barreto comentava a Caxias a situação de desmoralização das tropas, sobretudo, dos guardas nacionais: *“estão viciados e não têm patriotismo ou dedicação”*¹²².

¹¹⁹ BN – *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de abril de 1865, p. 2.

¹²⁰ TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da guerra entre a Tríplice Anliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

¹²¹ APERJ, Fundo PP 223, maço 4, caixa 79.

¹²² AN – Coleção Caxias, Caixa 805. Carta de José Luís Mena Barreto a Caxias, Vila Uruguaiana, 9 de junho de 1868

Embora Caxias conferisse primazia ao treinamento das tropas, não podia abrir mão de novos recrutamentos. Em março de 1867, 8.000 praças da Guarda Nacional de todas as províncias eram chamadas ao Paraguai¹²³. Uma coisa, não obstante, era destacar os guardas nacionais para o conflito; outra, a efetivo encaminhamento, isto é, o alistamento. O Comando Superior da Guarda Nacional notificou a presidência da província do Rio de Janeiro que as praças da Guarda Nacional requeridas mostraram resistência ao recrutamento: “*não há esperança de arrancá-los*”, concluía o relatório¹²⁴. Pouco antes, em junho de 1867, cogitou-se a possibilidade de destacar a Guarda Nacional mediante sorteio, o que redundou em revolta dos guardas¹²⁵. Para além do evidente rechaço à guerra, essa revolta indicava que os guardas não destacados para a guerra, ou destacados, mas não alistados, possuíam meios financeiros e políticos para não ir ao Prata. Meios esses que iriam por terra caso houvesse sorteio. Os meios políticos, ou subterfúgios ilegais, eram intrínsecos à qualidade de Guarda Nacional, já que eram notabilidade provinciais; os meios financeiros diziam respeito à contratação de substitutos que, via de regra, ingressavam como voluntários da pátria no lugar dos guardas nacionais não destacados ou alistados.

Não há dados precisos quanto aos Voluntários da Pátria alistados entre 1867 e 1869, embora os números do recrutamento geral indiquem queda em relação aos anos anteriores. Os relatórios de todas as províncias assinalam, ano após ano até o fim da guerra, dificuldade em alistar novos combatentes¹²⁶. Entre os voluntários alistados, havia substitutos. A reforma do Exército de 1852 admitiu a substituição de combatentes em caso do recrutado ser chefe de família, estudante de direito, administrador de fazenda, dono de casa de negócios, condutor de rebanhos, marinheiro e pescador, artífice e operário de fábrica, funcionário público ou padre. Em setembro de 1865, facultou-se à Guarda Nacional, ainda, a apresentação de substituto. Teria este que aceitar o serviço de nove anos no Exército, caso nunca tivesse antes servido, e, caso contrário, de seis¹²⁷. O substituído, outrossim, era responsável pelo substituto em caso de deserção, pelo lapso de um ano.

Malgrado o artigo do decreto que outorgava ao substituto os prêmios e vencimentos concedidos aos voluntários, o que poderia ser, eventualmente, um incentivo, os preços pagos aos substitutos foram altos. Quem lesse os anúncios

¹²³ Ver decreto 3809 de 13 de março de 1867. Acessível em: Coleção de leis do Império. Brasília: Câmara de deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

¹²⁴ APERJ – Fundo PP 68, maço 4, caixa 24. Relatório do Comando Superior da Guarda Nacional dirigida à presidência da província do Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1867.

¹²⁵ BN – Diário de Rio de Janeiro, 17 de junho de 1867, p.2

¹²⁶ CCBB – RJ. Relatórios das presidências de província de 1866 a 1869.

¹²⁷ Ver decreto 3.513 de 12 de dezembro de 1865. Acessível em: Coleção de leis do Império. Brasília: Câmara de deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

classificados do *Jornal do Comércio* entre 1866 e 1868, constantemente, trombaria com notas do tipo desta: “*Substituem-se praças do Exército e guardas nacionais destacados ou não destacados, garantindo-se estar isentos de todo o serviço, tudo em pequeno espaço de tempo. Rua das Violas, 78*”¹²⁸. Os preços variaram de 400\$000 a 2:000\$000 réis, conforme o substituto disponível fosse, em ordem decrescente de valor, praça reformado, estrangeiro, nacional ou escravo. Note-se, tendo apenas por base os anúncios classificados do *Jornal do Comércio*, que houve notável aumento do preço do escravo entre 1866 e 1867, provavelmente, em decorrência do aumento na procura de libertos engajados como substitutos. O escravo engajado, caso retornasse, retornaria liberto, o que significava abrir mão inteiramente da posse do cativo vendido como substituto. Em média, o ano de 1868 encerrou-se com um escravo substituto no valor de 1:300\$000¹²⁹, o que corresponde, em alguma proporção, com os dados de Kátia de Queiros Mattoso no que se refere ao preço do escravo na década de 1860¹³⁰.

O substituto, portanto, era caro. Algumas agências privadas recrutadoras de substitutos aproveitaram a alta na demanda e estabeleceram-se na Corte e nas capitais provinciais entre 1866 e o fim da guerra. Lia-se em novembro de 1866, no *Jornal do Comércio*: “*Agência de substituição Lisboa & Co., Corte e Províncias. Tem sempre substitutos idôneos prontos a sentarem praça. Zelo e legalidade*”. As agências extraíam suas comissões pecuniárias tanto do lado dos substituídos quanto dos substitutos. Para um voluntário substituto, tendo seu pagamento de substituição diminuído pelo tamanho da comissão das agências privadas de recrutamento, o pagamento de advogados para reivindicar as promessas de 1865, como lia-se no já citado *Diário do Maranhão*, tornava-se uma frustração redobrada.

O relatório de do Ministério da Guerra de 1872 estimou que 1.742 substitutos rumaram para o Sul, dos quais 938 eram libertos (ver quadro 4). Os números parecem estar aquém da realidade, já que o número total de combatentes, apresentado no relatório, não incluiu os totais do Rio Grande do Sul. Em todos casos, a participação de substitutos e de libertos não recrutados como substitutos aumentou substancialmente a partir de 1866.

¹²⁸ BN – *Jornal do Comércio*, 2 de outubro de 1866, pp. 4-5.

¹²⁹ O valor, como média trianual, foi extraído dos anúncios do *Jornal do Comércio* de 1866 a 1868 Ver: BN – *Jornal do Comércio*, 1866-1868.

¹³⁰ Ver QUEIRÓS MATTOSO, Kátia. Ser escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2001, p. 235.

Quadro 4: Contingente total do Exército por província

Províncias	Voluntários da Pátria					Guardas Nacionais		Voluntários e recrutas		Substitutos		Soma				
	Da nação	Da Casa Imperial	Dos Conventos	Por particulares	Pelo Governo	Substitutos										
Alagoas		1041	787	791						1	35	1	2656			
Amazonas		247	309	167							1		724			
Bahia		7764	5312	1861	88					12	12	248	15297			
Ceará		1412	3096	1019						1	118	2	5648			
Corte		6231	1851	1170	16					274	67	27	630	960	238	11467
Espírito Santo		341	285	324							11	5	966			
Goiás			424	118									542			
Maranhão		1509	1787	1083						16	27	113	1	4536		
Mato Grosso		1417	1843	38										3298		
Minas Gerais		894	1768	1366	11					15	3	13	4070			
Pará		1461	1440	861						13	17	2	1	32	3827	
Paraíba		984	599	820						8	42	1	2454			

Quadro 4: Contingente total do Exército por província

Paraná	480	1296	230	1	4	11	2022
Pernambuco	4158	1104	1734		9	10	7136
Piauí	960	1134	416		1	164	2705
Rio Grande do Norte	542	348	419		2		1311
Rio Grande do Sul					37	15	33803 ¹
Rio de Janeiro	3595	2315	1615	136	1	199	7861
Santa Catarina	969	264	180	99	1	24	1537
São Paulo	2271	1125	2553	443	6	45	6504
Sergipe	1099	724	391		10	30	2254

Fonte: AHEx – Relatório da repartição dos Negócios da Guerra de 1872

¹ Os dados do Rio Grande do Sul foram completados com as estimativas de Paulo de Queiroz Duarte, Paulo. Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1981, vol. I, p. 217.

Comparando a soma de substitutos e de libertos com a de recrutados totais entre 1866 e 1869, temos que entre um terço e metade dos recrutados entre 1866 e 1869 foi de substitutos e de libertos¹³¹.

Nesse sentido, há razão de se crer que o alistamento de Voluntários da Pátria teve pouco de voluntário após 1866. Casos de falsos doentes, de fugas em campanha, de casamento com viúvas e de automutilação foram frequentes no Rio de Janeiro¹³². A ubiquidade geográfica do rechaço ao alistamento está plasmada em *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, cujo personagem principal buscou recorrentemente emprego que o livrasse do recrutamento forçado. Menos fictício, o voluntário João Manuel da Silva recordava, nas cartas enviadas ao irmão, o constante medo da morte em combate:

Acampamento em Tuiuti, (ilegível) de outubro de 1866

As notícias que lhe dou da guerra, é que está muito difícil de acabar-se. O inimigo está muito bem fortificado e para nós tomarmos a sua posição é preciso bons generais e bons planos, se não, leva o diabo o exército brasileiro. Sendo assim, quem é que tem esperança de voltar passa casa?

Carta sem data, sem lugar

Na noite do dia 18, [...] marchamos deste acampamento sem saber para onde. Marchamos toda a noite, e quando pelas 4 horas da madrugada fomos surpreendidos com um chuva de metralha e fuzilaria, que metia medo, foi que vimos que o nosso fim era atacar o forte na direita de Humaitá, denominado Estabelecimento; tomamos a primeira trincheira, porém chegamos ao reduto e fizemos alto, porque não levávamos escadas e nem machados para deitar abaixo o grande portão que tinha. Durante todo este tempo o inimigo nos jogava bombas de mão, metralhavam-nos, e lanceavam aqueles que queriam subir à trincheira, onde ia sendo vítima de um lançaço. Finalmente chegaram recursos que se esperavam, e entramos, porém com muito sacrifício de vidas.

Foi a última carta que escreveu. Em face a esse cenário, e malgrado o crescente número de substitutos e o possível entusiasmo que as promessas de 1865 ainda pudessem causar, como explicar a continuidade do recrutamento entre 1866 e 1870? E

¹³¹ Substitutos e libertos totalizam 5.796 combatentes, segundo o quadro 4. O número de recrutados entre 1866 e 1869 é de 10.886 combatentes, conforme o gráfico 3. A imprecisão do resultado final que coloca a participação de substitutos e libertos entre um terço e metade dos recrutados entre 1866 e 1869 advém de haver número de recrutados para 1867. O número de substitutos pode ser consideravelmente maior, já que somente após 1867 as autoridades recrutadoras foram orientadas a discriminar os alistados nas categorias *recrutadas, voluntários, guardas nacionais, substitutos e libertos*.

¹³² APERJ – Fundo PP 68, maço 4, caixa 24.

em que medida as expectativas dessa leva de recrutados diferiu daquelas dos combatentes alistados anteriormente?

Antes de responder a essas perguntas, algumas palavras sobre a composição social das tropas. 40% dos combatentes brasileiros eram voluntários da pátria; 45%, guardas nacionais; e, portanto, 15% eram regulares¹³³. Embora ainda não seja este o momento de tecer considerações sobre a história social do Exército e da Marinha antes da Guerra do Paraguai, note-se que as Forças Armadas não eram precisamente carreira atrativa. Os soldos eram baixos, e a distância social entre o oficialato e os praças, enorme. O ritmo de promoções não tinha o dinamismo que um combatente alistado para a Guerra do Paraguai poderia suportar. Em 1868, acampado na margem esquerda do Tebicuary, Caxias fazia constatar ao Ministério da Guerra o que lhe parecia evidente: *“Vossa Excelência sabe melhor do que ninguém que, por um concurso de circunstâncias deploráveis, o nosso Exército conteve sempre em suas fileiras grande maioria de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades”*¹³⁴.

Outro fator de desprestígio para as Forças Armadas era o contrapeso político exercido pela Guarda Nacional. Criada em 1831, ela tinha por base lei francesa, do mesmo ano, que reorganizou a Guarda Nacional francesa no sentido de encarregá-la de defender a monarquia e os direitos constitucionais, de manter a ordem pública e o respeito à lei. Esses atributos deram à Guarda Nacional francesa característica de milícia burguesa, constituindo-se como espécie de muralha dos proprietários fundiários contra possíveis desordens de matiz jacobino. No Brasil, a Guarda Nacional surge na esteira do desgaste do Exército, que era composto, em larga medida, por mercenários. Esse desgaste era oriundo das sedições que assolaram o Império entre 1831 e 1848. O conceito de *cidadão armado*, base do projeto defendido por Feijó, Ministro da Justiça em 1831, deu fundamento à Guarda Nacional em detrimento do Exército, cujo contingente foi reduzido. Se antes o Exército contava com 30.000 homens, a partir de 1831, passou a contar com 10.000¹³⁵.

As rendas dos guardas nacionais variavam, em larga medida, entre 100\$000 réis anuais, o mínimo exigido para ingressar na corporação, e 500\$000¹³⁶. Nesse sentido, embora houvesse margem para que um médico, boticário ou enfermeiro entrasse na Guarda Nacional, já que a renda anual dessas categorias girava em torno de 100\$000

¹³³ Os números foram obtidos somando-se os dados encontrados por Queiroz Duarte àqueles dispostos pelos relatórios dos negócios do exército e da marinha, para ambas as instituições, de 1869 e de 1870.

¹³⁴ AN – Fundo OG, Ministério da Guerra, código 924, vol.4. Caxias para Muritiba, margem esquerda do Tebicuary, 2 de setembro de 1868.

¹³⁵ Ver verbete Guarda Nacional, em VAINFAS, Ronaldo. Dicionário Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

¹³⁶ Ibid e BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico. Tomo II, Vol.6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

réis anuais, a grande maioria dos guardas nacionais era composta de escriturários, tabeliões e administradores de repartição pública, para citar apenas algumas profissões caracterizadas por ter renda anual superior a 130\$000 réis¹³⁷. Pertencer à Guarda Nacional significava ser um espécie de classe média para a época. Dos 9.930.478 recenseados em 1872, as profissões que acusavam ingressos anuais inferiores a 100\$000 réis anuais eram as manuais ou mecânicas, agrícolas, de criados ou jornaleiros e de trabalhadores de indústria ou comerciantes¹³⁸. Somadas, essas profissões representavam 56% da população. Ou seja que os praças da Guarda Nacional encontravam-se num marco salarial entre as camadas populares, com ingressos de não mais de 100\$000 réis anuais, e as altas, que contavam com 100\$000 réis mensais.

Dos 59.669 guardas nacionais que combateram no Paraguai, algo em torno a 10.000 eram oficiais (ver quadro 2)¹³⁹. Em outras palavras, a grande maioria dos guardas nacionais era de classe média e, portanto, pouco menos da metade do total de combatentes brasileiros, também. Ratifica-se, assim, o pouco entusiasmo da Guarda Nacional pela Guerra do Paraguai. O caso dos voluntários da pátria era diferente. Em que pese algumas possíveis exceções, a grande maioria advinha das camadas populares. Eram porteiros, hortelãos, barbeiros, sapateiros, serventes de obra, pedreiros, carpinteiros, pintores e cozinheiros, entre outras profissões, que viam, sem prejuízo para um possível entusiasmo patriótico, possibilidades de ascensão social na participação no conflito. As etapas diárias, os soldos militares e as vantagens do decreto de 1865 entusiasmaram, até certo ponto, essas camadas baixas, e não as médias e altas. Nessa perspectiva, a outra grande metade dos combatentes brasileiros foi composto de estratos populares.

A continuidade do recrutamento, após 1866, associa-se, em ampla medida, ao recrutamento forçado. A impopularidade da guerra, em muito caracterizada pelo imobilismo de Humaitá, forçou os partidos políticos a adotarem estratégias de aliciamento das tropas que pouco dependeram da boa vontade dos recrutados. As expectativas desses combatentes de segunda leva quanto a promessas e soldos nas armas ressoariam com maior veemência no pós-guerra.

O caso da localidade de São José do Rio Preto, na província de São Paulo, chamava a atenção para o recrutamento forçado. No início de 1867, houve fuga da quase

¹³⁷ LAHMEYER LOBO, Eulalia Maria. História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 363.

¹³⁸ Essas profissões representavam, em números populacionais, respectivamente, 769.386; 3.243.600; 1.455.287 e 121.497. Ver censo demográfico de 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=225477>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

¹³⁹ A estimativa quanto ao número de oficiais da Guarda Nacional advém de imprecisões a esse respeito contidas nas relatórios do Negócios da Guerra (ver quadro 2).

totalidade da população para as matas, visto que temiam o recrutamento forçado. Simbolicamente, via-se transitar nas ruas de São José do Rio Preto somente o subdelegado de polícia, que exercia as funções de recrutador para a guerra¹⁴⁰. Em maio de 1867, a presidência de Minas Gerais alertava, em carta confidencial, o gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcellos sobre a necessidade de manter os recrutas acorrentados até a chegada a Petrópolis ou à Corte, visto que, caso assim não se fizesse, haveria constantes fugas no deslocamento de Minas Gerais à capital. Confessava, outrossim, o esforço empreendido para capturar recrutas.

Nas prisões, salientava Joaquim Saldanha Marinho, então presidente da província de Minas Gerais, são eles [os possíveis recrutas] visitados por pessoas aliás importantes, mas que entendem ser um meio decente de fazer oposição ao governo, dissuadir o povo do serviço de guerra e amedrontá-lo de modo inaudito. Os aconselham a resistir às guardas, a arrombar as prisões e fugir. Esses mil e duzentos que envio de Minas tem-me sido mais custosos do que os 1.600 da Bahia. Em todos os lugares há pregadores que se encarregam de fazer afugentar a população apta para a guerra. Agora mesmo mandei processar um vigário do bispado de Diamantina, porque entretinha-se aos domingos, e antes da missa conventual, a aconselhar (do púlpito!) que resistissem, que fugissem, e que não se prestassem para a guerra, porque este flagelo era criado por um governo corrompido, para destruir a todos os conservadores e amantes do país¹⁴¹.

A politização do recrutamento tornou-se corrente depois que Caxias assumiu o comando das tropas brasileiras. Tal como o vigário de Diamantina, claramente favorável à oposição conservadora e, portanto, contra o gabinete liberal de Zacarias, médicos alagoanos eram acusados de politizar o conflito. Em dezembro de 1866, a presidência da província de Alagoas comunicava ao gabinete de Zacarias que médicos liberais dos quartéis de recrutamento mandavam incapacitados ao frente de combate, e, reciprocamente, médicos conservadores protegiam combatentes aptos¹⁴². O mesmo ocorria com oficiais alagoanos do Exército. O tenente-coronel Vieira Peixoto enfatizara à presidência de província de Alagoas que não faria esforços para aliciar tropas, já que precisaria desses homens para as futuras eleições¹⁴³.

¹⁴⁰ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002, p. 265.

¹⁴¹ AHMI. I-DPP 151.867, maço C.1-3. Carta conf. Joaquim Saldanha Marinho para Zacarias de Góes e Vasconcellos, Ouro Preto, 24 de maio de 1867.

¹⁴² AHMI – I-DPP 141.2.866, maço C1. Carta conf. de José Martins Pereira Alencastro para Zacarias de Góes e Vasconcellos, Maceió, 14 de dezembro de 1866.

¹⁴³ Ibid.

Assegurar a manutenção de número altos no recrutamento era, em outros termos, garantir a continuidade do gabinete. É nesse sentido que guardas nacionais ou delegados de polícia vinculados a províncias com presidência liberal adotaram medidas de recrutamento forçado, atingindo brasileiros e estrangeiros. O cônsul uruguaio no Rio de Janeiro não cessou de alertar primeiro o plenipotenciário uruguaio no Império, Andrés Lamas, e, depois, o Ministério dos Negócios Estrangeiros brasileiro que orientais eram recrutados à força, no Brasil, para combater no Paraguai¹⁴⁴. A gravidade da situação deixava entrever que não eram poucos os uruguaios alistados nas forças imperiais. Isso ficou patente quando Andrés Lamas comunicou a Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete de Zacarias, que as boas relações entre orientais e brasileiros ficava condicionada à livre importação de gado uruguaio, à livre navegação da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão e, aqui está nosso ponto, ao respeito à nacionalidade oriental no que concerne ao recrutamento¹⁴⁵.

O prolongamento do imobilismo das tropas em Humaitá fez que o gabinete de Zacarias passasse a acusar o Comandante em Chefe das Forças brasileiras pela lentidão nas ações de combate. As dificuldades da guerra, acreditavam os liberais, não estaria no esforço de mobilização interno, mas externo. Ocorre que Caxias, além de marechal do Exército, era membro do partido conservador, o que acirrou as disputas entre os dois partidos. Caxias culpava o partido liberal por equívocos na atribuição de posições de comando, por promoções indevidas e pela escassez de suprimentos enviados às tropas. Seriam essas as razões da lentidão do combate.

Fato é que o terceiro gabinete de Zacarias tomado pelas questões platinas. A grande heterogeneidade da base aliada ao gabinete, reunindo liberais históricos, moderados, progressistas e conservadores heterodoxos, não dava bons augúrios quanto à condução dos negócios da guerra. Era período de instabilidade política. O gabinete não tinha maioria segura na Câmara de Deputados, como ficara comprovado quando, ao assumir a presidência do Conselho de Ministros, impingiu-se a Zacarias moção de desconfiança derrotada por apenas três votos. A Câmara, malgrado certa assertividade no começo de guerra em relação aos liberais, passou a questionar a monopolização das tomadas de decisão pelo gabinete de Zacarias no que concerne às operações militares.

As trocas de acusação entre Caxias e Zacarias conduziram à intervenção de Dom Pedro II. Preocupado em dar continuidade ao processo de reorganização das Forças Armadas entabulado por Caxias e descrente quanto à frágil da unidade política do

¹⁴⁴ AGNU – Fundo Andrés Lamas. Caja, 144, carpeta 4. Carta conf. de Gabriel Perez para Andrés Lamas, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1866.

¹⁴⁵ Os dois primeiros gabinetes de Zacarias foram de 24 de maio de 1862 a 30 de maio de 1862; e de 15 de janeiro de 1864 a 31 de agosto de 1864.

gabinete de Zacarias, o Imperador fez uso do Poder Moderador e dissolveu a Câmara em julho de 1868. Eram chamados os conservadores ao governo, sob gabinete constituído pelo Visconde de Itaboraí. No período que se estende de 1868 até o final da guerra, raros foram os casos de presidentes de províncias que não fossem conservadores ortodoxos. A nomeação de muitos desses, logo após a constituição do gabinete de Itaboraí, era indício de que o recrutamento teria de ser robustecido.

No entanto, o esforço do gabinete para aumentar a eficiência do recrutamento recaía, em última instância, nas autoridades locais. Forcejar médicos, delegados de polícia, guardas nacionais ou advogados liberais a agir em conformidade com as presidências de província conservadoras não era tarefa fácil. Os 10.886 recrutados entre a formação do gabinete Itaboraí e a nomeação do Conde d'Eu para o comando das forças brasileiras, isto é, entre julho de 1868 e março de 1869, eram poucos para os conservadores, e muitos para os liberais. Em janeiro de 1869, o liberal e ex-presidente da província de Santa Catarina Inácio da Cunha Galvão endereçou ao Conde d'Eu um projeto de reforma do sistema representativo brasileiro. Enxergava nas rivalidades partidárias possíveis fraturas na política externa do Império. Acerca das implicações do sistema de partidos na Guerra do Paraguai, dizia:

Dar-se um guerra; o Ministério é de uma das cores políticas. O país almeja feitos gloriosos, pronta terminação da luta. Nisto está identificado com o governo. O partido em oposição recebe como outros tantos golpes funestos as notícias favoráveis que chegam do teatro de guerra; e o golpe mis doloroso para ele, seria um pronto e glorioso desfecho. Se o partido contrário estivesse no poder; o mesmo aconteceria, trocando os papéis. Pergunto: os partidos colocados em tais condições, não são um verdadeiro contrassenso político? Que o bem da pátria seja necessariamente a maior calamidade de um, e a desgraça dele a sua condição de prosperidade! Ainda adianto portanto um passo na invocação da teoria parlamentar: o Ministério não só deve ser independente das maiorias, como não deve ter cor política, até nisso o Executivo deve ser independente do Legislativo. Quando cessar o império da mentira e da calúnia, quando se reconhecer que todo quanto se proclama contra a monarquia não são meras balelas levantadas pelas ambições malogradas de partidos sem princípios, sem dedicação, sem coragem, não faltarão cidadãos corajosos, que se levantem para opor barreiras aos invasores da Coroa¹⁴⁶.

¹⁴⁶ AHMI – Maço 145, doc. 7051. Apontamentos sobre o sistema representativo do Brasil. Endereçado ao Conde d'Eu por Inácio da Cunha Galvão em 25 de janeiro de 1869.

Será este tema do próximo capítulo, no qual se busca compreender os significados políticos do Conde d'Eu no Paraguai. Por ora, basta entender que para os combatentes do Prata as expectativas quanto às recompensas do pós-guerra não se limitaram às promessas de 1865. Tanto para os alistados por fervor patriótico ou por esperança de ascensão socioeconômica, quanto para aqueles recrutados forçadamente, os *horizontes de expectativa* ampliaram-se, vistas as transformações nos *espaços de experiência*. A guerra mudou de face em 1866. Os surtos de enfermidade, as carências alimentícias, as derrotas militares, as sublevações na Argentina e o prolongamento dos meses acampados no quadrilátero de Humaitá, enfim, eram experiências dificilmente poderiam ser previstos em 1865. O ritmo lento das promoções de praças, os atrasos nos pagamentos dos soldos e a diferenciação feita entre voluntários da pátria e regulares alteraram as expectativas ainda no curso da guerra. Ainda que, em larga medida, as promessas de 1865 tenham sido cumpridas, a satisfação das expectativas dos veteranos cobrou o sentido de um reconhecimento social determinado pelo sacrifício de guerra, que não foi o previsto em 1865. Essa desejo por reconhecimento, fosse ele oriundo do medo de sofrer vergonha no pós-guerra ou não, atingiu a todos, voluntários, guardas, substitutos, libertos e forçados ao combate.

Capítulo IV – Hora e vez do Conde d’Eu

Como a de qualquer outro veterano da Guerra do Paraguai, a participação no conflito de Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, foi permeada de expectativas e de frustrações. Para quem desde maio de 1866 solicitava ir ao Prata, a tardia nomeação para comandante em chefe das forças brasileiras, em março de 1869, trazia consigo mais dúvidas do que certezas. Não somente conservadores e liberais se desentenderam quanto à participação do Conde d’Eu na Guerra do Paraguai, mas a Coroa também. Primeiro recalcitrante, Dom Pedro II concordou com a nomeação do Conde d’Eu após uma série de batalhas que marcou a retração das tropas paraguaias e a tomada de Assunção pelo Império e seus aliados em dezembro de 1868. A *dezembrada*, como ficaram conhecidas as batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura, pôs fim à gestão militar de Caxias, que alegava, então, estar o conflito terminado. Daí em diante, prosseguia Caxias, a guerra seria mera caça a Solano López.

Desgastado fisicamente pelo combate, o sexagenário marechal solicitou ao governo o retorno à Corte. Após alguma hesitação quanto ao nome que substituiria o de Caxias, a Coroa interveio a favor da nomeação do Conde d’Eu. Não que a guerra estivesse terminada, mas certamente o cenário de 1869 não era o mesmo daquele de 1866, quando as tropas pareciam exauridas em Curupaiti. Os riscos de derrota militar eram menores, ou praticamente inexistente: a capital inimiga esta tomada, e a capacidade militares paraguaia, destruída. Para a Coroa, portanto, a assunção do comande geral das forças brasileiras pelo Conde d’Eu, marido da Princesa Isabel, conferiria popularidade ao príncipe consorte e, por tabela, ao futuro terceiro reinado. Para um estrangeiro que chegara ao Brasil em setembro de 1864, recolher os louros da campanha do Paraguai dar-lhe-ia créditos políticos.

Os conservadores, no entanto, não enxergaram com bons olhos a nomeação do Conde d’Eu, que julgavam ser um príncipe afeito aos liberais. Desde a dissolução da Câmara em julho de 1868 e a consequente presidência conservadora do gabinete de Itaboraí, deu-se carta branca às ações militares de Caxias. A reorganização das Forças Armadas entabulada pelo marechal tinha colhido bons frutos, já que a fortaleza paraguaia de Humaitá, quiçá o maior obstáculo interposto ao Brasil durante a Guerra do Paraguai, tombou em 25 de julho de 1868, apenas nove dias depois da constituição do gabinete Itaboraí. Para os conservadores, o acontecimento ratificava a primazia que Dom Pedro II dera ao conservador Caxias sobre o gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcellos. Os ganhos políticos do cerco de Humaitá e as subsequentes vitórias de

Caxias, pensavam os conservadores, poderiam ser capturados pelos liberais, caso o Conde d'Eu liderasse as tropas até o final da guerra.

Se, antes, o governo liberal de Zacarias tivera de lidar com um comandante em chefe conservador, o Marquês de Caxias; agora, o governo conservador de Itaboraí tinha de conviver, à frente das tropas, com um príncipe que julgava liberal. Embora a Coroa buscasse mostrar que o Conde d'Eu, por ser membro da família imperial, era imparcial politicamente, não descuidou das insatisfações do partido conservador. Apenas um dia após a nomeação do príncipe consorte, em 22 de março de 1869, Caxias ganhou o título de Duque. Não era somente maneira de reconhecer o esforço de guerra. A proximidade do Conde d'Eu com políticos liberais, notadamente o abolicionista André Rebouças, era matéria de recorrente desconfiança. Os impactos dessas desconfianças conservadores na condução da guerra não foram poucos: o recrutamento de combatentes, o abastecimento das tropas e o retorno dos veteranos emperraram nos desentendimentos partidários. Começamos por compreender as razões que obstruíram os constantes pedidos do Conde d'Eu para ir à guerra, para em seguida analisar o significado político da atuação militar do príncipe consorte.

A Guerra do Paraguai estourou pouco após a celebração da união entre a Princesa Isabel e o Conde d'Eu. O casal encontrava-se então na Europa, para onde viajaram em lua-de-mel. Para quem havia lutado como oficial subalterno pela Espanha na guerra contra o Marrocos (1859-1860), os apelos do Imperador para regressar imediatamente ao Brasil não poderiam ser ignorados. O Conde d'Eu regressou rapidamente ao Império e encontrou Dom Pedro II em Uruguaiana, no final de 1865. Poucos dias depois, em novembro do mesmo ano, foi nomeado Comandante Geral de Artilharia e presidente da Comissão de Melhoramentos do Exército. A participação na guerra como marechal do Exército imperial, título conferido à época do casamento com a Princesa Isabel, para desconforto do Conde d'Eu, demorou mais do que o esperado.

A primeira solicitação formal, endereçada em 24 de maio de 1866 a Silva Ferraz, então Ministro da Guerra, foi negada sumariamente, para grande surpresa do príncipe consorte. A única razão alegada, confessava Gastão a seu sogro, era a necessidade de mantê-lo no comando da artilharia e na presidência da Comissão de Melhoramentos, na Corte, portanto¹⁴⁷. O desgosto causado por essa negativa levou o Conde a insistir no pedido perante o Imperador. Dizia que as razões reais não eram as alegadas por Silva Ferraz. Acusava a pasta da Guerra de considerá-lo estrangeiro e de evitar seu nome em razão de ciúmes do generalato imperial¹⁴⁸.

¹⁴⁷ AHMI – 146, doc. 7086. Carta conf. do Conde d'Eu a Dom Pedro II, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1866.

¹⁴⁸ Ibid.

Pedro II, em tom paternal, buscou acalmar o genro, alegando que as razões que tolhiam o pedido do Conde d'Eu não eram razões individuais, mas de ordem política. A participação do Conde d'Eu traria problemas para a Coroa, na opinião do Imperador, por três razões. Em primeiro lugar, os recentes desentendimentos entre o general Osório, então no comando das forças brasileiras, e o Presidente Mitre da Argentina indicavam que não seria adequado substituir o general brasileiro pelo príncipe consorte. Caso os desentendimentos persistissem numa hipotética nomeação do Conde d'Eu para o comando das forças brasileiras, a oposição entre o Império e a Argentina teria impactos mais severos sobre a aliança. Em segundo lugar, uma derrota militar das forças imperiais traria questionamentos quanto à legitimidade do príncipe consorte. E, ainda, caso o Conde viesse a contrair doença qualquer nos acampamentos, a sucessão dinástica estaria em risco¹⁴⁹.

As ponderações de Dom Pedro II mostram-se acertadas. Os casos de cólera multiplicaram-se entre nas tropas brasileiras, os desentendimentos entre Osório e Mitre não arrefeceram e, mais grave para o Império, os aliados perderam a batalha de Curupaiti em setembro de 1866. Insatisfeito com a monopolização das estratégias militares pelo gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcellos, o partido conservador sugeriu a substituição de Osório por Caxias. O histórico militar do marechal chamado a assumir o comando das tropas brasileiras conferia-lhe legitimidade. Caxias fora vitorioso na Farroupilha (1835-1845), na Balaiada (1838-1840), nas revoltas liberais de 1842 e na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Para os conservadores do Rio de Janeiro, a reorganização do Exército que Caxias, então, anunciava promover seria prova da incapacidade militar do gabinete liberal e de seus oficiais superiores, como Osório.

Para o Conde d'Eu, o momento de indecisão quanto à substituição de Osório era oportuno para renovar a solicitação de participar na guerra. Buscou primeiro o Imperador, para que incidisse nos negócios da Guerra a seu favor. A tradição militar da família Orléans pesou no pedido do Conde d'Eu, embora não fosse a razão principal de sua insistência. Com apenas 16 anos, o Duque de Montpensier, tio de Gastão, havia sido ajudante de ordens de Luís Felipe I, que, aos 18, fora nomeado coronel-general da infantaria francesa, para combater as tropas austríacas e prussianas nas batalhas de Valmy e de Jemappes (ambas em 1792). Luís Felipe I de Orléans, cujo reinado durou de 1830 e 1848, era avô do Conde d'Eu, fato que era constantemente recordado a Pedro II por seu genro¹⁵⁰.

¹⁴⁹ AHMI – Maço 139 doc. 6811. Carta do Conde d'Eu para Pedro II, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1866.

¹⁵⁰ Ibid.

A razão principal da insistência, no entanto, era outra. O Comando Geral de Artilharia e a presidência da Comissão de Melhoramentos do Exército eram sinecuras para o Conde d'Eu. Gastão alegava que *“para chegar à massa da nação, [era] preciso outra coisa para além dos resultados de uma comissão”*¹⁵¹. Sua participação na guerra, dizia ao Imperador, era fundamental para, a um só tempo, borrar o estigma de estrangeiro e demonstrar quão ligado estava ao Brasil. A insistência do Conde acompanhou-se de uma série de promessas. Como membro da família real, Gastão jurava poder reanimar o patriotismo das tropas. Dizia ser capaz de recrudescer o alistamento de guarda nacionais e de voluntários da pátria. Para tanto, estaria disposto a sacudir os alunos da Escola Central e a empreender viagem às províncias. Incentivaria, ainda, os fazendeiros do Império a libertar escravos para combater no Paraguai¹⁵².

Temoroso da decisão de Pedro II, Gastão encerrou a carta a seu sogro sugerindo que, caso houvesse deferimento do pedido, fosse nomeado Comandante de Artilharia do Exército, sob ordens de Caxias¹⁵³. O que, em outras palavras, apontava para o fato do Conde d'Eu saber que a indicação de Caxias já era realidade antes do anúncio oficial. A dramaticidade da solicitação teve por ato final ameaça de Gastão consoante a qual deixaria o Comando Geral de Artilharia e a presidência da Comissão de Melhoramentos do Exército caso seu pedido fosse negado. O Imperador não se mostrou favorável, embora tampouco tenha mostrado oposição frontal. Preferiu que a questão fosse resolvida pelo Conselho de Estado, a cuja decisão submeter-se-ia.

Em sessão de 12 de outubro de 1866, um mês e pouco antes de Caxias assumir o comando das forças brasileiras no Paraguai, o Conselho de Estado negou a participação do Conde d'Eu na guerra¹⁵⁴. Três motivos principais foram apresentados; em primeiro lugar, os conselheiros alegaram possíveis desagradados por parte dos aliados, em especial, da Argentina; em segundo, a possibilidade de haver desencontros entre Caxias e o Conde d'Eu oporia o Exército à Coroa, o que deveria ser evitado a todo custo em momento no qual as tropas brasileiras claudicavam em campanha; e, finalmente, afirmou-se que o Conde não gozava da experiência militar do marechal Caxias. Dos doze conselheiros de Estado presentes na sessão, apenas Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha, votou a favor. Não por acaso, tratava-se de um liberal.

¹⁵¹ AHMI – Maço 146 doc. 7086. Carta do Conde d'Eu para Pedro II, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1866.

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Sessão de Conselho de Estado de 12 de outubro de 1866. Atas do Terceiro Conselho de Estado 1865-1867. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp>. Acesso em: 1 de julho de 2014.

Os pareceres do Visconde de Abaeté, do Visconde de Itaboraí, do Visconde de Sapucaí, de Pimenta Bueno e de José Maria da Silva Paranhos, todos conservadores, foram orientados pelos riscos que traria a participação do Conde d'Eu na guerra em relação aos aliados. Justificaram suas posições afirmando que havia grande preconceito contra o Brasil, na Argentina e no Uruguai, no que concerne a planos de anexação territoriais no que antes era o Vice-Reino do Rio da Prata e ao fomento de instituições monárquicas na região. A desconfiança não era infundada. Felipe Varela, caudilho da província argentina de Catamarca e um dos mentores da sublevação de Cuyo contra o governo de Mitre em 1866, acusava Buenos Aires de traição aos primados republicanos da Argentina.

Por um lado, a aliança com o Império do Brasil e, por outro, a negativa da ajuda ao Chile e ao Peru, ameaçados pela armada real espanhola, indicavam que Mitre, pelo menos aos olhos de Varela, estaria fomentando um complô monárquico na região. Além disso, as províncias da região de Cuyo suspeitavam das reais intenções brasileiras quanto ao Paraguai: a presença maciça de forças de Império dava augúrios de permanência na região e, portanto, de possível anexação do Paraguai, Estado com o qual o Norte argentino tinha relações socioculturais intensas. Para os conselheiros de Estado, portanto, ter o príncipe consorte na região não traria bons presságios quanto à pacificação da Argentina.

A opinião conservadora foi redobrada pelos pareceres de Eusébio de Queiróz e de Silva Ferraz, antes Ministro da Guerra e agora senador e conselheiro de Estado. Ambos afirmaram que a partida do Conde d'Eu para o Paraguai iria de encontro à nomeação de Caxias. Isso porque o Conde não possuía a experiência militar de Caxias. Não estaria maduro o suficiente para liderar as tropas brasileiras. E, caso fosse enviado como comandante artilharia sob ordens de Caxias, haveria risco de quebra de hierarquia, opondo a Coroa a Caxias e, em decorrência, ao partido conservador. As posições de Queiróz e de Silva Ferraz, que já havia mostrado antipatia pelo Conde d'Eu em carta confidencial a Nabuco de Araújo¹⁵⁵ e na primeira negação a seu pedido de ir à guerra, inclinaram-se pelos ganhos políticos que traria o comando absoluto de Caxias no Paraguai. Embora seja certo que os conservadores vislumbravam em Caxias a força militar que requeria o difícil momento na guerra, não se pode perder de vista que o marechal do Exército era senador pelo partido conservador desde 1845. Caxias, no fundo, era tanto militar quanto civil, e a importância de sua nomeação para o comando

¹⁵⁵ A carta encontra-se parcialmente reproduzida em NABUCO, Joaquim. Um estadista no Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Tomo III. Rio de Janeiro: Ed. H. Garnier, 1899, p. 266.

das tropas estava no desequilíbrio a favor dos conservadores que causaria no gabinete liberal de Zacarias, caso a condução da guerra viesse a melhorar.

Os liberais que votaram contra a partida do Conde d'Eu foram Nabuco de Araújo, Bernardo de Sousa Franco e Francisco de Sales Torres Homem. Embora o parecer dos liberais girasse em torno de Caxias, o argumento foi tomado pelo avesso. A primazia no comando não poderia ser de Caxias, caso o Conde d'Eu fosse para a guerra. Nabuco de Araújo fez questão de salientar o prestígio que conferiria a participação do Conde d'Eu na guerra ao reinado da futura Imperatriz: seria glória para a Coroa, e a glória "*é o móvel mais poderoso da admiração e do entusiasmo do povo*¹⁵⁶". Em seu parecer, Nabuco de Araújo afirmou que fora favorável, em 1865, à nomeação do Conde d'Eu para general em chefe do Exército, visto que a qualidade de príncipe imporá silêncio às rivalidades dos generais e às influências políticas. A presença do príncipe consorte no Rio Grande do Sul, continuava Nabuco de Araújo, tinha dado provas no sentido da imparcialidade da Coroa no que se refere aos partidos políticos¹⁵⁷. A indicação de Caxias, no entanto, sendo prioridade do Imperador e do partido conservador, qualquer posição contrária traria mais prejuízos ao fragilizado gabinete liberal de Zacarias. O voto contrário de Nabuco de Araújo, de Sousa Franco e de Torres Homem era menos a favor de Caxias e mais em benefício do Conde. Afinal, o príncipe consorte não poderia ser um general de papel.

O Visconde de Jequitinhonha, no entanto, destoou do coro liberal. Para ele, a participação do Conde d'Eu contribuiria para consolidar o espírito militar entre os brasileiros. Seria, em palavras não ditas, mecanismo para incentivar o alistamento de voluntários da pátria e de guarda nacionais. Dizia, em seu parecer,

*Senhor! O fim da guerra é o alvo das vistas do governo de Vossa Majestade Imperial e da Nação inteira. A guerra deve acabar com um triunfo completo; e para este fim devem ser empregados todos os meios. Cumpre saber se a presença do príncipe contribuirá para sua feliz conclusão. [...]. A Nação brasileira é brava, Senhores, mas não tem espírito militar; é necessário criá-lo. Ora, nada pode melhor concorrer para isso, como o sacrifício a que se propõe o Sr. Conde d'Eu*¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Sessão de Conselho de Estado de 12 de outubro de 1866. Atas do Terceiro Conselho de Estado 1865-1867. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp>. Acesso em: 1 de julho de 2014.

¹⁵⁷ NABUCO, Joaquim. Um estadista no Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Tomo III. Rio de Janeiro: Ed. H. Garnier, 1899, p. 261.

¹⁵⁸ Sessão de Conselho de Estado de 12 de outubro de 1866. Atas do Terceiro Conselho de Estado 1865-1867. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp>. Acesso em: 1 de julho de 2014.

A posição de Jequitinhonha deixava entrever que a vitória na Guerra do Paraguai deveria ser atribuída ao príncipe consorte. Nisso, concordava com Nabuco de Araújo, Sousa Franco e Torres Homem. Ganharia muito o terceiro reinado com as louros da vitória colhidos pelo Conde d'Eu nos campos de batalha.

A decisão do Conselho de Estado desconcertou o jovem príncipe. Em carta a Dom Pedro II, rebateu, um por um, todos os argumentos apresentados pelos conselheiros. Dizia não compreender por que sua presença nos acampamentos haveria de ser pretexto para romper os laços que unem os aliados a mesma causa. Era tolice, para ele, pensar que haveria pretensões imperiais em estabelecer um reino em Buenos Aires ou em Assunção. O Império já deixara claro no tratado de aliança, segundo o Conde d'Eu, que não era do interesse brasileiro anexar região qualquer, e que a guerra era contra López, e não contra o Paraguai. Prosseguiu a carta recordando seu tio e avô, que antes dos vinte anos, eram oficiais superiores. O mesmo Solano López foi nomeado marechal aos dezoito. E, ainda, as acusações no que concerne à experiência de combate eram infundadas, visto que a participação nas tropas espanholas contra o Marrocos teria conferido-lhe maturidade militar. Descontente, o Conde d'Eu concluiu a carta a seu sogro em tom de ameaça: *“se tudo for em vão, se o poder executivo persistir em recursar meus serviços, saberei pelo menos a quem atribuir o propósito de meu afagar e a ferida dificilmente se fechará no meu coração”*¹⁵⁹.

Em que pese as tentativas de acalmar o genro, Pedro II não conseguiu impedi-lo de apresentar ao Ministério da Guerra, em 16 novembro de 1866, pedido de demissão da Comissão de Melhoramentos do Exército e do Comando Geral de Artilharia. Dois dias depois, Paranaguá, na pasta da Guerra, negou o pedido do Conde d'Eu, compreendendo que se tratava mais de mostrar o descontentamento com o Conselho de Estado do que uma recusa às instituições do Exército. Paranaguá e o Imperador escreveram ao Conde, para deixar claro que não abandonariam o príncipe em suas pretensões quanto à guerra, mas que, por ora, era precisa acatar as vontades dos conselheiros da Coroa¹⁶⁰.

Sem explicitá-lo, como se os dois o soubessem de antemão, Pedro II dizia ao genro haver um verdadeiro motivo da oposição no Conselho de Estado¹⁶¹. As questões das alianças platinas poderiam gerar embaraços, mas não eram suficientes para desfazer a aliança. O problema era a filiação partidária do então Marquês de Caxias. Em carta ao Duque de Nemours, seu pai, o Conde d'Eu revelou, em outubro de 1866, que o partido representado, em maioria, no Conselho de Estado tolhia seus desejos de ir à guerra.

¹⁵⁹ AHMI – Maço 139 doc. 6811. Carta do Conde d'Eu para Pedro II, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1866.

¹⁶⁰ AHMI – Maço 146 doc. 7086. Carta de Pedro II ao Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1866.

¹⁶¹ Ibid.

Homens de um certa idade e pertencentes todos ao partido conservador, a preocupação constante dos conselheiros de Estado é afastar tudo que foge à rotina ordinária. São eles que, consultados sobre a questão da escravidão e da liberdade de navegação do Amazonas, respondem que o mais sábio é postergar indefinidamente essas questões. E são eles que, outrora, rejeitaram a proposta da companhia Collins para estabelecer um telégrafo daqui aos Estados Unidos; e, para particularizar as coisas, é bem certo que o Imperador não teria ido, o ano passado, libertar a província do Rio Grande do Sul, se tivesse imaginado consultar o Conselho de Estado antes de tomar esta resolução¹⁶².

O distanciamento do Conde d'Eu com o partido conservador brasileiro em muito se relacionou, num primeiro momento, à preferência por Caxias, expressada em 1866 pelo Conselho de Estado. O príncipe consorte confessara reiteradas vezes a Pedro II os ciúmes que sentiria ao ver Caxias liderando a vitória brasileira no Paraguai¹⁶³. A partir de então, o Conde d'Eu procurou aproximar-se de políticos liberais, entre eles, Sousa Franco, Torres Homem, Jequitinhonha e Nabuco de Araújo. Mas também com liberais de menor envergadura política, como André Rebouças e Joaquim Manuel de Macedo. Não que fosse oportunismo da hora. A correspondência do Conde d'Eu com seu pai mostra alguma inclinação liberal. Mas tampouco se tratava de vinculação manifesta às ligas progressistas, conluio dos liberais no poder desde maio de 1862. A proximidade com conservadores, tais como Pimenta Bueno, ratificam que o príncipe era representante da Coroa, e não de um partido.

Havia no Conde d'Eu, contudo, o desejo de levar a cabo projeto liberal para o Império, especialmente, no que diz respeito à escravidão. Os políticos com os quais o Conde d'Eu desenvolveu vínculos privados eram emancipacionistas, e isso em que pese possíveis mudanças partidárias, como foi o caso do liberal Torres Homem, que se tornou conservador na legislatura do Senado de 1868. O fortalecimento político do Conde d'Eu, nesse sentido, poderia bem servir à causa da emancipação.

Nos três primeiros meses de 1867, o Conde d'Eu tornou a insistir a respeito de sua participação na Guerra do Paraguai. Mobilizou, para tanto, seus aliados emancipacionistas, obtendo o aval dos conselheiros de Estado Sousa Franco e Jequitinhonha¹⁶⁴. Procurou igualmente Pimenta Bueno, que se mostrou inclinado a

¹⁶² Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d'Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 151.

¹⁶³ AHMI – Maço 139 doc. 6811. Carta do Conde d'Eu para Pedro II, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1866.

¹⁶⁴ AHMI – Maço 140, doc. 6862. Carta de Bernardo de Souza Franco para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 18 de março de 1867.

favorecer o Conde, embora desaconselhasse a ida do príncipe consorte ao Paraguai¹⁶⁵. O conselheiro Pimenta Bueno prometeu enviar cartas aos demais conselheiros de Estado, o que provavelmente não tenha acontecido. Não era hora, contudo, acreditava Pimenta Bueno, de suscitar entraves ao prestígio galgado por Caxias no combate. O Conde d'Eu buscou também entabular contatos com a oposição mais ferrenha a seu desejo de ir à guerra. Enviou carta pessoal ao conservador Visconde de Itaboraá, que rejeitou o pedido sumariamente¹⁶⁶.

O renovado parecer desfavorável do Conselho do Estado, reunido em 18 de março de 1867, foi do tamanho da frustração do Conde d'Eu. Até a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcellos, o príncipe consorte buscou afastar-se da Corte. Em março de 1867, pouco após a decisão do Conselho de Estado, solicitou autorização ao Imperador para ir à Europa, o que lhe foi negado. O cenário de guerra, acreditava Pedro II, não era propício para gastos extraordinários com a Coroa. O Conde renovou, em 25 de maio de 1868, pela terceira vez, o pedido de demissão da Comissão de Melhoramentos do Exército e do comando geral de artilharia. Assim como em 16 de outubro de 1866 e em 21 de janeiro de 1867, teve nova negativa¹⁶⁷.

De março de 1867 a janeiro de 1868, os jornais do Império, em especial os da Corte, polemizaram no que concerne à vontade o casal d'Eu de partir para a Europa. Boletins de protesto foram distribuídos nas ruas da capital contra a viagem dos herdeiros da Coroa. A esse respeito, alguns jornais acusaram o príncipe consorte de reiterados desentendimentos com o Imperador, que teriam sua raiz na negação à participação na Guerra do Paraguai¹⁶⁸. Em meio ao frenesi que pairava sobre a família real, e por sugestão de Pedro II, o Conde d'Eu e a Princesa Isabel desistiram da viagem à Europa, mas empreenderam em 1868 viagem às então chamadas Águas Virtuosas de Caxambu, passando pela Barra do Pirai, pela Barra Mansa, por Resende e, em Minas Gerais, por Pouso Alto. Os desconfortos com o partido conservador, apesar da viagem para espairecer, não foram esquecidos pelo Conde d'Eu. Deixava-o clato a Joaquim Manuel de Macedo, em julho de 1868, a quem pediu, como prova de amizade, residência temporária em Minas Gerais.

Desejaria ouvir de Vossa Excelência, como um dos representantes proeminentes do partido liberal e um dos melhores que conta nessas distintas fileiras, se ou a

¹⁶⁵ AHMI – Maço 140, doc. 6867. Carta de Pimenta Bueno para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 18 de março de 1867.

¹⁶⁶ AHMI – Maço 140, doc. 6868. Carta de Conde d'Eu para o Visconde de Itaboraá, 18 de março de 1867.

¹⁶⁷ AHMI – Maço 143, doc. 6999. Carta do Conde d'Eu o Barão de Muritiba, Rio de Janeiro, Quartel-General de Artilharia, 18/08/1868.

¹⁶⁸ Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d'Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 179.

vontade do governo, ou o exclusivismo do partido conservador ou enfim a repugnância nacional não me consentiram prestar à pátria que adotei e que tanto amo os serviços que eu desejaria [...], motivos de saúde impeliu-me-ão a ir, com a Princesa, fixar por algum tempo minha residência na província de Minas Gerais, e é o que impeliu a me dirigir a Vossa Excelência por cartas pedindo-lhe aquelas informações por quais fico grato¹⁶⁹.

A bucólica viagem pela província fluminense e a tranquilidade de Caxambu foram breve parêntese entre dois momentos de agitação política para o Conde d'Eu. Ao regressar à Corte, foi surpreendido, em 20 de fevereiro, com a indicação do Imperador para chefiar as tropas brasileiras no Paraguai. Em carta a seu pai, Gastão de Orléans mostrou-se desconfiado da impaciência de Pedro II para que partisse tão logo fosse possível: *“por que, agora, ninguém quer consultar o Conselho de Estado?”*, concluía¹⁷⁰. Para quem havia desistido de ir à guerra¹⁷¹, a nomeação veio deveras de supetão.

Três dias depois após a nomeação, o Conde d'Eu escreveu ao conselheiro Paranhos, solicitando esclarecimentos a respeito da decisão do Imperador. Comedido, Paranhos redarguiu que, com a renúncia de Caxias em dezembro de 1868, ora se considerava a guerra acabada, como queria o general conservador, ora se prosseguia à caça de López¹⁷². A resposta não trazia mais elucidações do que essas. É possível que Pedro II buscasse evitar que novos desencontros partidários caracterizassem a nomeação do novo comandante em chefe das tropas brasileiras. Bastava-lhe os dissabores na política interna causados pela dissolução do gabinete liberal de Zacarias em benefício da manutenção de Caxias no comando das forças imperiais. É razoável, ainda, que Pedro II vislumbresse no Conde d'Eu o ânimo que faltava aos generais indicados para suceder Caxias. Polidoro tinha 66 anos e encontrava-se extenuado pela guerra; Porto Alegre, 65, e, assim como Osório, de 61, que repousava ferido em casa, seria inconveniente político para o gabinete conservador de Itaboraí; e Guilherme Xavier de Souza, o nome mais cotado para assumir o comando das tropas, tinha 51 anos, e não podia montar a cavalo. Todos estavam em campanha praticamente desde o início da guerra.

A razão mais provável, no entanto, relaciona-se ao estado da guerra. O Conde d'Eu, a respeito da impaciência do Imperador em vê-lo comandante em chefe das forças

¹⁶⁹ AHMI – Carta do Conde d'Eu a Joaquim Manuel de Macedo, Macaé, 4 de julho de 1868.

¹⁷⁰ Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d'Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 201.

¹⁷¹ AHMI – Maço 146, doc. 7056. Carta do Conde d'Eu para Dom Pedro II, Rio de Janeiro, fevereiro de 1869.

¹⁷² Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d'Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 201.

brasileiras, ponderou, junto a seu pai, que não haveria glória militar em ganhar uma guerra que se parecia mais a uma caça. Não haveria manobras militares em campo aberto, não haveria investidas contra fortalezas, não se esperavam estratégias napoleônicas dos paraguaios¹⁷³. Os últimos meses da Guerra do Paraguai mostrariam que o Conde se enganara; contudo, nessas ponderações estava a razão da impaciência do Imperador. Com a guerra praticamente terminada, e vencida, a nomeação do príncipe consorte dar-lhe-ia popularidade. Melhor, a Coroa seria diretamente responsabilizada pela vitória, e um membro da família real, pela caça a Solano López, o que era obstinação de Pedro II.

Para o Conde d'Eu, sua indicação guardava relação com os descontentamentos no Exército. Conforme relatou ao Duque de Nemours em abril de 1869, apenas a imparcialidade de monarca poderia pôr termo às rugas partidárias entre oficiais superiores e animar as tropas exauridas pelo combate¹⁷⁴. Em que pese a desconfiança, a possibilidade de liderar as tropas à vitória animou-o sobremaneira. Ganharia assim aquilo que Saldanha da Gama, monarquista convicto e oficial da Marinha, dizia ser-lhe de direito em abril de 1868: *“a população da Corte [...] senti[u] a sua ausência por ocasião dos festejos grandiosos e essencialmente patrióticos, que aqui se fizeram pelo triunfo [...] em Humaitá. Teria sido bom para vossa popularidade”*¹⁷⁵.

Para conservadores e liberais, a nomeação do Conde d'Eu tomou feições de embate partidário. A participação do príncipe consorte na Guerra do Paraguai teve sentido político para ambos os partidos. A interferência no Exército e na Armada comandada pelo Conde d'Eu poderia ser grande, já que, pelo ato de nomeação, eram conferidos plenos poderes no que concerne à escolha de oficiais¹⁷⁶. Não por acaso, o liberal Osório, apressou-se em manifestar desejo de voltar à guerra. Dizia-se recuperado dos feridas que lhe partiram a mandíbula na batalha de Avaí¹⁷⁷. O príncipe consorte mostrou-se mais que disposto a cooperar com Osório, general que gozava de grande popularidade no Exército¹⁷⁸.

A aproximação entre o Conde d'Eu e o general Osório simbolizava uma retomada de confiança das alas liberais pouco depois do gabinete de Zacarias de Goés e Vasconcellos ser alijado do poder. Embora Gastão de Orléans afirmasse que a

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d'Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 228.

¹⁷⁵ AHMI – Maço 142, doc. 6978. Carta de Saldanha da Gama para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1868.

¹⁷⁶ AHMI – Maço 145, doc. 7064. Carta de Dom Pedro II para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1869.

¹⁷⁷ AHMI – Maço 154, doc. 7236. Carta de Osório para o Conde d'Eu, Pelotas, 22 de abril de 1869.

¹⁷⁸ AHMI – Maço 145, doc. 7075. Carta do Conde d'Eu para Osório, Rio de Janeiro 24 de abril de 1869.

alternância na presidência do Conselho de Ministros era saudável, não por isso deixou de criticar o comando de Caxias¹⁷⁹. A esse respeito, faziam-lhe coro os liberais Souza Franco, Nabuco de Araújo, Francisco Otaviano, que dirigiu, pouco depois, o jornal *A Reforma*, e Saldanha Marinho, um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Quando o Conde d'Eu foi nomeado comandante em chefe das tropas brasileiras, os liberais não tardaram em apoiar a decisão do Imperador. Acreditava-se que a legitimidade perdida com a dissolução do gabinete de Zacarias seria, quiçá, recobrada com o príncipe consorte.

A reforma no partido liberal após a assunção do conservador Itaboraí fundava-se, precisamente, em questões de legitimidade. Dos púlpitos do Senado, Nabuco de Araújo não cessou de indicar que o Poder Moderador, embora prerrogativa constitucional do Imperador, desfizera a legitimidade do poder, já que o gabinete conservador chamado a governar fora derrotado nas urnas¹⁸⁰. A Câmara era de maioria liberal, embora fosse uma maioria magra e repleta de dissidências. O discurso de Nabuco de Araújo tinha por propósito conclamar a reunião dos liberais históricos e dos liberais progressistas contra o que chamava de abusos do Poder Moderador. A intenção era pôr em xeque a legitimidade do partido conservador agora no poder. Embora o discurso inflamado de Nabuco de Araújo tenha contribuído para a dissolução da Câmara pelo Imperador, o que resultou numa composição legislativa conservadora, alcançou-se o objetivo esperado. Os liberais abstiveram-se do pleito que deu unanimidade ao partido conservador na Câmara e reagruparam-se, em 3 de outubro de 1868, no Centro Liberal. Em março de 1869, quando o Conde d'Eu era chamado a liderar o Brasil no Paraguai em momento no qual Assunção estava tomada e em que não havia a turbulência política interna de julho de 1868, o Centro apresentou manifesto ao gabinete Itaboraí, reclamando reformas imediatas no que concerne ao regime representativo.

Daí em diante, o Conde d'Eu passou a ser, pelo menos aos olhos dos liberais, a braço externo do Centro, transformado em Partido Liberal em 16 de maio de 1869. Nabuco de Araújo, ao longo desse ano, promoveu debates, no Senado, nos quais o Conde d'Eu era exaltado em relação a Caxias. A suposta imparcialidade que lhe conferia ser membro da família imperial, pensavam os liberais, somente engrandeceria o príncipe consorte¹⁸¹. Na Corte, Joaquim Manuel de Macedo tornou-se o interlocutor predileto do Conde d'Eu quanto à reorganização dos liberais. O Clube da Reforma, surgido do Centro

¹⁷⁹ Apud RANGEL, Alberto. *Gastão de Orléans, o último Conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 200.

¹⁸⁰ Anais do Senado Federal, 17 de julho de 1868. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais>>. Acesso em: 1 de julho de 2014.

¹⁸¹ AHMI – Maço 145, doc. 7238. Carta de Joaquim Manuel de Macedo para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1869.

Liberal em 7 de abril de 1869, em alusão à constituição da regência em 7 de abril de 1831 e ao avanço liberal que sucedeu até 1837, aplaudia o Conde, que, em resposta, desejava longa vida ao Clube¹⁸². No Paraguai, o príncipe consorte comentava a seu amigo Macedo, sem dispensar críticas a Caxias, as impressões sobre o Exército:

A impressão causada por minha chegada no Exército tem sido, creio eu, boa: despertou esperanças de maior atividade nas operações e, sobretudo, de alguma reparação das injustiças passadas. [...]. O difícil, na minha posição, é vir ao conhecimento de todas as queixas, de todas as determinações menos justas, para poder atender aquelas, prevenir e corrigir estas. Procurei repartir as atribuições dos cargos principais, por forma a não ser reduzidas a um só ouvido: pois o tempo assaz longo que diariamente destino à audiência geral, nunca chegou para ouvir todas as representações, muitas vezes fúteis, de oficiais e soldados. [...]. Esqueci-me de dizer que esta terrível falta de cavalgaduras teve por principal origem uma célebre ordem que, entre outras, se lembrou o Sr. Caxias de expedir em janeiro, reduzindo à metade a ração de todos os animais¹⁸³.

De todas as propostas de reformas que caracterizaram o programa do Partido Liberal de maio de 1869, entre elas, a responsabilidade ministerial, a descentralização política e a supressão do Senado vitalício, três encontraram eco no Conde D'Eu: a suspensão do recrutamento forçado, o fim da Guarda Nacional e a emancipação dos escravos. No que concerne às duas primeiras, elas foram objeto de repetidos projetos de reforma escritos do punho do Conde após o fim da guerra. A terceira proposta, a mais delicada, começou a ser tratada, ainda no decurso do conflito, pelo príncipe consorte. O interesse de Gastão de Orléans pelas propostas dos liberais dava claros indícios de que esses não haviam errado ao apoiar a nomeação do Conde para o comando das forças brasileiras e que tampouco se enganaram quanto à expectativa de fortalecimento político, em parte, por obra do príncipe.

Celebrando no Rio de Janeiro cada vitória do Conde d'Eu na campanha do Paraguai, André Rebouças preparava o príncipe para torná-lo o artífice da libertação do ventre escravo. Certamente não era o único emancipacionista a buscar aliança com o Conde d'Eu, mas a interlocução constante entre os dois, de 1868 a 1870, deixa entrever a importância de Rebouças nesse processo. A posição emancipacionista do Conde d'Eu deixava poucas dúvidas quanto à liderança que poderia exercer nos projetos que

¹⁸² AHMI – Maço 147, doc. 7120. Carta de Joaquim Manuel de Macedo para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1869; e, carta do Conde d'Eu para Joaquim Manuel de Macedo, Luque, 15 de maio de 1869.

¹⁸³ AHMI – Maço 147, doc. 7120. Carta do Conde d'Eu para Joaquim Manuel de Macedo, Luque, 29 de abril de 1869.

visavam a alforria do ventre escravo. Em fevereiro de 1869, o príncipe comentava a seu preceptor francês, o general Dumas, que *“no que concerne à escravidão...se voltar vitorioso do Paraguai, iremos pôr ordem, em que pese todos os conservadores desta terra”*¹⁸⁴. Esse posicionamento não era desconhecido de Rebouças, que propôs ao Conde d’Eu a organização de uma Sociedade Protetora dos Emancipados tão logo a lei de libertação do ventre escravo fosse sancionada. Concluía suas ponderações, desejando que *“se realize um conjunto de circunstâncias, que levem Vossa Alteza a dirigir com tão bom êxito o movimento emancipador como a conclusão da Guerra do Paraguai”*¹⁸⁵.

A lei a qual Rebouças se referia estava em tramitação política. Dom Pedro II encarregara o conselheiro Pimenta Bueno, em abril de 1867, de apresentar ao Conselho de Estado projeto de emancipação do nascituros. Pouco depois, provavelmente em razão dos incômodos que trazia aos conselheiros conservadores discutir a emancipação ou a abolição, Pimenta Bueno propôs aos príncipes imperiais levar a cabo projeto de lei para que pudessem ter participação no Conselho de Estado¹⁸⁶. Apesar de ser um conselheiro conservador, Pimenta Bueno queria levar a termo o projeto emancipacionista; para tanto, o Conde d’Eu poderia contribuir, e a nomeação para o Paraguai, também.

A popularização do Conde d’Eu na Corte, passados os primeiros meses no comando das tropas no Paraguai, causou inquietações. Joaquim Manuel de Macedo alertou o príncipe consorte a respeito do problemático que era a manutenção do um gabinete conservador ortodoxo, tal como o de Itaboraá. A popularidade do Conde teria de agir no sentido contrário, já que, segundo Macedo, o domínio conservador exaltava os liberais mais radicais. Malgrado os esforços do Club da Reforma em agrupar liberais históricos e progressistas, desenhava-se uma ala francamente radical, oriunda dos progressistas, alicerçada no Club Radical, fundado em maio de 1868, e descrente quanto à manutenção da monarquia. Para esses, a popularidade do Conde d’Eu poderia vir a ser problemática. É nesse sentido que Macedo vislumbrava no Conde a possibilidade de reverter o gabinete conservador e, assim, acalmar os ânimos dos liberais radicais. Nas palavras de Macedo, em carta de abril de 1869,

Considero que a monarquia brasileira precisa apoiar-se franca e decididamente no partido liberal-monarquista, e isso sem longa demora, porque os radicais serão republicanos. [...]. Nós estamos fazendo o que podemos. A 7 de abril, fundamos o

¹⁸⁴ Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d’Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 369.

¹⁸⁵ AHMI – Maço 152, doc. 7229. Carta de André Rebouças para o Conde d’Eu, sem lugar, sem data.

¹⁸⁶ Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d’Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 167.

*Club da Reforma, para juntar liberais históricos e progressistas. A monarquia constitucional deve apoiar-se nas reformas liberais*¹⁸⁷.

E continuava, em carta de julho de 1869,

*Vossa Alteza populariza-se na Corte. [...]. As conferências do Club Radical vão perdendo o interesse que excitavam. [...]. Mas o domínio conservador unifica ainda as ideias mais exageradas. Vossa Alteza há de ver que em prazo mais ou menos breve a salvação da monarquia no Brasil dependerá somente do partido liberal moderado. Deus queira que os cálculos da sabedoria humana não ferverem, excedendo os limites da oportunidade*¹⁸⁸.

O ano de 1869 fechou-se com um pequena revolta de estudantes, críticos de uma série de reformas nos exames gerais de medicina, que redundou em vivas à república no Club Radical¹⁸⁹. Embora não fosse fator de alarme, como tampouco o era, ainda, a efervescência política dos liberais radicais, Joaquim Manuel de Macedo acertava ao acusar o domínio conservador, pelo menos no que diz respeito à radicalização na política interna e à morosidade da externa. Internamente, os radicais viam pouco sentido no prolongamento de uma guerra que julgavam vencido; externamente, e agindo no sentido contrário, os conservadores não trabalhariam pela renovação de ânimos das tropas comandados pelo Conde d'Eu, que julgavam liberal.

As inquietações do partido conservador quanto à popularidade do Conde d'Eu tonaram-se visíveis nas medidas de recrutamento e de abastecimento dos combatentes. De abril a junho de 1869, o Conde d'Eu queixou-se repetidamente das escassas remessas de soldados para a guerra. Dizia ter conhecimento de mais de 500 recrutas prontos nos quartéis do Rio de Janeiro e, todavia, as Forças Armadas imperiais não tinham recebido, “desde que se retirou Caxias, [...] um só recruta”¹⁹⁰. Joaquim Manuel de Macedo justificou o fato, alegando que o governo era contra o envio de novas levas: a influência de Caxias, continuava o interlocutor do Conde d'Eu na Corte, era grande no que concerne aos comandos no Exército¹⁹¹. Malgrado a dificuldade em promover novas ondas de recrutamento na última etapa da guerra, visto o pouco entusiasmo que causava, e em

¹⁸⁷ AHMI – Maço 147, doc. 7120. Carta de Joaquim Manuel de Macedo para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1869.

¹⁸⁸ AHMI – Maço 147, doc. 7120. Carta de Joaquim Manuel de Macedo para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1869.

¹⁸⁹ AHMI – Maço 147, doc. 7120. Carta de Joaquim Manuel de Macedo para o Conde d'Eu, 29 de novembro de 1869.

¹⁹⁰ AHMI – Maço 147, doc. 7120. Carta do Conde d'Eu para Joaquim Manuel de Macedo, sem lugar, 13 de junho de 1869.

¹⁹¹ AHMI – Maço 154, doc. 7238. Carta de Joaquim Manuel de Macedo para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1869.

que pese a dificuldade orçamentária no Império após mais de quatro anos em combate, as solicitações do Conde d'Eu eram recebidas com frieza pelo gabinete de Itaboraí, assim como as vitórias de agosto. Joaquim Manuel de Macedo, presente nas sessões do Senado de agosto de 1869, comentou ao Conde d'Eu a desinteligência entre senadores liberais e conservadores a respeito dos logros e dos requerimentos das Forças Armadas em campanha¹⁹².

A questão do abastecimento das tropas não era distinta daquela do recrutamento. As queixas do Conde d'Eu no que diz respeito à falta de víveres, de cavalaria e de equipamento militar marcaram a quase integralidade de seus primeiros meses em campanha. O partido conservador mostrou-se lento em atender os pedidos do Conde d'Eu, novamente. Mais delicado, contudo, era a interferência do príncipe consorte nos assuntos da Forças Armadas. Em junho de 1869, Gastão de Orléans propôs ao Ministro da Guerra, o conservador Barão de Muritiba, reformas na regras de promoção, o imediato pagamento dos soldos atrasados e o retorno dos primeiras levadas de voluntários da pátria, caso houvesse novas levadas enviadas para o Paraguai¹⁹³. Pouco depois, o Conde queixou-se junto ao general Dumas da lentidão, no Senado, na concessão de pensões a militares feridos e a viúvas¹⁹⁴. Eram todas propostas que se relacionavam ao regresso dos veteranos. Até o início de 1870, as solicitações de reformas de Conde d'Eu permaneceram letra morta. Não restava dúvida, o príncipe consorte era problemático para o gabinete de Itaboraí, que, inclusive, cogitou em retirá-lo da campanha em agosto de 1869¹⁹⁵.

A nomeação do Conde d'Eu para liderar as forças imperiais no Paraguai foi oportunidade para os liberais, especialmente, para os moderados, que enxergavam no príncipe consorte a possibilidade de reverter o domínio conservador de Itaboraí e, portanto, de descongestionar as divisões entre históricos e radicais. Para os conservadores, a popularidade que o Conde viesse a alcançar durante e após o comando das forças imperiais no Paraguai era um incômodo, vista sua proximidade com os liberais. As razões que impediram, em duas ocasiões, a participação do Conde d'Eu na guerra davam indícios do controvérsico que seria sua nomeação. Os desentendimentos entre o príncipe consorte e o gabinete de Itaboraí aprofundaram-se quando a possibilidade de regresso das primeiras levadas de voluntárias da pátria veio à tona. Da

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ AHMI – Maço 148, doc. 7185. Carta do Conde d'Eu para o Barão de Muritiba, sem lugar, 5 de junho de 1869.

¹⁹⁴ Apud RANGEL, Alberto. Gastão de Orléans, o último Conde d'Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 131.

¹⁹⁵ AHMI – Maço 154, doc. 7238. Carta de Joaquim Manuel de Macedo para o Conde d'Eu, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1869.

mesma forma que houve indiferença no que concerne às solicitações de recrutamento e de abastecimento das tropas, houve também quando o Conde d'Eu solicitou retornar ao Rio de Janeiro com o primeiro batalhão de veteranos. A querela do regresso apenas começava.

Conclusão

Do que foi exposto, pode-se concluir que as expectativas dos veteranos da Guerra do Paraguai não foram preenchidas. Apesar das promessas feitas aos voluntários da pátria, na hora de sua convocação, terem sido cumpridas pelo governo, em grande medida, a frustração caracterizou o regresso dos combatentes. Isso porque as expectativas mudaram no decurso da campanha. A guerra durou mais do que o esperado, o pagamento dos soldos atrasaram sobremaneira e o ritmo das promoções foi mais lento do previsto. A discriminação entre Voluntários da Pátria e o Exército de linha, promovida após Caxias ter assumido o comando das tropas brasileiras, ampliou as frustrações. Tampouco se esperava que os acampamentos tivessem repetidos surtos de cólera e que, assim, houvesse possibilidade de perecer sem entrar sequer uma vez em combate.

A participação do Conde d'Eu caracterizou os embates entre partidos conservador e liberal no que concerne à sorte dos combatentes. A política na Corte chegou aos campos de batalha, trazendo recrutas forçados e guardas nacionais desmotivados. Antes da nomeação do Conde d'Eu, certo é, as disputadas partidárias também afetaram o recrutamento, mas a participação do príncipe consorte, considerado liberal pelos conservadores, marcou a amplitude dos desentendimentos partidários quanto à satisfação das expectativas dos veteranos.

Assim, quis-se provar que o sacrifício de guerra, não vislumbrado inteiramente nas promessas feitas dos voluntários, redundou em expectativas que não foram satisfeitas. Os veteranos mudaram durante o combate, assim como mudou a política imperial. A gestão das frustrações do regresso foram refletidas nas reformas políticas e sociais da década de 1870. A partir daqui, abre-se o campo para o escopo maior desta pesquisa. Busca-se analisar as antecipações reformistas do governo como reações à agência política não somente da caserna, para onde o retorno dos veteranos se revestiu de expressivo vulto corporativo, mas também de outras classes sociais pelas quais transitou a maior parte dos veteranos do Paraguai. E, ainda, procura-se entender o sentido das reações sociais às reformas imperiais.

Por último, e aqui estaria a reflexão teórica desta pesquisa, busca-se pensar a formação de um espírito de corpo castrense após a Guerra do Paraguai como partido militar. Pretende-se demonstrar que as lideranças militares oriundas da Guerra do Paraguai procuraram articular um duplo discurso. Ao passo que se valeram dos sacrifícios no Prata para contestar a perpetuação do governo em mãos de poucos e reclamar, portanto, um parcela do butim, buscaram propor um modelo de

administração alternativo àquele levado a cabo pelas classes dirigentes imperiais. E, nesse esforço, terminaram adjudicando-se o consentimento popular com as mudanças que tencionavam promover. Sugere-se que a multiplicidade de interesses da caserna, em especial no que concerne às diferenças entre a ala moça, que não participou da guerra, e os veteranos do Paraguai, coadunaram-se numa mesma lógica: a oposição ao governo imperial. Enxerga-se na diversidade de projetos militares, por conseguinte, mais um somatório do que uma dispersão de forças.

Bibliografia

Sobre teoria da história, cidadania e classe social

- ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: La découverte, 1965.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. 1ª edição. Paris: Payot, 1984.
- BLOCH, Marc. *Mélanges historiques*. Paris: CNRS Éditions, 1963.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Edição: UNB. São Paulo, 2004.
- _____. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 13ª edição, 2007. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État*. Paris: Éditions de minuit, 1989.
- _____. *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Éditions de Seuil, 2012.
- CALHOUN, Craig. *Social theory and the politics of identity*. Oxford: Blackwell, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétudes*. Paris: Albin Michel, 2009.
- _____. *A história ou a leitura do tempo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Autêntica, 2007.
- _____. *Bourdieu, Chartier. O sociólogo e o historiador*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris: Éditions de minuit, 1986.
- ELEY, Geoff e NIELD, Keith. *The future of class in History. What's left of the social?* Michigan: University of Michigan Press, 2007.
- _____. *A crooked line. From cultural history to the history of society*. Michigan: University of Michigan Press, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 1969.
- _____. *"Il faut défendre la société". Cours au Collège de France, 1976*. Paris: Éditions Gallimard Seuil, 1997.
- _____. *Les mots et les choses*. Paris. Éditions Gallimard, 1966.
- _____. *Nietzsche, la généalogie, l'histoire*. In: _____, Dits et écrits, tome I, 1954-1975. Paris: Éditions Quatro-Gallimard, 1994.
- _____. *L'ordre du discours*. Paris: Éditions Gallimard, 1971.
- _____. *Sécurité, territoire, populations. Cours au Collège de France*. Paris: Éditions Gallimard Seuil, 2004.
- _____. *Surveiller et punir*. Paris: Éditions Gallimard, 1975.
- GEERTZ, Clifford. *The integrative revolution: primordial sentiment and civil politics in the new States*. In: *GEERTZ, Clifford (org.). Old societies and new States: the quest for modernity in Asia and Africa*. New York: Free Press, 1963.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOFFMAN, Erving. *Les rites d'interaction*. Paris: Éditions de minuit, 1974.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Cahiers de prison. Cahiers 10, 11, 12 e 13*. Paris: Éditions Gallimard, 1978.
- _____. *Escritos políticos*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions de Seuil, 2003.
- HOBBSBAWN, Eric. *Introduction: inventing traditions*. In: *HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (org.) The invention of tradition*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- _____. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Sobre História*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

- KAYE, Harvey e McCLELLAND, Keith (orgs.). *E.P. Thompson. Critical perspectives*. Cambridge: Polity, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. 'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC, 2011.
- LUKACS, Georg. *Histoire et conscience de classe*. Paris : Éditions de Minuit, 1960.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.
- MATTOS, Hebe. *História e movimentos sociais*. In: *FLAMARION CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.
- MOORE JR., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy. Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon press, 1966.
- MILZA, Pierre. *Política interna e política externa*. In: *RÉMOND, René (org.) Por uma história política*. (2ª edição 1998). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- NORA, Pierre. *Les lieux de Mémoires*. t. 3. Paris: Gallimard, 1977.
- RENAN, E. *Qu'est-ce qu'une nation? Conférences prononcées le 11 mars 1882 à la Sorbonne*. Paris: Payot, 1882.
- RANCIÈRE, Jacques. *La leçon d'Althusser*. Paris: La fabrique d'idées, 2011.
- _____. *Les noms de l'histoire. Essai de poétique du savoir*. Paris: Éditions de Seuil, 1992.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1998.
- RICOEUR, Paul. *Histoire et vérité*. Paris: Éditions de Seuil, 1955.
- _____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions de Seuil, 2000.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*. Paris: Éditions de Seuil, 1998.
- SAHLINS, Marshall. *Islands of History*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.
- SEWELL JR, William. *Logics of History. Social theory and social transformation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- SKINNER, Quentin. *Les fondements de la pensée politique moderne*. Paris: Albin Michel, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 6ª edição. Vol. 1. 3 vols. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2011.
- TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.
- Tratado de Fontainebleu*. 1807.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.
- VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Éditions de Seuil, 1971.
- _____. *Foucault, sa pensée, sa personne*. Paris: Albin Michel, 2008.
- _____. *Le quotidien et l'intéressant*. Paris: Hachette: 1995.
- ZIZEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Sobre a história da Guerra do Paraguai

- AMARAL TORAL, André. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estudos avançados, São Paulo, Vol. 9, n. 24, Maio/Agosto, 1995.
- BARROSO, Gustavo. *O Brasil em face do Prata*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 1952.
- BEATTIE, Peter. *The tribute of blood. Army, honour, race, and nation in Brazil, 1864-1945*. London: Duke University Press, 2001.
- BURTON, Richard. *Cartas desde los campos de batalla del Paraguay*. Buenos Aires: Librería el foro, 1998.
- CAPDEVILA, Luc. *Une guerre totale. Paraguay, 1864-1870. Essai d'histoire du temps présent*. Rennes: Presses universitaire de Rennes, 2007.

CARNEIRO, Daví. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca militar, 1940.

CASTRO MAGALHÃES MARQUES, Maria Eduarda. *A Guerra do Paraguai 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987.

CHIAVENATTO, José Júlio. *Genocídio americano - A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979.

CUARTEROLO, Miguel Ángel. *Soldados de la memoria*. Buenos Aires: Editora Planeta Argentina, 2000.

CUNNINGHAME GRAHAM, Robert. *Retrato de un dictador. Francisco Solano López. Paraguay, 1865-1870*. Buenos Aires: Elefante blanco, 2001.

DE MARCO, Miguel Ángel. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. A formação dos Estados nacionais no Cone Sul. In: *A América do Sul e a integração regional*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

FOTHERINGHAM, Ignacio. *Vida de un soldado o reminiscencias de las fronteras*. Vol. 1. Buenos Aires: Kraft, 1904.

GOMES DE ARAÚJO, Tiago. Tese de doutorado. *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

KRAAY, Hendrik e WHIGHAM, Thomas (orgs.). *I die with my country: perspectives on the Paraguayan War*. Nebraska: University of Nebraska Press, 2005.

LEMONS, Renato. *Benjamin Constant: the 'Truth' behind the Paraguayan War*. In: KRAAY, Hendrik e WHIGHAM, Thomas (orgs.). *I die with my country: perspectives on the Paraguayan War*. Nebraska: University of Nebraska Press, 2005.

MORAES GOMES, Marcelo Augusto. Tese de doutorado. *A espuma das províncias: um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo dos inválidos da pátria, na Corte (1864-1930)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *O continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PALLEJA, León. *Diario de la Campaña de las Fuerzas Aliadas contra el Paraguay*. Montevideu: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1960.

PERES COSTA, Wilma. *A espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRATA DE SOUSA, José. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 3a edição. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996.

QUEIROZ DUARTE, Paulo. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986.

SANTANA DE ARAÚJO, Johny. Tese de doutorado. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai, 1865-1866*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança (anotado pelo Barão do Rio Branco)*. São Paulo: Edições cultura, 2 t., 1945.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai, a "questão servil" e a questão nacional no Brasil (1866-1871)*. In: PAMPLONA, M. e STUVEN, A. M. (orgs.) *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária e FAPERJ, 2010.

_____. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1990.

_____. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SANTOS RODRIGUES, Marcelo. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre comemoração e esquecimento*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2009.

TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da guerra entre a Tríplice Anliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

WHIGHAM, Thomas e POTTHAST, Barbara. *The Paraguayan Rosetta Stone: new insights into the demographics od the Paraguayan War, 1864-1870*. LARR 34, no. 1 (1999), pp. 147-186.

Sobre história militar durante o Segundo Reinado

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Ministros da marinha, 1865-1889*. Rio de Janeiro: Imprensa naval, 1959.

CAMÊU, Francolino e VIEIRA PEIXOTO, Artur. *Floriano Peixoto, vida e governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1925.

CASTRO, Celso. *O espírito militar. Um antropólogo na caserna*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Os militares e a república. Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DUDLEY, William. *Institutional sources of officer discontent in the Brazilian Army, 1870-1889*. The Hispanic American historical review, vol. 55, no. 1. Feb., 1975, pp. 44-65.

_____. *Professionalization and politicization as motivational factors in the Brazilian army coup of 15 November 1889*. Journal of Latin American Studies, vol. 8, no. 1. May, 1976, pp. 101-125.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 1997.

LOPES GENTIL TORRES, Teodorico. *Ministros da guerra do Brasil, 1808-1946*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1947.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Armée et politique au Brésil: une critique des modèles d'interprétations. In : ROUQUIÉ, Alain (org.). Les partis militaires au Brésil. Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, p. 20-25.

PRETEXTATO MACIEL DA SILVA, Alfredo. *Os generais do exército brasileiro de 1822 a 1880. Traços biográficos*. Rio de Janeiro: Biblioteca militar, 1940.

ROUQUIÉ, Alain. Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil : stratégies de recherche et dynamique institutionnelle. In : _____ (org)., Les partis militaires au Brésil. Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, p. 9-20.

SCHULZ, John. *O exército na política. Origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora EdUSP, 1994.

SEIXAS, Demétrio. *O golpe de estado de 15 de novembro*. Porto Alegre: Oficina tipográfica da livraria americana, 1890.

TEIXEIRA MENDES, Raimundo. *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do fundador da república brasileira*. 2 t. Rio de Janeiro: Apostolado

WERNECK SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Editora expressão popular, 2010.

_____. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1958.

Sobre a história da escravidão durante o Segundo Reinado

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luis Felipe. (org). *História da vida privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*. Edição: 10ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- BETHELL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade*. New York: Cambridge University Press, 1970.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. (2ª edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- _____. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão no Corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- _____. *Trabalho, lar e botequim*. 3ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. Brasília: Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA E SILVA, Alberto. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1977.
- DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4ª edição. São Paulo: Editora global, 2010.
- GRAHAM, Richard. *Causes for the Abolition of negro Slavery in Brazil: an interpretative essay*. The Hispanic American historical review, vol. 46, no. 2 (May, 1966), pp. 123-137.
- GOMES DA CUNHA, Olívia Maria e SANTOS GOMES, Flávio (orgs.). *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
- GUIMARÃES, Edyr Rosa e LIMA, Almir. *Umbanda. Sua codificação*. Rio de Janeiro: Editora didática e científica, sd.
- KLEIN, Herbert e VIDAL LUNA, Francisco. *Slavery in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- LÍBANO SOARES, Carlos Eugenio. *A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Coleção biblioteca carioca, 1990.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- _____. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: ALENCASTRO, L. F. (org.) *A vida privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Racialização e cidadania no Império do Brasil*. In: CARVALHO, José Murilo e BASTOS PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maria (orgs.) *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MORITZ SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- _____. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico e social*. 2 t. 3ª edição. Brasília: Vozes, 1976.

PEREIRA CAMPOS, Adriana. *Ad Benedictionem: casamento de escravos no Brasil e nos Estados Unidos*. In: CARVALHO, José Murilo e BASTOS PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Maris (orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

QUEIRÓS MATTOSO, Katia. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.) *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 10ª reimpressão. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito - A resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Black into white. Race and nationality in Brazilian thoughts*. 2nd edition. London: Duke University Press, 1993.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SLENES, Roberto. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

_____. *Senhores e subalternos no Oeste paulista*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.), *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 10ª reimpressão. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Sobre a história política do Segundo Reinado

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARCANJO GALVÃO, Miguel. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1894.

BARROSO, Gustavo. *História do Palácio Itamaraty*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1968.

BASTOS PEREIRA NEVES, Lúcia Maria e BESSONE, Tânia Maria (orgs.). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

BETHELL, Leslie. *O Brasil e o mundo*. In: CARVALHO, José Murilo (coord.) *História do Brasil Nação 1808-2010*. Vol. 2. São Paulo: Fundação MAPFRE - Objetiva, 2011.

_____. *Brazil, empire and republic, 1822-1930*. New York: Cambridge University Press, 1989.

BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira*. Vol. 5, 6 e 7. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

CABRAL DE MELLO, Evaldo (orgs.). *Joaquim Nabuco. Essencial*. São Paulo: Penguin & Companhia das letras, 2010.

CÂMARA CASCUDO, Luiz. *O conde d'Eu*. São Paulo: Biblioteca pedagógica brasileira, 1933.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3ª edição, 2006.

_____. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2007.

_____. *A construção da ordem - Teatro de sombras*. 3ª edição. 2003: Civilização brasileira, 2003.

- _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2007.
- _____ (org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- _____. *D. Pedro II*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____ e PEREIRA CAMPOS, Adriana (org.). *Perspectivas na cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.
- _____. *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- _____ e BASTOS PEREIRA DAS NEVES, Lúcia (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- _____. *A vida política*. In: CAVALHO, José Murilo (coord.) *História do Brasil Nação 1808-2010*. Vol. 2. São Paulo: Fundação MAPFRE-Objetiva, 2012.
- CONDE D'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Livraria Itatiaia editora, 1981.
- CRUZ TERRA, Paulo. Tese de doutorado. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- CUNHA DA MOTTA TELES, Ângela. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- FRAYA, Frehse. *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011.
- GONÇALVES, W. e WERNECK DA SILVA, J. L. *As relações exteriores do Brasil (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador*. São Paulo: Editora Vozes, 2009.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. 3 t. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- LAHMEYER LOBO, Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 2 t. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo, *O Brasil imperial, vol. III, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. 3 t. São Paulo: Livraria Itatiaia editora, 1977.
- MATTOS, Hebe. *A vida política*. In: MORITZ SCHWARCZ, Lília (coord.) *História do Brasil Nação 1808-2010*. Vol. 3. São Paulo: Fundação MAPFRE-Objetiva, 2012.
- MÔNACO JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da república*. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.
- MONTEIRO, Tobias. *Pesquisa e depoimentos para a História*. São Paulo: Livraria Itatiaia editora, 1982.
- MORITZ SCHWARCZ, Lília. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. *As marcas do período*. In: MORITZ SCHWARCZ, Lília (coord.) *História do Brasil Nação 1808-2010*. Vol. 3. São Paulo: Fundação MAPFRE-Objetiva, 2012.
- _____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro enigma, 2012.
- _____ e BOTELHO, André (orgs.). *Cidadania, um projeto em construção. Minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro enigma, 2012.

NEEDELL, Jeffrey. *The party of order. The conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. *Civilização e barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2012.

PANDIÁ CALÓGERAS, João. *Formação histórica do Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Companhia editora nacional, 1966.

PEREIRA, Walter Luiz. *Óleo sobre tela, olhos para a História. Memória e pintura histórica nas exposições gerais de belas artes do Brasil Império (1872-1879)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

PEREIRA CUNHA, Maria Clementina. *Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orléans. O último conde d'Eu*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

RIBEIRO, Gladys Sabina e BESSONE, Tânia Maria (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

ROHLOFF DE MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. *Transmigrar - Nove notas a propósito do Império do Brasil*. In: PAMPLONA, M. e STUVEN, A. M. *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária e FAPERJ, 2010.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco, um pensador do império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

_____. *Nostalgia imperial. Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

_____. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

SECRETO, Maria Verônica. (Des)medidos. A revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-quilos. Lutas sociais no outono do Império*. Brasília: Companhia editora nacional, 1978.

positivista do Brasil, 1892.

VISCONDE DE OURO PRETO. *Advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: Imprimerie F. Pichon, 1891.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da monarquia à república - momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1964.

YEDDA LINHARES, M. (org). *História geral do Brasil*. 20ª edição. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2000.